

“PEGUE A VISÃO”

Dinâmicas do fazer a rua como moradia na cidade de Salvador

ANNA RAQUELLE EDINGTON ANSELMO DA SILVA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Salvador
2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

ANNA RAQUELLE EDINGTON ANSELMO DA SILVA

“PEGUE A VISÃO”

Dinâmicas do fazer a rua como moradia na cidade de Salvador

Salvador
2020

ANNA RAQUELLE EDINGTON ANSELMO DA SILVA

“PEGUE A VISÃO”

Dinâmicas do fazer a rua como moradia na cidade de Salvador

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestra em Arquitetura e Urbanismo

Orientação: **Prof. Drº. Fernando Gigante Ferraz**

Co-orientação: **Profª. Drª. Thaís Troncon Rosa**

Salvador
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FAU)

S586

Silva, Anna Raquelle Edington Anselmo da.

“Pegue a visão” [manuscrito] : dinâmicas do fazer a rua como moradia na cidade de Salvador / Anna Raquelle Edington Anselmo da Silva. – Salvador, 2020.

139 f.

Cópia de computador (*printout(s)*).

Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. 2020.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gigante Ferraz.

1. Sociologia urbana - Salvador (BA). 2. Pessoas desabrigadas - Aspectos antropológicos. 3. Espaços públicos. 4. Antropologia urbana. I. Ferraz, Fernando Gigante. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 316.334.56(813.8)

Responsável técnico: Ramon Davi Santana – CRB/5-1972



Universidade Federal da Bahia
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
(PPG-AU)

ATA N° 1

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPG-AU), realizada em 09/12/2020 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO no. 1, linha de pesquisa Urbanismo, do candidato ANNA RAQUELLE EDINGTON ANSELMO DA SILVA, matrícula 218121644, intitulada "'Pegue a visão': dinâmicas de como fazer a rua como moradia na cidade de Salvador". Às 14:30 do citado dia, ambiente virtual, foi aberta a sessão pelo presidente da banca examinadora Prof. Dr. FERNANDO GIGANTE FERRAZ que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. THAIS TRONCON ROSA, Profª. Dra. ANETE BRITO LEAL IVO e Profª. Dra. CIBELE SALIBA RIZEK. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo presidente que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora APROVADO COM DISTINÇÃO o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dra. CIBELE SALIBA RIZEK, USP

Examinador Externo à Instituição

Dra. ANETE BRITO LEAL IVO, UFBA

Examinador Externo ao Programa

Dra. THAIS TRONCON ROSA, UFBA

Examinador Interno

Dr. FERNANDO GIGANTE FERRAZ, UFBA

Presidente

ANNA RAQUELLE EDINGTON ANSELMO DA SILVA

Mestrando

À Sabrina, por ser de verdade!

AGRADECIMENTOS

Cheguei até aqui!

Antes de começar, quero dizer que sou uma leitora emocionada de agradecimentos de dissertações, teses e afins. Talvez, por esse apreço, durante todo esse processo fantasiei esse momento, cultivando em mim a intenção de escrever os agradecimentos refazendo o caminho árduo, mas também de muitos aprendizados, que me trouxe até aqui. Mas chegando aqui, mais uma vez o tempo se impõe como limite, reivindicando seu quinhão. Logo, agradeço de antemão a todas as pessoas e experiências que contribuíram de alguma forma neste processo, e que, porventura, não se encontrem referenciadas aqui. Aproveito também para manifestar minha intenção de que este trabalho possa servir de ponto de continuação para mim e para outros pesquisadores.

Dito isto, agradeço:

Ao **CNPQ**, que viabilizou esta pesquisa com uma bolsa de mestrado.

Ao **Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFBA**, e nominalmente às professoras/es **Angela Gordilho, Heliodoro Sampaio, Gabriela Gaia, Thais Portela e Marcia Santana**; à turma de **Ateliê V** (ministradas pela Profª Thais Rosa e Gabriela Gaia) com a qual tive a oportunidade de vivenciar a experiência da docência compartilhada, juntamente com outros colegas da pós-graduação; e um especial agradecimento à **Maria Henriques**, assistente administrativa no programa. Obrigada, Maria!

À **Fernando Ferraz**, que sem ter a menor ideia do que o esperava atendeu ao meu pedido de orientação uma semana antes de encerrar as inscrições do processo seletivo. Agradeço imensamente a parceria, as leituras, a completa disponibilidade, respeito e estímulo a autonomia de pensamento!!! Sem dúvidas, o fato de eu ter chegado até aqui é devedor da sua incomensurável generosidade, lealdade e sensibilidade na condução do percurso longo que resultou nesta dissertação.

À **Thais Trocon Rosa**, coorientadora deste trabalho, agradeço primeiramente por ter aceitado o convite de coorientação já tendo passado um ano do meu ingresso no mestrado. Agradeço imensamente os aprendizados que o seu compromisso ético, político e vívido com o processo de formação e construção do conhecimento acerca das “cidades outras” pode me proporcionar, para além deste trabalho. Agradeço as leituras atentas, as provocações

reflexivas e críticas sempre assertivas, e, especialmente, por acreditar e estimular a pesquisadora em mim. Muito Obrigada!

À **Profª Anete Ivo**, pela iniciação nos caminhos da pesquisa, pela dedicação, sensibilidade, rigor, sagacidade e generosidade singular que marcam o seu pensamento e a sua prática acadêmica. Com alegria e otimismo, espero que este trabalho chegue aí como a retribuição de uma “dádiva” que me foi ofertada durante a graduação em Ciências Sociais. Muito obrigada pelo carinho e por ter aceitado o convite de participar da banca final!

À **Profª Cibele Saliba Rizek**, pelos preciosos comentários nas qualificações, e por, mesmo diante de todas as pedras no caminho, ter permanecido na banca examinadora. Muito obrigada!

À **Paola Berenstein Jacques** agradeço também as generosas contribuições na qualificação I. Obrigada!

Ao **grupo de pesquisa Laboratório Urbano** pela acolhida e por preservar o calor e o dissenso nos debates, em especial, agradeço à Paola Berenstein Jacques; Fabiana Dultra Brito; Pasqualino Magnavita; Washington Drummond (Wo); Luiz Antônio de Souza e aos colegas do grupo e da pós-graduação: Dilton Lopes, Igor Queiroz, Ramon Martins, Cícero Menezes, Lorena Souza, Leandro Santos, Cibele Bonfim e Rafaela Kallafa.

Aos **colegas da pesquisa coletiva Urbanidades Liminares**, coordenada pela profª Thais Troncon Rosa: Rafaela Izeli, Aleida Batistoti, Adejane Melo, Yago Souza, Luísa Gusmão, Adrielle Conceição, Marina Muniz e Ingrid Pita (Bbza, Tisoro), pelas trocas e por alimentarem em mim o desejo de continuar.

À **Maria Lúcia Pereira** (*in memoriam*), fundadora do núcleo do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR em Salvador, que no pouco contato que tivemos me contagiou com sua força e bravura na luta pelos direitos da “população em situação de rua”. Maria Lúcia, Presente!

À **Luiz Gonzaga Alves**, do Movimento Nacional da População de Rua na Bahia - MNPR, pelas trocas e disponibilidade que foram cruciais no começo do campo exploratório, e à **Fabiana Miranda**, Defensora Pública do Núcleo Pop Rua da DPE-BA, pela entrevista concedida também nesse período.

Às **autoras/autores dos textos** com os quais dialoguei nesse percurso, em especial aos que se dedicaram à produção de conhecimento acerca da experiência de rua.

À **Thaís Faria**, pela revisão cuidadosa de grande parte do texto final e pelas provocações estruturais, teóricas e políticas que me fizeram enxergar melhor uma linha de chegada; **Carla Moreira** e seu tarot, pela força de movimento das suas palavras/imagens; **Everton Behrmann, Francisco Alves, Luana Peixoto, Edlamar França e Camila Roseno** pelo carinho, disponibilidade de leitura e torcida; **Symmy Larrat e Keila Sympson**, por serem guerreiras imbatíveis na luta por uma cidade mais justa e diversa, e pela inspiração que suas próprias trajetórias me trouxe, muito obrigada!

À **fonte criativa e expansiva, a vida, presente em tudo que existe**, em especial agradeço as trocas e conexões com os seres espirituais que fui aprendendo a cultivar nesse caminho: meus Orixás ancestrais, Caboclos e Caboclas, Pretos e Pretas Velhas, Folhas e Flores, o Nativo sempre vivo da minha mesa de trabalho e a Rosa Menina da minha varanda, que povoaram de beleza e alegria os momentos mais solitários da escrita.

À **minha família, José Anselmo** (voinho - *in memorian*) e **Helena Maria Edington** (voinha); **Cosme Ferreira** (vozinho) e **Maria Ferreira** (vó Mára); **José Ferreira** (painho) e **Lizeti Edington** (mainha); meu irmão, **Luccas Edington** (Kinha), luz dos meus olhinhos; e minha prima **Jéssica Edington** (Jeeeu), agradeço imensamente o amor que nos une e por viabilizarem os recursos (materiais e imateriais) que me deram a possibilidade de me enveredar pelos caminhos da pesquisa. Não posso deixar de agradecer também à **Luna**, companheira felina da vida e das horas de escrita.

Às **amigas e amigos**, irmãs e irmãos: **João Rodrigo Santana** (Joãozinho); **Aline Matheus** (Liiiiine); **Amanda Santos Silva** (Amandinha); **Caroline Elena** (Carole), **Ayala Tude** (Aaaaaayla), **Elaine Rocha** (Naninha), **Julia Leal** (Juuu), **Maurício Cirqueira** (Maugui), **Thaise Sá** (Amiiga) e **Francisco Sena** (Chico). Obrigada a cada um de vocês por serem quem são e por tantas vezes terem cantado a minha canção, fazendo com que eu recordasse o desejo que me trouxe até aqui, além, é claro, das leituras, revisões, do pensar juntos e outras tantas contribuições inestimáveis. Me saí mesmo - exercendo minha baianidade rueira - da tarefa de citar de forma específica a contribuição de cada um de vocês. Mas sei que vocês sabem a força tarefa que realizaram para que este trabalho se materializasse. Cabe ainda um “Ubuntu!”, “Sou o que sou pelo que nós somos”. E é claro que estou escrevendo isso entre lágrimas!

Por fim, *agradeço ao meu senhor e à minha senhora das encruzilhadas, em saudação à imprevisibilidade, à vivacidade e ao movimento; à VIDA! EXU É MOJUBÁ!* A rua sempre

foi muito generosa comigo. Logo, agradeço imensamente a ela, aos sujeitos que fazem a rua como moradia, e às **amizades rueiras** que me foi dada a oportunidade de construir: **Cris, Júnior, Edvaldo, Tamires, Seu Crispim, Runah, Cris do Porto, Bia, Sabrina, Pernambuco, Walmir, Cristiane, Angélica, Junái, Cláudia, Eli, Diego, Gonzaga, Edcarlos e Sheila Maloca**. Costumo dizer que foram vocês que me fizeram pertencer à cidade de Salvador: eu que vim lá do sertão para estudar na cidade grande. Obrigada pelos rolês, pelas conversas, pela confiança e generosidade sem tamanho, e, claro, pela própria cidade que hoje também é minha. De tudo que vocês generosamente se empenharam em me ensinar, “*pegar a visão*” da violência contida na linguagem, talvez seja o saber cujo aprendizado ainda demandará muito investimento da minha parte. No mais, está aqui o trabalho, que vocês tanto perguntam sobre o fim. E minha gratidão, está sem fim!

*Achar
a porta que esqueceram de fechar.
O beco com saída.
A porta sem chave.
A vida.
Paulo Leminski*

RESUMO

Edington, Anna Raquelle. **“Pegue a visão”**: dinâmicas do fazer a rua como moradia na cidade de Salvador. Dissertação de mestrado (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFBA, Salvador, 2020.

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa de natureza etnográfica acerca da relação entre moradores de rua e cidade, tendo por objeto a prática de fazer a rua como moradia, com o objetivo de apreender as táticas e a própria produção e experiência de cidade aí envolvidas. Adotou-se como recurso metodológico e analítico a investigação das narrativas e trajetórias urbanas de moradores/moradoras de rua que, na tensão entre permanência e circulação inerente a essa forma de inserção na cidade, produzem um território de permanência nas ruas. O uso desses recursos permitiu que a investigação dessa prática extrapolasse o cotidiano e a própria rua, revelando assim nexos entre rupturas, deslocamentos habitacionais, percursos ocupacionais, sociabilidades, produção de subjetividade e a própria produção da cidade que atravessam as suas experiências urbanas. A partir da interlocução privilegiada com distintos sujeitos que fazem a rua como moradia, a dissertação que resulta dessa pesquisa toma como fio condutor as narrativas e a trajetória urbana de uma das interlocutora: é com ela e a partir do seu território de permanência que uma “visão” sobre a rua, a vida urbana e sobre a cidade vai se delineando, sendo possível entrever distintos saberes, lugares, espaços e territórios por onde circulam, ao tempo que fazem circular, a experiência urbana contemporânea da rua, na cidade de Salvador.

Palavras-chave: Salvador; moradores de rua; trajetórias urbanas; subjetividade; espaço urbano.

ABSTRACT

Edington, Anna Raquelle. **“Catch the vision”**: the dynamics of making the street a place of living in the city Salvador. Master thesis. (Masters in Architecture and Urbanism) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFBA, Salvador, 2020.

This thesis is the result of an ethnographic research about the relation between homeless people and the city, having as object the practice of making the street a place for living, and with the objective of apprehending the tactics and the production of the experience of the city involved in this process. Methodological and analytical resources were adopted to investigate the homeless people's narratives as well as their urban trajectories which produce a territory of permanence in the streets in the tension between permanence and inherent circulation to this form of insertion in the city. The use of these resources allowed the investigation of their practice to go beyond the daily life and the street itself, thus disclosing the nexus between ruptures, habitational displacements, occupational routes, sociabilities, production of subjectivity and the production of the city that cross the urban experiences of these subjects. Departing from the privileged interlocution with the ones who make the streets a place for living, the thesis which is an outcome of this research, takes as main themes the narratives and urban experiences of one of the women who were interlocutors: it is through her and her permanent territory that an “insight” about the street, the urban life and the city is drawn, being possible to glimpse distinct knowledge, places, spaces and territories where they circulate, the contemporary urban experience of the street in the city of Salvador.

Keywords: Salvador; homeless people; urban trajectories; subjectivity, urban space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. CAPÍTULO I: PEGANDO A VISÃO: aproximações teóricas e metodológicas e inserção em campo	21
1.1 Primeiras pistas etnográficas	22
1.2 A escolha da categoria morador de rua	27
1.3 Sobre a construção do campo da pesquisa	31
1.3.1 Acessando os interlocutores	35
1.3.2 Os interlocutores	43
1.3.3 A produção do material etnográfico	54
1.3.4 A escolha pelo não anonimato da interlocutora principal	56
2. CAPÍTULO II: “AI EU ME APEGUEI”: uma trajetória de chegada até a rua	59
2.1 Encontrando Sabrina	66
2.2 Entre a saída da casa da família e a chegada na rua	71
2.3 “ <i>Fui Travesti</i> ”: passado, presente e futuro.....	86
3. CAPÍTULO III: “ESSE RESTO DE VIDA TODA”: o fazer a rua como moradia como luta pelo direito de viver na cidade	92
3.1 “ <i>Hotel Sereno</i> ”: a emergência de um território de permanência na rua	96
3.2 “ <i>Todo mundo me adora</i> ”: rede de relações e acesso à cidade a partir da rua	103
3.3 “ <i>Não vou cair do salto</i> ”: táticas de permanência e de obtenção de bens e recursos	108
3.4 “ <i>Tentativas de se levantar</i> ”: trajetória de moradia em casas	114
3.5 Nota sobre os acontecimentos pós-campo	123
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

“Pegue a visão”¹ é uma expressão muito utilizada pelos sujeitos que fazem a rua como moradia na cidade de Salvador. Não se trata de uma expressão “nativa”, ao passo que integra o vocabulário dos mais diversos sujeitos pertencentes a distintos grupos sociais. Remetendo à apreensão de códigos e regras implícitas, circunstanciais e espacializadas, que organizam narrativas, práticas, espaços e territórios, essa expressão é utilizada geralmente como um alerta de que algo, cujo conhecimento e consideração necessário em determinada situação, está sendo ignorado, negligenciado ou transgredido. Tanto a ignorância, quanto a negligência ou a transgressão desse saber, podem implicar em riscos e custos, que também são indissociáveis dos contextos de ação em jogo. Se os riscos se referem às condições de realização de determinado objetivo, que pode não ser atingido, os custos, por sua vez, podem variar entre sofrimento, dor, frustração, perdas, danos, violações, punições, e, em última instância, em morte.

Ao mesmo tempo, deter esse conhecimento, “*pegar visão*”, coloca o sujeito em uma situação de vantagem na interação, ao passo que permite uma maior autonomia do campo de ação, ampliando a capacidade de avaliar a forma e o momento mais apropriado para agir (ou não agir), tendo em vista determinado fim. Esse saber/poder na rua é ao mesmo tempo circunstancial e prospectivo, no sentido que advém da vivência prática, mas pressupõe uma avaliação circunstancial, que podendo orientar a ação tanto em prol da sua eficácia, quanto em prol da minimização de riscos e custos que podem perpassá-la. O fato de ser um saber que pressupõe a vivência, ou, como me ensinou um dos interlocutores da pesquisa, que se aprende na “*escola da vida*”, o aproxima das táticas, e, mais precisamente, dos jogos entre táticas e estratégias que envolve as práticas cotidianas (CERTEAU, 2014).

Para esse mesmo interlocutor, rua e sociedade são instâncias distintas e paralelas, que se distinguem, em sua narrativa, em termos de luminosidade, pedagogias e

¹ Ao longo da dissertação farei uso dos seguintes critérios gráficos: (i) transcrições de expressões e falas dos interlocutores aparecerão em itálico e aspeados; (ii) expressões, noções, conceitos, categorias e frases de outros autores aparecerão entre aspas e respectivamente referenciados; (iii) expressões minhas sem grifo especial e entre aspas simples indicam problematização ou coloquialismo.

normatividades. Enquanto a rua seria a “*escuridão*”, a sociedade seria a “*claridade*”. Na primeira se aprende a viver e na segunda a se comportar. Viver aqui significa saber se relacionar com diferentes sujeitos, situações e territórios, “*saber entrar e sair*”, e isso, para ele, se aprende na rua, na “*escola da vida*”. Já na sociedade, sob os holofotes do poder, o sujeito aprende as normas do “*bom*” comportamento. Para transitar entre esses dois “*mundos*” é preciso “*pegar visão*” que, nesse caso, para o interlocutor, envolve dominar ambos os códigos. Não por acaso, fazer a rua como moradia é um exercício contínuo de “*pegar visão*”.

Quando usada no sentido de alerta, “*pegue a visão*” tem uma generosidade implícita. Durante o trabalho de campo, escutei essa expressão inúmeras vezes nos diálogos entre moradores/moradoras de rua e seus parceiros de interação, mas também direcionada a mim própria. Neste último caso, o alerta enunciado, era sinal de que algo relevante havia atravessado ou estava na iminência de atravessar determinada situação, e, ao proferi-la, o sujeito estava garantindo ou se certificando que eu estava atenta, ou ainda me alertando que por desconhecimentos de códigos e regras, o meu trânsito na “*escuridão*” poderia ser arriscado ou mesmo interditado.

Tomando como fio condutor a reconstrução da trajetória urbana de uma das interlocutoras da pesquisa, Sabrina², “*uma pessoa boa, homossexual*” que “*foi travestis*” e faz a rua como moradia “*há bastante tempo*”, esta dissertação trata da relação entre moradores/moradoras de rua e cidade, tendo por objeto a prática de fazer a rua como moradia, com o objetivo de apreender as táticas e a própria produção e experiência de cidade aí envolvidas. É com a interlocutora e a partir do seu território de permanência que uma “*visão*” sobre a rua, a vida urbana e sobre a cidade vai se delineando, sendo possível entrever distintos saberes, lugares, espaços e territórios por onde circulam, ao tempo que fazem circular, a experiência urbana contemporânea da rua, na cidade de Salvador.

Nesse sentido, o que apresento aqui, em formato de dissertação, pode ser apreendido como um processo de “*pegar visão*” de contextos e escalas distintas e variadas. “*Pegar visão*” do fazer a rua como moradia a partir da observação dos seus cotidianos, das suas narrativas e do acompanhamento dos seus percursos, que, por sua

² Atendendo ao desejo da interlocutora, escolhi adotar o seu nome social, Sabrina, no texto desta dissertação. Quanto aos nomes dos outros interlocutores que participaram da pesquisa, optei por criar nomes fictícios, tendo em vista preservar os seus anônimos. Essa escolha será melhor elucidadas no Capítulo I desta dissertação.

vez, viabilizou o delineamento das suas trajetórias urbanas. Mas também das dimensões que atravessam o “*fazer vida*” a partir da rua, bem como da própria produção e experiência de cidade investidos nessas “artes de fazer” (CERTEAU, 2014). Fez parte ainda desse processo, “*pegar visão*” do papel das nossas pesquisas na construção um sujeito que parece “estar a esmo, numa luta constante pela sobrevivência” (MARTINEZ, 2011)³, completamente determinado pelas perdas e protagonizando uma experiência urbana puramente adaptativa nas ruas da cidade. Reiterando, assim, um processo de desumanização e de não reconhecimento das suas práticas e experiências urbanas como expressões de demandas específicas em relação à própria cidade, aos vínculos, espaços e recursos que podem ser acessados a partir da rua.

Assumindo, assim, uma perspectiva crítica à “*visão*” mais concebível da rua como lugar da “não-vida” (MARTINEZ, 2011) e da sobrevivência, considera-se aqui o uso da rua como modalidade moradia com uma das alternativas presentes no “campo de possibilidades” (VELHO, 1987)⁴ desses sujeitos, tendo em vista a realização e/ou reorganização de seus “*projetos*” pessoais. Nesse sentido, entende-se, nesta dissertação, o fazer a rua como moradia como uma tática de preservar na existência (ESPINOSA, 2013), que, portanto, extrapola as questões materiais e biológicas, ao passo que também coloca em agência uma economia do desejo⁵.

³ Assim como as narrativas que pude escutar em campo, Martinez (2011), observa que as narrativas por ela escutadas se contrastam com essa visão que a autora nomeia de “fatalista” acerca da experiência de rua, nas palavras da autora: “Nas narrativas, a rua apresenta possibilidades novas para aqueles que já romperam com o seu passado e buscam novas vidas numa outra ordem de significação (MARTINEZ, 2011, p.60).

⁴ Para Velho (1987), as noções de “projeto” de “campo de possibilidades” permitem analisar as trajetórias e biografias sem reduzi-las às determinações sociais, considerando, assim, suas peculiaridades e singularidades. Os “*projetos*”, “*condutas organizadas para atingir finalidades específicas*” estariam submetidos ao “campo de possibilidades”, que, por sua vez, seria a “dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de *projetos*” (VELHO, 1987, p.40, grifos do autor).

⁵ A noção de perseverar na existência presente na construção do pensamento de Espinosa (2013), seria a potência de agir, o *conatus*, a força que constitui o desejo, o impulso vital de afirmação que leva o homem, assim como todos os seres viventes, a perseveram em seu próprio ser. Tal noção, dialoga, nesta dissertação, com os conceitos de “projeto” e “campo de possibilidades” (VELHO, 1987), já esboçados acima, bem como com a ideia de “*fazer vida*”, que será melhor delineada no decorrer desta introdução, tendo em vista trazer o desejo, a agência e a subjetividade para análise da experiência de rua, ampliando as interpretações deterministas, economicistas e objetificantes, que reduzem a experiência de rua à ausência de dimensões materiais de reprodução da existência, face a falta de moradia e trabalho, e os próprios sujeitos dessa experiência à um estado permanente de busca de satisfação das necessidades biológicas. Corroborando com Sawaia (2001), a investigação junto aos moradores/moradoras de rua, revela que “Não lhes interessa qualquer sobrevivência, mas uma específica, com reconhecimento e dignidade. [...] eles não estão reduzidos às necessidades biológicas, indicando que não há um patamar em que o homem é animal” (p.115). Assim, as noções elencadas aqui, buscam, em outras palavras, afirmar a irreduzibilidade da dimensão de humanidade, de vida e projeto mesmo em meio a condições brutais de existência.

Considerar que o uso da rua como forma de moradia pode ser uma das alternativas, entre outras, que se apresenta para os sujeitos em determinado momento das suas trajetórias, exige considerar que os movimentos que aparentemente se apresentam apenas como ajustes sociais às condições adversas, podem ser perpassados por “racionalidades alternativas”, sendo empreendidos pelos sujeitos com certa autonomia e autoconsciência (RIBEIRO, 2005), colocando, portanto, em suspenso (sem abandonar), o senso comum (mas também as perspectivas acadêmicas) que apreendem essa prática socioespacial como o ponto final, o fim de linha, de um percurso (invariavelmente) de perdas.

Ao tratar a rua em termos de alternativa, que tal como outras, presentes no “campo de possibilidades” do sujeito, envolve manipular, doer e gozar (CERTEAU, 2014), traz-se, de certa forma, uma dimensão de escolha para essa forma de inserção nas cidades. É importante mencionar que as pesquisas acerca da temática tangenciam essa dimensão e dão diferentes respostas a ela, ao passo que, levada a sério, pode trazer para o debate delicadas questões ético-políticas que conformam o campo de tensão e disputa onde gravitam as práticas de enfrentamento da experiência de rua enquanto “problema” social e urbano a ser gerido, impedido e ou exterminado das cidades⁶.

Dentre a heterogeneidade de trajetórias urbanas que se constituem na rua, a pesquisa ancorou-se na investigação junto aos moradores/moradoras de rua que, na tensão entre permanência e circulação inerente a essa forma de inserção na cidade, traçam um território de permanência e uma “territorialidade mais estável” (RIBEIRO, 2005)⁷ no espaço urbano. O interesse nessa forma específica de fazer a rua como moradia, encontra justificativa na dificuldade de fixação espacial, devido ao “incômodo” que suas presenças provocam⁸.

A ideia de permanência é evocada aqui em dois sentidos: (i) em referência a durabilidade dos territórios construídos nas ruas da cidade, que sendo parte da

⁶ Essa questão será melhor desenvolvida no Capítulo II desta dissertação.

⁷ A ideia de território de permanência será melhor desenvolvida ao longo da dissertação. Já em relação a territorialidade dialogo aqui com Arantes (2000) e Ribeiro (2005). Nesse sentido, em contraposição a ideia de territórios sociais identitários, fixos e supostamente homogêneos, territorialidade denotaria mais uma qualidade, que põe em destaque a flexibilidade das configurações espaço-temporais mais efêmeras e híbridas (ARANTES, 2000), que, no entanto, dialogam com a configuração histórica da experiência social e urbana, em suas múltiplas escalas, envolvendo as distinções e relações entre classe, raça, gênero, sexualidade (RIBEIRO, 2005).

⁸ Essa escolha será melhor abordada no capítulo I desta dissertação, bem como a construção do campo de pesquisa.

territorialidade confere aos sujeitos uma referência socioespacial na rua; e (ii) em referência a própria permanência nas ruas da cidade, tendo em vista outras alternativas de inserção, incluindo as possibilidades geradas a partir do acolhimento institucional. A ideia de circulação, por sua vez, aparece (i) em alusão aos percursos funcionais, aleatórios ou compulsórios no espaço urbano; e (ii) ao próprio trânsito dos sujeitos entre a rua e outras formas de moradia, o que envolve distintos processos de subjetivação, como tentarei mostrar ao longo da dissertação.

A escolha por conduzir a dissertação através da trajetória urbana de Sabrina fundou-se na densidade de questões que o seu traçado permite iluminar (ou ao menos lançar pequenas fagulhas de luz) em torno das dinâmicas que se produzem na “escuridão”. Contribuíram também para essa escolha o fato de, no decorrer do trabalho de campo, o território de permanência na rua produzido por ela e seu companheiro, há pelo menos 8 anos, ter passado por transformações sensíveis que ao final culminou na impossibilidade de permanência deles no espaço. Assim, entendo que narrar parte da sua experiência urbana é também contribuir para o registro de uma cidade que, também em parte, não existe mais, a cidade produzida pelos passos e afetos de uma moradora de rua, homossexual, cuja performance existencial borra as categorias binárias de gênero (feminino e masculino), compondo, portanto, de forma interseccional segmentos minoritários invisibilizados pelo regime de visibilidade hegemônico.

Investigar as relações entre sujeito, sociedade e espaço que atravessam a prática de morar na rua impõe entrar em contato com boa parte das atividades que compõem o cotidiano desses sujeitos. Acompanhar seus percursos é acompanhá-los ao atendimento médico, mas também ao banheiro público, à praça onde tomam banho, ao restaurante onde em determinado horário se dirigem para “*fazer o corre*” do almoço, ao espaço onde lavam suas roupas; é também informar as horas, participar das suas redes de sociabilidade, compartilhar uma cerveja no bar que frequentam, pagar um almoço. De certa forma, as práticas cotidianas essenciais, desde as mais privadas às mais públicas, fazem parte dessa observação.

É nesse sentido, que a prática, o fazer, material de investigação desta pesquisa, o fazer a rua como moradia, se inscreve no limiar entre “*fazer vida*” e “*fazer cidade*”. O desdobramento das práticas que tornam, para o sujeito, a rua um espaço central de existência revela a produção da vida e da própria cidade de forma simultânea e indissociável, à medida que além do exercício de atividades produtivas, a satisfação das

suas necessidades biológicas (alimentação, higiene, repouso, etc.), a expressão de suas sexualidades e relações afetivas, a suas sociabilidades passam a compor a experiência urbana contemporânea, produzindo “cidades outras” (ROSA, 2014).

A expressão “*fazer vida*” foi inspirada no uso que Sabrina faz dela para referir-se ao trabalho com a prostituição, segundo diz: “*fazia vida*”. Estabelecendo uma aproximação com Certeau (2014) a expressão é usada aqui em referência à arte de perseverar na existência em contextos tidos com adversos, ou, em outras palavras, a “arte de viver no campo do outro” (p.81). Busca-se, dessa forma, escapar da expressão sobrevivência, a partir do entendimento que ela restringe a apreensão das práticas, e, por consequência, dos próprios sujeitos praticantes, a uma dimensão puramente biológica de satisfação das necessidades do corpo e de proteção/defesa da vida biológica. Nesse sentido, pretende-se com a expressão “*fazer vida*”, no presente trabalho, colocar em destaque a prática de viver em seu sentido mais amplo, que além das dimensões biológicas e de proteção/defesa contra violência, engloba também as dimensões afetivas (vínculos) e ativas da própria existência e da produção da cidade.

Pode-se dizer, então, que o que se construiu ao longo do percurso de pesquisa foi uma espécie de inventário de táticas de perseverar na existência, que tem a cidade de Salvador, e, mais especificamente, suas ruas, não como cenário, mas meio e parceiro de interação que tornam a prática de viver possível a esses sujeitos. Táticas, rearranjos e reempregos, bricolagens materiais e subjetivas, gambiarras situadas no tempo e no espaço, que desviam das forças externas que tentam interditar as suas existências, mas que também colocam em agência forças externas/internas, afetos e afecções, e, portanto, desejo (ESPINOSA, 2013) em prol da corporificação do direito de viver na cidade.

Dito isto, a dissertação se organiza em três capítulos, simultaneamente descritivos e analíticos, construídos, como dito anteriormente, a partir da trajetória urbana de uma das interlocutoras da pesquisa. Logo, é através dessa reconstituição e das suas narrativas que uma visão sobre a cidade e sobre a experiência urbana contemporânea sob o ângulo da rua, vai sendo construída.

No primeiro capítulo, abordo a partir do percurso de pesquisa, os diálogos teóricos e metodológicos que nortearam a construção da perspectiva que ora apresento aqui, entre eles a escolha das trajetórias urbanas, das narrativas e da categoria moradores/moradoras de rua como recurso metodológico e analítico, além da inserção no campo de pesquisa propriamente dito, no qual se ancola este trabalho.

No segundo capítulo, uma possível perspectiva de apreensão do fazer a rua como moradia, como tática de perseverar na existência, se corporifica através da trajetória urbana de casa para rua da interlocutora, tendo como enfoque central os nexos entre territórios, territorialidade, produção de subjetividade e cidade que perpassam seus percursos de moradia, ocupacionais e cotidianos. Na construção desses nexos, dialogo com as noções de “racionalidade alternativa” (RIBEIRO, 2005), “tática” (CERTEAU, 2014) e “campo de possibilidades” (VELHO, 1987), de modo que, a chegada até à rua aparece como parte do processo de construção de autonomia do sujeito frente a outros processos de violência e despossessão material vivenciados antes mesmo de fazer a rua como moradia.

Já no terceiro capítulo, na continuidade da narrativa da trajetória urbana da interlocutora, o fazer a rua como moradia vai se delineando a partir do seu território de permanência nas ruas da cidade. O leitor é introduzido à um “*resto de vida toda*”, que transcorre na rua, e que, por conseguinte, está sujeita a remoções (deslocamentos) e em última instância ao extermínio. Não obstante, o seu processo de singularização, os vínculos e a rede de relações construídas na rua aparecem como táticas que conformam uma luta pelo direito de viver na cidade. Nesse capítulo ainda, a rua, como materialidade e relações, vai expandindo sua paisagem, revelando tentativas e deslocamentos habitacionais a partir do encontro com as políticas estatais, e os interditos encontrados para construir a vida sob outros termos, em outras palavras, como “*moradora de casa e apartamento*”.

Por fim, quero assinalar que investigar processos de feitura da vida e da cidade em ato é, e ao mesmo tempo exige, uma postura ético-política de abertura e reflexividade por parte do pesquisador, uma implicação na construção de uma “episteme dialógica” (RIBEIRO, 2005). E foi a partir dessa implicação que a presente pesquisa se construiu, de modo que apresento aqui a costura provisória de corpos, encontros, narrativas, linguagens, gestos, espaços, noções, conceitos e categorias, reflexividades, éticas e políticas, mas também de angústias, medos, esperanças, alegrias, tristezas, tempos e desejos.

CAPÍTULO I

PEGANDO A VISÃO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS E INSERÇÃO EM CAMPO

1. 1 Primeiras pistas etnográficas

O percurso de pesquisa com sujeitos que fazem a rua como moradia, da qual esta dissertação é fruto, teve início ainda na graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal da Bahia – UFBA, tendo o projeto de mestrado partido de observações etnográficas que emergiram de forma inicial durante as pesquisas de iniciação científica entre 2007 e 2009⁹ e que continuaram aguçando as minhas inquietações acerca das suas trajetórias e dinâmicas socioespaciais na cidade de Salvador. Considero, portanto, a construção das aproximações e reflexões teóricas e metodológicas desta dissertação como indissociáveis da própria experiência e das pistas etnográficas deixadas pelas pesquisas realizadas na graduação. De modo que esse texto carrega os rastros de distintas temporalidades em relação a espaços, fricções, contatos, encontros, cenas, narrativas e afetos, bem como dos movimentos e pausas traçados nesse percurso de pesquisa.

Inspiradas, especialmente, nas reflexões de Georg Simmel (1907) e Robert Castel (1998), as pesquisas de iniciação científica mencionadas partiram do pressuposto de que os moradores/moradoras de rua, enquanto segmento social, eram integrantes da “zona de desfiliação social”, caracterizada pela “ausência de participação em qualquer atividade produtiva e isolamento relacional” (CASTEL, 1998, p.24)¹⁰. A partir desta perspectiva, adotou-se como recurso metodológico e analítico a observação participante e entrevistas qualitativas semiestruturadas, que buscaram apreender, a partir das

⁹ As Pesquisas de Iniciação Científica integraram o projeto “Pobreza, Desigualdade e Democracia”, coordenado pela Prof.^a Anete Ivo, que, no seu nível mais amplo, buscou “apreender as mediações entre ‘pobres-assistidos’ e os sistemas de assistência (pública e privada), através das práticas e representações dos próprios ‘assistidos’” (cf. IVO, PROJETO, 2007). O projeto buscou avançar num estudo qualitativo, ultrapassando as definições essencialistas importantes para as políticas públicas, mas restritas à dimensão da construção da pobreza, entendendo a “assistência” tanto como campo institucional da política, como pela relação social definidora da própria condição de ser “pobre”, numa dada sociedade. Neste sentido, na perspectiva do projeto a pobreza foi entendida como uma categoria construída, e a condição de ser “pobre” como demandar ajuda formal ou informal para atender as necessidades básicas (IVO, 2007, apud SIMMEL, 1907). As pesquisas de iniciação foram desenvolvidas no Centro de Recursos Humanos – UFBA, na vigência do PIBIC/UFBA 2007-2008 e 2008-2009, com o apoio financeiro do CNPQ e da FAPESB.

¹⁰ Tomando como referência o contexto francês e situando a problemática no quadro da integração social ou da anomia, Castel (1998) propõe uma reflexão acerca das condições de coesão social a partir da correlação entre o lugar ocupado na divisão do trabalho social e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que “cobrem” os indivíduos diante dos acasos da existência. Nesse sentido, o autor constrói, como perspectiva de leitura, três “zonas” de coesão social. A associação entre trabalho estável e inserção relacional sólida conformaria uma “zona de integração”, enquanto, o inverso, produziria a desfiliação social, sendo a vulnerabilidade social, uma zona intermediária, instável, que conjuga precariedade do trabalho e a fragilidade relacional (CASTEL, 1998, p.24).

“situações limites” vivenciadas por esses sujeitos, as redes de assistência acionadas, e, ao mesmo tempo, a capacidade dessas redes em ampará-los diante dos acasos da existência, atentando-se, especialmente, para as relações com a família, o trabalho e a Rede Socioassistencial articulada no âmbito do Estado¹¹.

Em relação ao percurso de deslocamento de casa para rua, identificou-se que nem sempre o contexto era de ruptura em relação a família, se tratando mais de uma quebra com o espaço doméstico do que com a própria família, com a qual o sujeito continuava a manter relações, ainda que frágeis e esporádicas, sendo o trânsito entre casa da família e rua um traço característico das trajetórias investigadas¹². Por outro lado, o que pareceu mais relevante foi a fragilidade dessas redes familiares em oferecer cobertura para os acasos da existência. A casa da família aparecia muitas vezes, nas narrativas, como espaço de vulnerabilidade e violência, no qual o sujeito já vivenciava, antes de fazer a rua como moradia, um contexto de fragilidade dos vínculos e despossessão material¹³.

¹¹ O trabalho de campo no qual se ancorou a pesquisa de iniciação realizada entre 2007-2008, teve como contexto empírico uma Unidade de Acolhimento Institucional - UAI, localizada na Cidade Baixa, no Bairro de Roma, nas imediações da atual Praça Irmã Dulce, e, por conseguinte, os moradores/moradoras de rua acolhidos na instituição. Já o segundo, realizado entre 2008-2009, voltou-se para os seus espaços de uso nas ruas da cidade, tendo como interlocutores sujeitos que, no momento da pesquisa, estavam fazendo a rua como moradia sem a mediação direta de contextos institucionais. Durante a realização da primeira iniciação científica, três pessoas, com aos quais havia construído uma interlocução mais próxima, saíram da Unidade de Acolhimento, passando a produzir suas dinâmicas na rua. Tendo em vista dar continuidade à essas interlocuções, os espaços de uso nas ruas observados posteriormente, estiveram localizados, especialmente, no entorno dessa instituição.

¹² Frangella (2005), menciona que esse trânsito entre a casa da família e a rua é mais presente nas trajetórias de meninos e meninas de rua do que entre os moradores/moradoras de rua adultos, ou seja, em idade produtiva, ainda que esse trânsito também esteja presente nessas trajetórias. É importante mencionar que os dados construídos pelas pesquisas de iniciação realizada entre 2007-2009 são referentes aos moradores de rua adultos quase todos provenientes da cidade de Salvador, possivelmente, esse dado seja relevante para a presença dessas “idas e voltas”, sem que uma ruptura seja de fato efetuada. Ainda sobre relações familiares, cito a fala de uma das assistentes sociais da instituição de acolhimento na qual a primeira pesquisa foi realizada: *“eles dizem que não têm família, mas basta acontecer algum problema aqui dentro que logo um familiar aparece”*. Apesar de remeter a suposta autonomia das redes familiares em “cobrir” o sujeito e em consequência apregoar uma desresponsabilização do Estado, essa fala é ilustrativa das tensões e contradições que envolve essas relações.

¹³ Na pesquisa realizada entre 2007-2008, foram entrevistados doze pessoas, entre elas homens e mulheres, com mais de 5 anos morando na rua. Já entre 2008-2009, como dito anteriormente, continuei construindo um vínculo de pesquisa com três pessoas, que tinham participado da pesquisa na instituição de acolhimento, e nesse período posterior, dois estavam morando na rua, na Praça Irmã Dulce, e o outro estava morando em uma comunidade religiosa, que acolhia moradores/moradoras de rua, no bairro de Água de Meninos. Além deles, construí uma relação mais próxima de pesquisa com outros moradores/moradoras de rua, tanto nas imediações da instituição, quanto na referida comunidade religiosa. Nesse percurso de pesquisa, apenas uma das interlocutoras narrou a saída de casa como uma ruptura, os outros interlocutores narravam a sua trajetória de rua entre idas e vindas de casa para rua e tentativas de reconciliação mediadas pela própria família. A interlocutora mencionada foi expulsa de casa pela família, por motivos que não cabem ser retomados aqui. Antes de morar na rua, ela foi a única que não tinha qualquer experiência nesse espaço, ou seja, nenhuma experiência em sua trajetória anterior

Dessa forma, em comparação com à exposição a violência e a situação de despossessão material vivenciada na rua, as narrativas não permitiam afirmar que na casa da família eles gozavam de maior proteção e/ou possibilidades melhores de produzir a vida, uma vez que a rede de relações construída na rua (e aqui se inclui os próprios equipamentos da rede socioassistencial), acabava por gerar possibilidades de “*fazer vida*”, às quais muitas vezes não tinham acesso anteriormente. Longe de estarem resumidos às necessidades do corpo biológico e entregues a um “individualismo absoluto” (CASTEL, 1998), o que se observou foi o trânsito dos sujeitos em complexas redes de assistência (formais e informais), de sociabilidade e de atividades produtivas informais¹⁴.

As narrativas, que pude escutar, eram atravessadas por ambiguidades e ambivalências tanto acerca da experiência na casa da família, quanto em relação à experiência na rua. Para além de uma resposta puramente adaptativa à um percurso de rupturas e perdas, que teria motivado o fazer a rua como moradia, esse deslocamento socioespacial foi, muitas vezes, expresso como parte da busca por autonomia frente a contextos conflituosos e/ou violentos (especialmente em relação à família e/ou ao bairro onde residiam anteriormente). A rua, por sua vez, aparecia como espaço onde o limiar entre sofrimento e aprendizado, vínculos e solidão, sociabilidades e violência, precariedade e abundância, liberdade e necessidade, caminhavam juntos de tal forma que a narrativa de um mesmo sujeito, por vezes, transitava entre epopeia e tragédia no relato de uma única cena.

Nesse sentido, foi possível identificar que, apesar da possível apreensão enquanto desfiliados do quadro de referência normativo da sociedade (família e trabalho), dado a inexistência ou fragilidade dessas redes, alguns moradores/moradoras de rua, interlocutores da pesquisa, pareciam encontrar uma “*filiação*”, uma inserção social, justamente nos vínculos estabelecidos com e em determinados espaços da cidade. Dessa forma, o uso da rua como forma de moradia parecia promover, concomitantemente, uma nova inscrição simbólica, afetiva, existencial e espacial desses

figurava esse espaço em seu “campo de possibilidades”. Recordo nitidamente uma frase dita por ela: “*Sabe aqueles programas em que a pessoa passa por uma transformação e depois mostram o antes e o depois? Eu sinto como se tivesse passado por um programa desses, mas eu tava no depois e agora estou no antes*”.

¹⁴ Como exemplo “ideal-típico” de desfiliação, Castel (1998, p.603) cita o jovem toxicônomo de subúrbio, “completamente individualizado e superexposto pela falta de vínculos e de suportes em relação ao trabalho, à transmissão familiar, à possibilidade de construir um futuro [...]. Seu corpo é seu único bem e seu único vínculo, que ele trabalha, faz gozar e destrói numa explosão de individualismo absoluto”.

sujeitos na cidade¹⁵, cuja chave de leitura da “desfiliação”, da “exclusão social” ou do “sem-lugar” não permitiam apreender em sua complexidade, sendo necessário um outro plano de referência capaz de tornar inteligível as complexas relações entre sujeito, sociedade e espaço a partir da rua.

Outra questão identificada foi que, apesar da importância das instituições de acolhimento, a partir do acompanhamento realizado junto à equipe de Abordagem de Rua¹⁶, presenciei uma série de conflitos e negociações entre agentes sociais e moradores/moradoras de rua, nos quais os últimos reivindicavam claramente, através do enunciado *“eu tenho direito à rua”*, a realização de atividades tidas como privadas (ex: cozinhar, tomar banho, lavar roupas, etc.) nas ruas da cidade, frente as tentativas de acolhimento e/ou deslocamento dessas práticas para espaços com menor visibilidade¹⁷. Esse enunciado tinha como fundamento, como pude perceber através das narrativas, o reconhecimento da rua como *“espaço de todos”*. Ao recusarem o acolhimento, eram orientados a permanecer em movimento constante ou procurar um espaço menos visível. Acumular pertences de qualquer espécie era passível de confisco, especialmente no percurso da Abordagem de Rua, que se limitava aos espaços centrais da cidade, salvo quando recebiam denúncias acerca da permanência incômoda de moradores/moradoras de rua nas imediações de suas residências em outros espaços da cidade¹⁸.

É importante destacar que no contexto das referidas pesquisas (entre 2007 e 2009), as instituições de acolhimento eram a única porta de entrada desses sujeitos para os direitos sociais, bem como a única alternativa oferecida no âmbito do Estado aos sujeitos que desejassem sair da rua: isso significa dizer que era somente a partir da

¹⁵ Cito como exemplo duas interlocutoras que se referiam ao bairro do Comércio como sua própria casa, assim, o Comércio aparecia em suas narrativas não só como cenário das cenas relatadas, mas como espaço de pertencimento rico de relações e vivências, e, portanto, central para apreensão das suas trajetórias urbanas, bem como de suas inserções na cidade.

¹⁶ Além da mediação com as Unidades de Acolhimento Institucional, a Abordagem de Rua atua no controle da permanência/circulação e do acúmulo de pertences por moradores/moradoras de rua no espaço urbano.

¹⁷ Outros autores apontam para essa resistência em relação ao acolhimento em unidades institucionais, como exemplo cito Costa (2007) e Quintão (2012). É importante mencionar que no contexto do referido trabalho de campo, a Rede Socioassistencial contava apenas com duas Unidades de Acolhimento Institucional, cada uma, com a capacidade de 100 vagas. Na instituição em que a pesquisa foi realizada, a rotatividade entre os usuários da instituição era bastante significativa, chegando ao máximo de 64 vagas ocupadas no período em que a pesquisa foi realizada.

¹⁸ Para realização de denúncias de apropriações “incômodas” a Prefeitura de Salvador dispõe o Serviço Salvador Atende – 150.

institucionalização que os moradores/moradoras de rua conseguiam acessar o Sistema Universal Saúde - SUS, os direitos socioassistenciais (entre eles o Auxílio Aluguel, o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – BPC.), o sistema de justiça, etc. Logo, fora das instituições de acolhimento, estes habitavam uma zona de completa violação de direitos no campo social, incluindo a violação do “*direito à rua*”, visto que a habitação nesse espaço, seja do ponto de vista das condições de existência ou do ordenamento dos espaços urbanos, é tida como inconcebível¹⁹.

Desse modo, ao fazer a rua como moradia, além de se defrontarem com a exposição radical às dinâmicas socioespaciais das ruas da cidade, que não agrupa a priori condições necessárias à habitação, defrontam-se também com todo um “mecanismo de contenção e constrangimento” das suas presenças no espaço urbano, que, em última instância, tem como objetivo o extermínio de suas existências na cidade (FRANGELLA, 2005)²⁰.

A primeira pista etnográfica que essas observações pareciam indicar é que o deslocamento de casa para rua não se dava de forma repentina e muitas vezes não se configurava enquanto uma ruptura, logo, parecia existir nessas trajetórias um processo simultâneo de desvinculação e vinculação que encontrava na rua a possibilidade de existência (momentânea ou não). Nesse sentido, seguir não só as perdas e rupturas, mas

¹⁹ A configuração desse campo institucional em torno do acesso aos direitos e às políticas públicas, bem como as disputas e transformações que envolvem o emaranhado político no qual a chamada “população em situação de rua” se inscreve no contexto atual, escapa ao alcance desta pesquisa. No entanto, em uma perspectiva comparada com o contexto de gestão desse segmento social apreendido na pesquisa realizada entre 2007 e 2009, em tese pode-se observar uma ampliação das possibilidades de acesso aos direitos e às políticas públicas, em função dos novos arranjos que envolvem a questão social, em especial no que tange a territorialização dos serviços socioassistenciais e de saúde. Para essa ampliação foi fundante o surgimento nacionalmente do Movimento Nacional da População de Rua em 2005, que participou ativamente da luta e da construção da “Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR”, instituída pelo Decreto nº 7.053 em dezembro de 2009. Ainda que a Rede de Acolhimento Institucional seja ainda a porta de entrada para outros serviços e benefícios socioassistenciais, a exemplo do Auxílio-Aluguel, um benefício mensal no valor de R\$ 300,00, no contexto da pesquisa que resultou nesta dissertação, a rede de atendimento à “população em situação de rua”, na cidade de Salvador, contava com quatro Centros de Referências Especializado para Pessoa em Situação de Rua - Centro POP - localizados em Itapuã, Vasco da Gama, Pau da Lima e Dois de Julho -, dez Unidades de Acolhimento Institucional – UAI, localizadas em distintos bairros da cidade, além da atuação da Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA, através do Núcleo de Atendimento Multidisciplinar para a População de em Situação de Rua – Núcleo Pop Rua.

²⁰ Os “mecanismos de contenção” (FRANGELLA, 2005) mais visíveis que pude observar na cidade de Salvador, além da constante pressão dos “*moradores/moradoras de casa e apartamento*” próximos aos espaços que são apropriados e dos sujeitos que usam a rua diariamente, são: fechamento de praças durante a noite, instalação de cactos embaixo de viadutos “tradicionalmente” apropriados por moradores/moradoras de rua, expulsão das praças durante a noite com jatos d’água, além dos deslocamentos forçados realizados em conjunto pela polícia, guarda municipal e agentes da Limpurb. Vale destacar que esses deslocamentos forçados têm sido alvo de ações públicas contra prefeitura de Salvador, por parte da Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE, desde 2014.

os vínculos e permanências que atravessam esse deslocamento socioespacial, em uma perspectiva descritiva, poderia contribuir para compreensão das dinâmicas socioespaciais que envolvem esse deslocamento, e, consequentemente, o fazer a rua como moradia e as cidades que aí são delineadas.

A segunda pista, que decorre da primeira, foi de que existiam demandas em relação à cidade (e à vida urbana), a determinados espaços urbanos e territórios que se articulam na rua, que não eram contempladas em outros espaços, seja na casa da família ou, momentaneamente, nas Unidades de Acolhimento Institucional. Em outras palavras, a rua como forma de moradia parecia extrapolar a ausência de outras alternativas, dada a ruptura de vínculos (familiares e comunitários) e a despossessão material, podendo também se configurar como uma das alternativas presentes no “campo de possibilidades” (VELHO, 1987) dos sujeitos.

E a terceira pista etnográfica que emergiu a partir dessas observações (em diálogo com a literatura), foi que as disputas, tensões e bloqueios que atravessam as dinâmicas de circulação e permanência (fixação) dos sujeitos que fazem a rua como moradia no espaço urbano delimitam ritmos, temporalidades e espaços para essa experiência na cidade, sendo a dificuldade de fixação espacial um dos aspectos mais singulares dessa experiência, que, por sua vez, acaba conformando a mobilidade como uma das principais características das trajetórias que se constituem na rua (ALMEIDA, D'ANDREA, COSTA, 2008). Assim, investigar as táticas que atravessam o fazer a rua como moradia a partir da construção de territórios de permanência no espaço urbano, seria, a meu ver, um modo privilegiado de apreender dimensões acerca dessa experiência urbana e da própria cidade, ainda pouco investigadas pela literatura acerca da rua.

1.2 A escolha da categoria moradores/moradoras de rua

A complexidade que envolve a nomeação e a definição dos sujeitos que aderem à rua como forma de moradia é enunciada em grande parte da literatura especializada, que, por sua vez, tem produzido um engajamento em torno do esforço em escapar de categorias que deformariam a experiência de rua e/ou que os próprios sujeitos da

experiência não se reconheceriam²¹. No entanto, as inúmeras tentativas de nomeá-los e defini-los, também reflete a dificuldade, talvez impossibilidade, de delimitar contornos coletivos e/ou identitários que conformem uma heterogeneidade de sujeitos com distintas trajetórias habitacionais, ocupacionais e usos diversificados da rua em um segmento social²².

A rua parece ser o único signo capaz de conformá-los em um segmento social; assim aparecem nas pesquisas diversas nomeações, entre elas: “habitantes de rua” (KASPER, 2006), “trajetórias de rua” (MARTINEZ, 2011)²³, “moradores de rua” (NEVES, 1999; FRANGELLA, 2005), e a própria categoria de ação pública “população em situação de rua”²⁴ (MELO, 2011). Como parte desse mesmo esforço, alguns trabalhos recorrem ao uso de categorias nativas, a exemplo de *trecheiros*²⁵ e *pardais*²⁶ (MARTINEZ, 2011; BROGNOLI, 1996)²⁶, ambos referentes ao contexto da cidade de São Paulo.

²¹ Ver por exemplo: Martinez, 2011; Kasper, 2006; Brognoli, 1996.

²² Nas ciências sociais, a temática acerca da rua nasce do esforço de requalificação social (moral) desses sujeitos tidos como “sem lugar”. A partir das pesquisas realizadas na década de 1980, a categoria mendigo vai desaparecendo dando lugar a categorizações “requalificantes”. De acordo com Neves (2010): “Ela também desaparece da literatura sociológica, até porque também foi, em grande parte, produzida pelo mesmo engajamento, tendo muitas vezes por objetivo a construção da consciência pública, a saber: elaborada visando à compreensão do que se apresentava como grandes formas de injustiça e desigualdades socioeconômicas. Em correspondência, os autores passaram a acentuar o peso dos fatores sociais e econômicos, em detrimento dos fatores individuais, pelos quais geralmente reportagens jornalísticas e diversos ensaios se pautavam até então. De qualquer forma, mesmo para os olhares mais inocentes, a expansão da presença de pobres vivendo e trabalhando na rua já não podia ser entendida tão somente por fatores individuais ou pessoais” (NEVES, 2010, p.12). Ainda conforme a autora: “Os termos deformam as razões dessa própria existência social, ressaltando um suposto perfil ou estilo de vida: mendigos, vagabundos, *homeless, sans domicile fixe*, população ou morador de rua” (p.12).

²³ Martinez (2011) tenta fugir das categorias identitárias a partir do recurso analítico-metodológico “trajetórias de rua”, que a autora compõe a partir do conceito de trajetória de Tim Ingold. Para a autora, não usar o termo morador de rua, que é definido pela pobreza, é uma tentativa de fugir da noção de exclusão social e marginalidade que delimita previamente o campo de investigação.

²⁴ Termo com o qual o segmento social designado como moradores/moradoras de rua nesta dissertação é nomeado oficialmente e definido como o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular (definição adotada pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua).

²⁵ Martinez (2011) e Brognoli (1996) trazem uma distinção e classificação a partir de categorias nativas trecheiros e pardais definidas a partir de um critério de territorialidade. Os “pardais” seriam os que se fixam em um único trecho, já os “trecheiros” seriam trajetórias nômades, que escapam aos mecanismos de captura institucional e não se territorializam em um único lugar pois fazem do deslocamento uma forma de existência. Essa trajetória é apreendida através do deslocamento pelos trechos, cujo deslocamento só ocorre por meio do desvinculamento com os elos que o fixam no território. Para a autora, os “trecheiros” se implicam em direção a ruptura de uma linha segmentária de vida: vínculos com a família, emprego formal, comunidade, residência domiciliar.

²⁶ Essas duas categorias nativas são referentes a cidade de São Paulo.

Ao propor uma apreensão do fazer a rua como moradia como uma forma específica de morar na cidade, seja ela circunstancial ou não, a escolha da terminologia moradores/moradoras de rua, neste trabalho, ancorou-se, especialmente, na crítica à premissa de que é “inconcebível viver na rua”, partilhada por parte da literatura especializada, pelo senso comum e pela rede de atendimento à chamada “população em situação de rua”. Ao não apreender a rua como um espaço de moradia, tal premissa corrobora para o não-reconhecimento dela como uma instância fundamental da existência desses sujeitos na cidade, que, por sua vez, põe em circulação recursos, afetos, saberes, relações, espaços e experiências singulares.

Entre outras implicações, entendo que esse não reconhecimento, legitima que os moradores/moradoras de rua sejam deslocados, coagidos à circulação ou removidos de forma violenta dos seus espaços de moradia (tendo seus pertences confiscados e suas construções - quando existem - destruídas), sem a necessidade de qualquer mediação legal, como ocorre, por exemplo, em relação as ocupações dos movimentos urbanos por moradia, ainda que as reintegrações de posses vivenciadas por esses últimos também sejam realizadas de forma brutal. Logo, a vulnerabilidade dos sujeitos que fazem a rua como moradia frente aos agentes do ordenamento e da vigilância do espaço urbano é radical, o que faz com que uma espécie de “direto à rua” integre suas disputas cotidianas no espaço urbano.

Nesse sentido, entendo que o uso da expressão moradores/moradoras de rua, em detrimento do termo “população” ou “pessoa em situação de rua”, permite situar de forma mais explícita a discussão na tensão entre distintas modalidades de moradia, na constituição das práticas e subjetividades dos sujeitos que fazem da rua seu território central de existência. Por si, a expressão indica um limiar entre as dimensões tidas como privadas (moradia) e públicas (rua) da existência. É a tensão desse limiar, que, talvez, coloque mais claramente o “incômodo” que suas presenças provocam no espaço urbano, ao passo que fazer da rua moradia envolve produzir nesse espaço lugares para as experiências tidas como privadas, disputando, assim, os usos e sentidos socioespaciais projetados no espaço urbano. Contribuiu também para essa escolha, o fato da expressão morador/moradora de rua, ao menos no contexto da cidade de Salvador, ser utilizada de forma mais abrangente entre eles, sendo a categoria “população” ou “pessoas em situação de rua” pouco utilizada fora da esfera de ação e representação pública.

Esse recurso revelou-se de extrema pertinência metodológica-analítica ao passo que: i) exceto um dos interlocutores da pesquisa, todos identificaram-se enquanto morador/moradora de rua, apesar de acionarem “categorias nativas”, a exemplo de “maloqueiro” e “sacizeiro”²⁷, em referência a outros moradores/moradoras de rua; ii) permitiu entrever mais facilmente aproximações e distanciamentos entre a “fixação” e circulação desses sujeitos em outras classificações no delineiar de suas trajetórias; iii) uma das interlocutoras presenteou a pesquisa com a expressão correlata “*moradores/moradoras de casa e apartamento*”, conformando, ela mesma, dois segmentos sociais que se distinguem, em suas inserções na cidade, a partir da forma de moradia.

Investigar o fazer a rua como moradia sem partir do pressuposto que é “inconcebível viver nas ruas”, ou seja, considerando a possibilidade desses sujeitos construírem territórios existenciais que dêem sentido e validem suas existências nesse espaço, requer perspectivar esse fazer não somente como um “problema social e urbano” a ser solucionado, mas como parte de táticas/estratégias, afetos e construção das subjetividades no espaço urbano, que colocam em cena conflitos, tensões, negociações, lutas e vínculos sociespaciais. Para Daniel De Lucca Costa (2007):

No coração do reconhecimento de que a rua é um espaço indigno de vida, reside a necessidade de afirmação de que este espaço seja tolerado ao menos como lugar de vida para amplo contingente de pessoas que diariamente é deslocado, retirado, expulso e incitado à mobilidade contínua pelos interstícios da cidade (p.181)

Nesse sentido, a perspectiva crítica assumida aqui, e também partilhada por outros autores, não visa naturalizar a rua como espaço de moradia, mas apreender e afirmar as ambivalências e contradições da trama cotidiana que produz de forma simultânea sujeitos, trajetórias, territórios, territorialidades e cidade a partir da luta pelo direito de viver na cidade.

1.3 Sobre a construção do campo de pesquisa

²⁷ Não me aterei essas categorias nativas, ainda que apareçam nas narrativas, em certos momentos. O uso da expressão “maloqueiro” é bastante amplo, “diga aí, maloqueiro”, “ah, aquele é maloqueiro de rua”, podendo ser utilizada tanto para cumprimentar quanto para designar qualquer sujeito que more na rua ou tenha intensa relação com esse universo social, já a segunda expressão “sacizeiro”, é usada pejorativamente para se referir aos usuários de crack, sendo análoga a expressão “nóia”, identificada e descrita por Rui (2014) no contexto da cidade de São Paulo.

A pesquisa assumiu um caráter etnográfico, exploratório e experimental, tanto em relação à prática de morar na rua, quanto em relação à cidade. Isso significa dizer que não se partiu de enquadramentos teóricos que abordam a moradia na rua como experiência radical de exclusão nas cidades e nem de concepções prévias acerca do que é cidade, mas, antes, entendeu-se a experimentação como prática de pesquisa e como experiência do pensamento, ou seja, como forma de produção do conhecimento (TELLES, 2010)²⁸.

Nesse sentido, em grande medida, a construção do campo, da metodologia e das categorias analíticas que embasaram esta pesquisa se deram de forma concomitante, em um processo contínuo de alimentação e retroalimentação. Dessa forma, tentarei apresentar esse processo aqui, me aproximando, tanto quanto possível, dos tempos e espaços por onde passaram essa construção.

Ainda no projeto inicial, defini como recorte para escolha dos interlocutores, moradores/moradoras de rua que conformassem um espaço de uso regular em determinada espacialidade da cidade há um tempo razoável; em outras palavras, dentre a heterogeneidade de trajetórias que se constituem na rua, tinha o interesse em construir interlocuções mais próximas com sujeitos que, a partir de suas dinâmicas de circulação e permanência no espaço urbano, produzissem territórios de permanência na rua, como já dito²⁹.

Esse recorte, teve em vista atender a intenção de investigar esses territórios de permanência, partindo da compreensão, já exposta anteriormente, que a dificuldade de fixação incide na radicalização da circulação desses sujeitos no espaço urbano³⁰. Logo,

²⁸ Certeau (2014), propõe o deslocamento da “Cidade-conceito” (p.161) instaurada pelo discurso utópico e urbanístico, para as práticas urbanas organizadoras da “cidade habitada” (p.159). Enquanto a primeira se degradaria juntamente com os discursos (a razão) e os profissionais enfermos que a instalaram, a segunda se proliferaria nas astúcias, nas táticas dos usuários, que jogam com as “ocasiões”, insinuando uma “cidade *transumante*” (p.159, grifos do autor) na cidade da racionalidade hegemônica e normativa, “urbanística, estatística ou administrativa” (AGIER, 2011, p.36).

²⁹ O que venho chamando aqui de territórios de permanência são esses usos mais estáveis de determinado espaço urbano, ao ponto de produzirem sentidos não só de referência espacial na cidade, mas de identificação subjetiva, ao ponto de se acoparem às suas próprias subjetividades, ao modo como se identificam, são conhecidos e reconhecidos, inclusive, para além dos espaços onde produzem esses territórios e suas territorialidades. Não necessariamente fazia parte desse critério de investigação uma apropriação visível em termos materiais, como as investigadas por Kasper (2006), no centro de São Paulo.

³⁰ Na tensão entre circulação e permanência nas ruas da cidade, os sujeitos que fazendo a rua como moradia tendem a produzir territórios efêmeros e contingentes, que estabelecem “fronteiras contraditórias

o que se buscou com essa escolha metodológica e analítica foi chamar a atenção (i) para as permanências e regularidades, em vez da fragmentação e do nomadismo, mais enfatizados nas pesquisas acerca da experiência de rua; e (ii) para as mediações, sociabilidades e produção de vínculos, que perpassam, mais especificamente, esse uso da rua. Sendo que, de forma mais objetiva, interessava apreender os critérios que norteiam as suas presenças nessas territorialidades específicas; as táticas utilizadas em prol da conquista da co-presença nessas espacialidades e na própria cidade; bem como as tensões, conflitos e negociações que emergem nessas disputas em torno do uso privado/pessoal dos espaços tidos como públicos/coletivos.

As ideias de permanência e circulação, por sua vez, aparecem aqui em dois sentidos, respectivamente. A primeira em alusão aos usos mais estáveis de determinada espaço urbano pelos sujeitos que fazem a rua como moradia, e à própria permanência deles nas ruas da cidade; e a segunda em alusão aos seus percursos funcionais, aleatórios ou compulsórios no espaço urbano, e ao próprio trânsito desses sujeitos entre a rua e outras modalidades de moradia.

Dito isto, cabem algumas considerações acerca da noção de tática operacionalizada nesta pesquisa. Para Michel de Certeau (2014), grande parte das práticas cotidianas seriam de tipo tático, ao passo que resultam de “operações”, “combinatórias”, “maneiras de fazer” indissociáveis do próprio fazer. Ainda que não estejam submetidas à sistemas jurídicos, regimentos e manuais, essas práticas também respondem à um ordenamento, ele próprio circunstancial e especializado. Dependeriam, portanto, do acaso, e contariam, especialmente, com a astúcia, a criatividade e a sagacidade dos praticantes, em outras palavras, seriam, elas, produto de “racionalidades alternativas”, incapazes de serem apreendidas pelo pensamento instrumental e economicista (RIBEIRO, 2005), à medida que colocariam “em jogo uma *ratio* ‘popular’, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (CERTEAU, 2014, p.41).

que, a um só tempo, separam práticas sociais e visões de mundo antagônicas e as põe em contato” (ARANTES, 2000, p.191). A produção de territórios de permanência, por sua vez, constitui um arranjo menos presente nessas trajetórias. Isso se dá em função de fatores externos à elas, as estratégias dos ordenamentos socioespaciais presentes em cada espaço, e de fatores ligados às próprias táticas que envolvem o “fazer vida” na rua, no que se refere à proteção, ao acesso à alimentação, água e outros recursos, bem como às dinâmicas de sociabilidades. Desse modo, não tenho a intenção de afirmar que, no geral, os sujeitos que fazem a rua como moradia objetivem (ou desejem) a construção de territórios de permanência, nem, tampouco, o contrário, visto que existem fatores externos que atuam na intenção de impedir a produção desses territórios no espaço urbano, especialmente, nos espaços mais valorizados da cidade.

Mais do que desvio dos ordenamentos e das normatividades hegemônicas, as táticas seriam maneiras de jogar, de “fazer com”, ajustes, reempregos, manipulações, formas de dispor em favor próprio de espaços, lugares, elementos e recursos (materiais e simbólicos) impostos por essas hegemônias. Nas palavras de Certeau (2014):

Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (p.95).

Nesse sentido, as disputas por apropriação do espaço urbano praticadas pelos sujeitos que fazem a rua como moradia se dão, essencialmente, a partir de táticas, pois dependem da astúcia ou do “saber-fazer”, sem qualquer poder externo que garanta o estabelecimento de um “próprio”³¹, um território, uma “estabilidade” de qualquer espécie. Assim, são elas que conformam as próprias condições que dão possibilidade às suas vidas cotidianas (MAYOL, 2014). É no cotidiano que estes sujeitos conquistam diariamente a co-presença na cidade, ao corporificar o “direito a dar espetáculo” (RIBEIRO, 2005)³², expresso na visibilidade incômoda dos seus corpos, práticas e sociabilidades no espaço urbano.

Ainda para Certeau (2014), essas “maneiras de fazer” são inseparáveis de uma “maneira de narrá-las”, logo podem ser apreendidas a partir das narrativas (relatos) dos seus praticantes, que, por sua vez, seriam por si próprias uma prática espacializada e circunstancial. Desse modo, é nas práticas decorrentes das astúcias cotidianas, e nos

³¹ Nas palavras de Certeau (2014), “O ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à varialidade das circunstâncias. É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo” (p.94).

³² Para Ribeiro (2005, p.33), o “direito a dar espetáculo” nos espaços tidos como públicos, se torna ainda mais relevante devido a ampliação da violência simbólica na experiência urbana contemporânea. Uma violência, que conforme a autora, “se inscreve, sem maiores obstáculos, nos atuais projetos de modernização de grandes cidades de origem colonial e escravocrata”. Ainda para autora: “Hoje, o capital simbólico implicado na reprodução social desdobra-se como capital de visibilidade, com os recursos da técnica, do marketing e da promoção seletiva de lugares e práticas sociais. Esse desdobramento, que resulta em intensificação da vigilância ironicamente sintetizada na frase: ‘Sorria, você está sendo filmado’!”, faz com que a busca por visibilidade libertária precise adquirir a forma de atos que confrontem a violência simbólica. Travada em superfícies criadas pela ascensão da aparência - com seus sinais, símbolos e imagens - e frente a processos que concretizam a acumulação urbana, esse confronto enreda sujeitos sociais e protagonistas, ação espontânea e ação planejada, ajustes e desajustes sociais, cenas e contextos, transformação social e ação possível” (RIBEIRO, 2005, p.36).

seus modos de significação, sempre circunstanciais, que podemos encontrar a cidade de alguma maneira em processo, inapreensível por parte de qualquer concepção previamente formulada (AGIER, 2011).

Aliada a noção de táticas, esta pesquisa se inspirou na noção de trajetórias urbanas delineada por Vera Telles (2010) e desdobrada por Thais Rosa (2014), para as quais, o traçado das trajetórias urbanas dos seus praticantes da cidade conforma “pontos de junção e conjunção da trama social que operam como campos de gravitação de práticas” (TELLES, 2010, p.87), que permite descortinar “cidades outras” (ROSA, 2014):

[..] feitas de deslocamentos, desenraizamentos, ajustes e ausências, mas também de relações, mediações, projetos e afetos, cuja multiplicidade de dimensões históricas, concepções em ato ou devires possíveis somente se dão a apreender a partir das narrativas dos sujeitos. (ROSA, 2014, p.34).

Nesse sentido, conforme Telles (2010, p.85): “Tempos biográficos organizam trajetórias que individualizam histórias de vida, e estão inscritos em práticas situadas em espaços e nos circuitos urbanos que as colocam em fase com tempos sociais e temporalidades urbanas”. Logo, seguir as trajetórias urbanas dos praticantes das cidades, não é somente traçar os pontos de partida e os pontos chegada, mas interrogar:

[...] pontos críticos, pontos de mudança e também de entrecruzamentos com outras histórias – ‘zonas de turbulência’ em torno das quais ou pelas quais são redefinidas (deslocamentos, bifurcações) práticas sociais, agenciamentos cotidianos, destinações coletivas (TELLES, 2010, p.85).

Nessas “zonas de turbulência”, “acontecimentos-armadilhas” (CERTEAU, 2014) e “encruzilhadas” (RUFINO, 2017)³³, estão entrelaçadas trajetórias habitacionais, percursos ocupacionais, deslocamentos cotidianos que articulam trabalho, moradia e serviços urbanos, cujos nexos colocam em perspectiva a própria cidade. Sendo, necessário situar, portanto, tais eventos de reorganização da existência nos tempos e

³³ Rufino (2017), traz a potência da encruzilhada como um campo de possibilidades, tornando-se ela o símbolo máximo do sentido de transformação, inacabamento, ambivalência, imprevisibilidade. Nas palavras do autor: “O lugar que se abre e onde se cruzam os poderes que reinventam a vida enquanto possibilidade chama-se encruzilhada, vulgo encruza. É lá que o estrondo da gargalhada explode no pé de nossos ouvidos. Mareados na nuvem de fumaça, nossas certezas e ambições se desmantelam. O corpo cambaleia, busca um novo arranjo, só possível na ginga. Há de se incorporar outros sentidos. A encruzilhada é onde se destroem as certezas, é, por excelência, o lugar das frestas e das possibilidades” (RUFINO, 2017, p.162).

espaços em que se desenrolam, afim de apreender as tramas sociais que articulam tempos biográficos e tempos sociais (TELLES, 2010):

[...] são esses eventos que dão a cifra para apreender os campos de força operantes no mundo urbano, a trama de relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim, a pulsão da vida urbana – a redistribuição de possibilidades, bloqueios, aberturas ou impasses que atravessam e individualizam cada história de vida, mas que também a situam em um plano de atualidade (p.85).

Ainda para a autora, esses eventos podem ser atravessados por três linhas de intensidade: das cronologias; das espacialidades; e dos eventos políticos, que traçam territórios sem fronteiras fixas, feitos de práticas e conexões que articulam diversos espaços e relações, ao passo que não se reduzem as relações de proximidade³⁴. Dessa forma, as trajetórias urbanas seriam uma entrada privilegiada:

(...) para o estudo das dinâmicas socioespaciais envolvidas em processos situados de produção, apropriação e significação dos espaços (...), ao permitir apreender tais processos para além das associações imediatas entre espaço e sociedade, trazendo à tona a via de mão dupla pela qual os fluxos urbanos estruturam trajetórias de vida, mas também o próprio espaço da cidade (e vice-versa) (ROSA, 2014, p.34-35).

Feita essas considerações de partida, adentramos na construção do campo propriamente dito.

1.3.1 Acessando os interlocutores

Acessar os moradores/moradoras de rua é uma das primeiras questões que o pesquisador de campo precisa enfrentar. Nesse sentido, faz-se necessário investir em formas de acesso, que muitas vezes se traduzem em táticas de pesquisa, como por exemplo, sentar em uma praça pública e fumar (MARTINEZ, 2011) ou realizar percursos a pé no centro da cidade (FRANGELLA, 2005; KASPER, 2006). O uso de *táticas* se faz necessário, pois essa interação, no geral, não permite um planejamento estratégico da ação (CERTEAU, 2014), e, não raro, está submetida à “sorte da ocasião”

³⁴ A noção de território apresentada aqui a partir de Telles (2010), não é equivalente a território de permanência, sendo este último parte desse território mais amplo que pode ser traçado a partir das trajetórias urbanas dos sujeitos que fazem a rua como moradia.

(MARTINEZ, 2011). Essa condição da pesquisa de campo com esses sujeitos, diretamente na rua, pode ser remetida, como dito anteriormente, à tensão entre circulação e permanência, tida como inerente aos modos de vida que se constituem na rua, e que se traduz pela extrema mobilidade e dispersão dos moradores/moradoras de rua no espaço urbano (FRANGELLA, 2005)³⁵.

Dada essa característica empírica de grande parte dos modos de vida forjados na rua, tendo em vista viabilizar um contato mais próximo e continuado com essas pessoas, muitos pesquisadores constroem entradas a partir das instituições destinadas a atendê-los e geri-los, mesmo quando, a priori, as dinâmicas institucionais não se constituem como objeto de investigação. Digo a priori, pois as instituições conformam modos de operar específicos que quando não condicionam as práticas dos sujeitos que a elas acedem, são, no mínimo, produtoras de importantes inflexões em suas dinâmicas cotidianas, e, por tal motivo, acabam se tornando uma das dimensões analíticas fundantes nas pesquisas que aderem a essa forma de entrada para realizar o trabalho de campo³⁶.

A utilização do critério de encontros sucessivos com determinado sujeito em determinada espacialidade pareceu ser a forma mais adequada para identificar essas formas de vínculo/uso da rua. No entanto, uma outra questão parecia importante: essa identificação seria realizada (i) a partir da escolha prévia de um espaço específico da cidade (um bairro, uma praça pública, ou um percurso delimitado), vinculando, dessa forma, a investigação às dinâmicas de uso mais permanentes nesse espaço; ou (ii) a partir das próprias trajetórias dos moradores/moradoras de rua, que, por sua vez,

³⁵ A extrema mobilidade e dispersão dos moradores/moradoras de rua no espaço urbano também é apontada como um dos maiores desafios enfrentados pelas pesquisas de caráter censitário, fato que acaba gerando um abismo entre as estimativas oficiais e o contingente real de sujeitos morando nas ruas das cidades.

³⁶ Como exemplo, cito as pesquisas com sujeitos que fazem a rua como moradia realizadas por Frangella (2005) e Martinez (2011). Apesar de ambas as pesquisas contarem com essas duas formas de observação, na rua e nas instituições de atendimento, os contatos sistemáticos com moradores/moradoras de rua se deram nas instituições e nas proximidades das mesmas; essa escolha é justificada por ambas autoras pela dificuldade de construir contatos continuados com esses sujeitos no espaço urbano. Em ambas as pesquisas, as dinâmicas institucionais também foram alvo de investigação, ainda que previamente não fossem objeto das pesquisas. A pesquisa realizada por Rui (2014), acerca da corporalidade de usuários abusivos de crack, também pode ser citada nesse sentido, a conjunção entre experiência de rua e uso abusivo de crack traz dificuldade ainda maiores para realização da investigação diretamente nos espaços de apropriação. Buscando estar mais próximas dessas práticas, a autora utiliza como estratégia metodologia a inserção no programa de redução de danos da cidade de Campinas, no entanto, nas palavras da autora: “Não demorou para eu notar a necessidade de refletir também acerca desses programas de redução de danos que mediaram a pesquisa, na medida em que eles são parte inseparável do universo pesquisado” (RUI, 2014, p.22).

delimitariam o campo e a espacialidade da pesquisa. Cada uma dessas entradas, pelo espaço ou pelas trajetórias, sugeria procedimentos metodológicos distintos, ainda que ambas implicassem na realização de incursões iniciais em campo, de modo que fosse possível mapear espaços e/ou trajetórias que atendessem ao recorte de pesquisa. Tendo em vista essa questão, o trabalho de campo foi iniciado em março de 2016 de forma exploratória, para a partir dessa primeira inserção, produzir um campo empírico de pesquisa³⁷.

Sabe-se que essa experiência urbana se situa, prioritariamente, nos espaços tidos como centrais, que agregam múltiplas territorialidades de serviços e práticas (ALMEIDA, D'ANDREA, COSTA, 2008). Essa sobreposição de múltiplas territorialidades, aliada a presença de equipamentos urbanos, favorece as dinâmicas de sociabilidade, as atividades produtivas, as táticas de obtenção de recursos e de resolução das necessidades corporais dos moradores/moradoras rua, ao passo que permite um trânsito maior entre fronteiras socioespaciais (materiais e simbólicas) que se materializam nos espaços e temporalidades urbanas, através, especialmente, de constrangimentos físicos e morais praticados pelos agentes do ordenamento e da vigilância do espaço urbano e pelos proprietários de estabelecimentos comerciais.

Em que pese a imprecisão dos dados estatísticos acerca do quantitativo de sujeitos que moram na rua nas cidades contemporâneas, sabe-se que desde a década de 1980, momento em que a experiência de rua começa a ganhar uma visibilidade mundial, o contingente de sujeitos que aderem a essa forma de inserção nas cidades contemporâneas é crescente. Na cidade de Salvador, as três pesquisas oficiais de caráter sociodemográfico realizadas atestam, entre 2002 e 2017, esse crescimento: em 2002³⁸, foram identificados 518 sujeitos morando na rua; já na pesquisa realizada em 2009³⁹,

³⁷ Para produção e continuidade do trabalho de campo contei com as preciosas contribuições da coorientadora Thais Troncon Rosa, especialmente depois da qualificação I, quando esbocei essa primeira fase do campo empírico da pesquisa, a qual chamamos de exploratória. Na qualificação I, as generosas contribuições de Paola Berenstein e Cibele Rizek também foram fundamentais para os desdobramentos do trabalho de campo e da pesquisa de forma geral.

³⁸ “Diagnóstico sobre a População de Rua na cidade de Salvador” (2002), uma parceria entre governo do Estado da Bahia e Prefeitura Municipal de Salvador através da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais; Secretaria do Trabalho e Ação Social, e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento social.

³⁹ “Relatório da Pesquisa sobre a População em Situação de Rua no município de Salvador-Ba”, realizada pela Secretaria municipal de Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão – SETAD, em parceria com a fundação José Silveira, com o Ministério Publico Estado da Bahia, e com a participação dos movimentos sociais.

esse quantitativo saltou para 2.076; e, segundo o levantamento da última pesquisa realizada em 2017⁴⁰, estima-se que entre 14.513 e 17.357 sujeitos fazem a rua como moradia, na capital baiana⁴¹.

Nesse sentido, em algum momento, qualquer pessoa que mora na cidade de Salvador será interpelada por um morador de rua. Essas fricções de presenças no espaço urbano ocorrem mais facilmente nos pontos de ônibus, nas portas de estabelecimentos comerciais, nos sinais de trânsito, praias, praças, eventos realizados na rua, etc., de modo que podem ser vivenciadas com mais ou menos frequência, pois dependem de um conjunto de fatores, entre eles: (i) o meio de transporte utilizado para se locomover na cidade - se os deslocamentos são realizados de ônibus ou a pé, essas possíveis fricções são menos contornáveis; (ii) o uso e/ou consumo de um circuito comercial de rua e dos espaços tidos como públicos no centro da cidade.

Tendo isso em vista, durante essa primeira etapa da pesquisa, fui compondo o campo a partir das fricções entre as nossas presenças no espaço urbano, ou seja, através da minha própria dinâmica e experiência na cidade Salvador⁴². Algumas dessas fricções se transformaram em contatos, os quais chamei de contatos ocasionais, por dependerem da “própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’” (CERTEAU, 2014, p.46). Ao ser abordada por eles, geralmente, através de um pedido de ajuda, explicitava o interesse de pesquisa, de modo a estabelecer uma interlocução. Nesse período, registrei no diário de campo contatos ocasionais com moradores/moradoras de rua em distintas localizações no espaço urbano, e, com alguns deles, além de estabelecer uma interlocução, tive a oportunidade de acompanhá-los (na ocasião) em percursos que integravam as suas dinâmicas cotidianas na cidade. Desses contatos, construí uma

⁴⁰ “Cartografias dos desejos e dos direitos: Mapeamento e contagem da população em situação de rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil1”, 2017, realizada pelo Projeto Axé em parceria com a Universidade federal da Bahia (UFBA), com o Movimento Nacional da População Rua (MNPR) e com a Defensoria Pública da Bahia (DPE), com o financiamento da Unesco, através do prêmio Criança Esperança 30 anos.

⁴¹ É importante ressaltar que ainda de acordo com essa última pesquisa, o segmento populacional, ao qual convencionou-se chamar de “População em Situação de Rua” tem gênero e raça predominante na cidade de Salvador, sendo composta por 82,6% de homens, 15,9% de mulheres, e 92,8% se autodeclararam negros e pardos.

⁴² No caso específico do campo exploratório com moradores/moradoras de rua nas ruas da cidade, um dos maiores desafios que enfrentei foi justamente essa separação entre trabalho/pesquisa e vida. Contribuiu para tal, sem dúvida, o fato de grande parte das minhas dinâmicas cotidianas envolverem o uso da rua, tanto como circulação, quanto como espaço de lazer e consumo.

relação de pesquisa com quatro sujeitos que fazem a rua como moradia, de modo que os contatos ocasionais ganharam o estatuto de “encontros de pesquisa”⁴³.

Para Pierre Bourdieu (1993) uma das premissas para minimizar o atravessamento da violência em uma relação de pesquisa e reduzir as distorções que dela resultam é medir a amplitude e a distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida pelos sujeitos e a finalidade com a qual o pesquisador a concebe. Nesse sentido, entendo que nos contatos ocasionais que não chegaram a se desdobrar em “encontros de pesquisa”, o fato de comunicar o meu interesse, não me pareceu garantir que os sujeitos tivessem clareza da relação particular na qual ela se estabelece. Vez que, como minha própria experiência de pesquisa me leva a afirmar, a construção de uma relação de pesquisa, especialmente, junto aos moradores/moradoras de rua, prescinde do tempo, pois envolve a construção de um vínculo mútuo de confiança, que necessariamente é repactuado e reafirmado (ou não) constantemente ao longo da pesquisa.

Esses contatos ocasionais se deram não somente na rua (praças, bares de rua, pontos de ônibus, transportes públicos, praias, eventos de rua, etc.)⁴⁴, como nos espaços de representação, luta e defesa dos direitos da “População em Situação de Rua”: a sede do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, localizada na Ladeira São Francisco, no Pelourinho, e a Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA, sediada na Rua Pedro Lessa, no Canela⁴⁵, os quais passei a frequentar ao longo do percurso da pesquisa. É importante mencionar, que nessa primeira etapa, que durou

⁴³ A ideia de “encontros de pesquisa” é utilizada por Gabriel Feltran (2011) e Rosa (2014), em referência à relação que se estabelece entre pesquisador e interlocutor. Para Rosa (2014), esses encontros configuram “espaços de diálogo e reflexão conjunta” (ROSA, 2014, p. 41), sendo, portanto, um dos elementos que conferem estatuto político à pesquisa de natureza etnográfica. Essa ideia também tem sido trabalhada pela pesquisa coletiva “Urbanidades Liminares”, coordenada pela profª Thais Troncon Rosa e da qual também faço parte, como dito anteriormente.

⁴⁴ Durante esse período, como tática para intensificar a possibilidade dessas fricções, ainda que o centro da cidade faça parte dos meus percursos cotidianos, estabeleci dois percursos a serem realizados a pé, uma vez por semana, do Campo Grande à Praça da Sé (no Pelourinho), parando na Praça da Piedade (na Avenida Sete de Setembro), e do Elevador Lacerda à Praça da Inglaterra (no Comércio), conhecida como “Praça das Duas Mão”. Tanto os percursos quanto a escolha das praças se deu em função de ambos condensarem um fluxo considerável de circulação e permanência de moradores/moradoras de rua no centro da cidade de Salvador.

⁴⁵ Durante o primeiro ano de pesquisa, realizei contatos com o Movimento Nacional da População de Rua - MNPR e com a Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE-BA, junto aos quais mantive interlocuções ao longo de 2015 e 2016. Inicialmente, tal interlocução pautou-se mais no meu amplo interesse pela temática e menos no caráter propriamente investigativo, do que no tange à produção de dados propriamente para a pesquisa. Vale destacar que ambos os espaços atendem diariamente um grande número de moradores/moradoras de rua, de modo que, a partir da minha presença em tais espaços pude construir interlocuções não só com representantes públicos da “População em Situação de Rua”, mas com diversos moradores/moradoras de rua.

aproximadamente três meses, vivi o que Karina Biondi (2011) nomeou como “uma vida em estado de campo” (p.55), especialmente pelo fato de que majoritariamente as minhas dinâmicas cotidianas na cidade de Salvador são delimitadas na conjunção entre os dois elementos destacados anteriormente - deslocamentos realizados através de transporte público e a pé, e uso e/ou consumo de um circuito de rua no centro da cidade.

Nesse sentido, a conjunção desses elementos conferiu uma intensidade à inerente imprevisibilidade desse campo exploratório, pois ao mesmo tempo em que os contatos estiveram sujeitos a “sorte da ocasião” (MARTINEZ, 2011), eles se deram de forma muito recorrente, fato que possibilitou uma reflexão acerca do lugar que a alteridade (o outro) ocupa na experiência de rua. Se o estado de exposição constante e radical no espaço urbano é a característica que mais singulariza essa experiência urbana, tal como aponta Christian Kasper (2006), o próprio *“fazer vida”* na rua torna imprescindível as interações e construção de redes com os *“moradores/moradoras de casa e apartamento”*.

Vale mencionar que as condições de aproveitar a ocasião das fricções entre as nossas presenças na cidade, estabelecendo, assim, um contato ocasional, em geral, dependeram mais da postura ética que fui assumindo em campo, e menos do investimento e abertura dos sujeitos que fazem a rua como moradia na interação. Grande parte das vezes em que fui abordada com um pedido de ajuda, e atendi o pedido, me senti desconfortável em explicitar o meu interesse de pesquisa, impossibilitando, assim, que o contato se encaminhasse para uma interlocução mais continuada. O meu desconforto nessas interações se fundamentou, não exatamente no fato de ter atendido ao pedido, mas quando, em decorrência desse fato, o sujeito se sentia à vontade para continuar a interação relatando sua história de vida e compartilhando suas vivências cotidianas, ao mesmo tempo em que explicitava uma certa surpresa (ou mesmo comoção) pela escuta atenta e interessada.

Nesse sentido, a percepção de que algo mais sutil e frágil estava sendo trocado nessas interações serviu como baliza para não comunicar a minha posição de pesquisadora. É claro que a partir da construção de uma relação de pesquisa, essa troca poderia se aprofundar através da construção conjunta de um conhecimento sobre as dinâmicas da rua e da cidade envolvidas em suas próprias experiências, como ocorreu com os interlocutores com os quais esse vínculo foi construído. No entanto, também foi

decisivo para essa escolha de não prosseguir nesses termos, o receio de que talvez não os encontrasse novamente, como de fato ocorreu com alguns.

A experiência de campo me leva a afirmar que as demandas por respeito e reconhecimento por parte dos moradores/moradoras de rua, são ainda mais prementes do que as demandas materiais, ainda que estas sejam indissociáveis, ao passo que parecem ser ainda mais difíceis de serem atendidas. Nesse sentido, pude observar que as suas histórias de vida são usadas não só como tática de obtenção de bens e recursos, mas como tentativa de estabelecer uma interação intersubjetiva, ainda que momentânea⁴⁶. Sendo essas interações, muitas vezes, hipervalorizadas, em função do respeito e reconhecimento que permitem circular.

Como também pude observar em campo, as relações implicam uma necessidade constante de repactuação e reafirmação do vínculo de confiança. Aqui caberiam questões subjacentes e além do que a pesquisa e a teoria puderam me informar, por exemplo acerca da própria fragilidade das suas relações de sociabilidade, bem como a hipervalorização dos vínculos que fazem circular certo grau de reconhecimento social, mas que ainda assim estão submetidos à uma desconfiança permanente. Uma das formas em que isso se expressa é do que se pode nomear aqui de baixo limiar de frustração presente nas interações, no qual qualquer palavra “mal dita” pode pôr em questão toda a construção do vínculo. Em outras palavras, o estado de alerta que a expressão “*pegue a visão*” indica, como dito anteriormente, perpassa as relações de maneira contundente, afim de saber quem é ou não “*de verdade*”. Ainda que ser apreendido como alguém que “é *de verdade*”, confira um valor a interação, essa apreensão não é estanque, podendo se reverter diante do menor sinal identificado pelo sujeito como desconforto ou desvalorização em relação a ele próprio ou à sua presença.

A realização dessa fase exploratória foi de extrema relevância, pois possibilitou a construção de reflexões analíticas, que foram se sedimentando ao longo da pesquisa. Se caminhar nas ruas cotidianamente envolve uma certa vulnerabilidade corporal face à alteridade e à própria cidade, fazer trabalho de campo na rua implica necessariamente na maximização premeditada dessa vulnerabilidade, pressupondo, portanto, uma outra negociação em torno dela. Nos percursos realizados junto com sujeitos que fazem a rua como moradia, tanto na duração do campo exploratório, quanto durante o trabalho de

⁴⁶ No capítulo III desta dissertação trarei algumas reflexões acerca do modo como as narrativas de história de vida são abordadas na literatura acerca da rua.

campo propriamente dito, atentei especialmente para a existência de fronteiras simbólicas que se materializam na cidade - delimitando espaços e temporalidades para circulação e permanência de sujeitos e práticas - e incidiam não só na acessibilidade deles, moradores/moradoras de rua, como na minha, mulher, pesquisadora, “*moradora de casa e apartamento*”.

Por definição, as fronteiras separam e delimitam um dentro e um fora, um nós e um eles, para atravessá-las, sem se expor de forma radical à violência (simbólica e/ou física), é preciso ter “passabilidade”. Assim, atravessá-las em “segurança” remete diretamente à conquista da co-presença, que por sua vez, pode ser momentânea ou não. Não cabe comparar os interditos perversos e brutais que moradores/moradoras de rua enfrentam para transitar na “*claridade*”, com os que eu encontro quando me arrisco ao ultrapassar as fronteiras simbólicas que incidem, mais precisamente, na circulação dos corpos femininos nas ruas, como, por exemplo, caminhar sozinha ou na companhia de outras mulheres no centro da cidade à noite, ou mesmo caminhar por espaços “desertificados” durante o dia.

No entanto, tive a oportunidade de caminhar a pé na cidade, em espaços e/ou temporalidades urbanas, que minha própria experiência de urbana indicaria como “perigosos”, caso não estivesse acompanhada por eles. Obviamente, a experiência de campo modificou minha experiência de cidade, mas nem de longe permitiu uma “romantização” da rua e dos múltiplos fluxos que nela se territorializam, especialmente, na temporalidade noturna. Pelo contrário, nesses percursos o alerta de “*pegue a visão*” foi direcionado à mim diversas vezes, bem como presenciei rápidas negociações da minha presença para além da temporalidade do caminhar, como quando, nesses percursos, fui apresentada à outros sujeitos integrantes das suas redes de relações (não só moradores/moradoras de rua) como “protegida” deles: “*aqui é minha, se vê por aí não mexa e nem deixe ninguém mexer*”⁴⁷.

⁴⁷ Acompanhando seus percursos recebi alertas como: “*Não passe na Praça da Piedade depois das 19h*”, “*O Campo Grande é seguro até as 22h, depois disso vira a esculhambação*”, “*Se estiver aqui no Dois de Julho de noite, ande por dentro [ruas]*”, que, por sua vez, foram modificando minha própria experiência urbana, como já dito.

1.3.2 Os interlocutores

Ao longo do percurso de pesquisa, tive a oportunidade de escutar inúmeras narrativas de trajetórias que produzem a rua e são produzidas por ela, como a do jovem que saiu da casa da família em Valença-Ba em busca de realizar seu sonho de ser cantor na cidade de Salvador, e, desde então, transita entre diferentes modalidades de moradia e ocupacionais, tendo na moradia na rua o ponto de convergência dessa circulação socioespacial, e nos ônibus o principal espaço de expressão da sua arte e divulgação do seu trabalho; ou a do “ex-morador de rua”, uma das principais lideranças do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, em Salvador, que com treze anos saiu da casa da família na Chapada Diamantina, com destino à São Paulo, por conta de conflitos familiares. E, no momento da pesquisa, com 54 anos completos, tinha conquistado a casa própria através do Programa Minha, Casa Minha Vida, pós a inserção no movimento social, mas afirma em sua narrativa que nunca deixará de “*ser da rua*”.

Bem como da “ex-moradora de rua”, que quando criança transitava entre a casa da família em Simões Filho, as ruas do centro da cidade de Salvador e as instituições do sistema socioeducativo. E, durante o período que estabelecemos uma relação de proximidade, morava de aluguel no bairro de Areia Branca, nos limites entre Salvador e Lauro de Freitas, sendo decisivo para esse deslocamento habitacional o nascimento da sua primeira filha. Apesar de “*morar em casa*” e distante do centro da cidade de Salvador, diariamente deixava os filhos na creche e se deslocava para o centro, sendo a rua seu único espaço de trabalho e de sociabilidade. Nos finais de semana, contava com sua rede de relações na rua para se dividir entre o cuidado com as crianças e a atividade de guarda-carros, no centro. Seu sonho passou a ser a conquista da casa própria, apesar de dizer que não enxerga possibilidades de realizá-lo, pois não acredita em nada que não venha da rua, nem na família e nem no Estado. Tudo que tem hoje, segundo disse, foi através da rua que conquistou, as dores e as cicatrizes, as alegrias e o conhecimento, os bens materiais que agora pode acumular em sua casa: “*na rua sempre tive tudo de melhor e de pior*”. E, é, especialmente, nessa contradição que parece inerente a rua, que reside o seu desejo de que seus filhos possam traçar trajetórias distintas da sua.

Ainda que eu tenha escolhido tomar como fio condutor dessa costura a trajetória urbana e a narrativa de uma única interlocutora, Sabrina, pelos motivos já explicitados, antes de avançarmos nessa costura, sinto-me impelida a apresentar, ao menos

brevemente, os principais interlocutores com os quais dialoguei durante esse processo. Afinal, foram eles que me iniciaram na “*visão*” que ora apresento aqui, através do compartilhamento de suas trajetórias, de suas alegrias e sofrimentos, memórias, sonhos e “*projetos*” (VELHO, 1897), bem como através da amizade e confiança que me ofertaram⁴⁸.

Além de Sabrina, dos contatos ocasionais realizados durante o campo exploratório, três deles se desdobram em “encontros de pesquisa”, de modo que realizei interlocuções de forma mais contínua com quatro sujeitos com experiência de rua ao longo do trabalho de campo. Com cada um deles, construí distintas relações de pesquisa, no que tange à frequência dos encontros, temporalidade das relações, à própria profundidade do vínculo, e, por conseguinte, do material etnográfico que foi possível construir. Foram eles: Evandro, Danilo e Diógenes⁴⁹.

Com Evandro e Danilo, esses “encontros de pesquisa” foram marcados pela imprevisibilidade e fugacidade, especialmente, devido a intensidade dos seus deslocamentos no espaço urbano e entre outras formas de inserção na cidade, mas, não obstante, através das entrevistas realizadas, das conversas informais e dos espaços da cidade onde esses encontros ocorreram, foi possível observar distintas demandas e formas de vinculação com a rua, assim como distintas experiências urbanas, bem como diferentes sentidos atribuídos a própria experiência de rua.

Já com Sabrina e Diógenes, tive a oportunidade de investir na construção de uma relação de pesquisa por quase um ano. Sem dúvida, a durabilidade do campo realizado junto a ambos é devedora da construção cotidiana dos seus territórios de permanência no espaço urbano, que modificou radicalmente as condições de realização do trabalho de campo, pois pude não só marcar encontros, como ir ao encontro deles sem aviso prévio com a quase certeza de que ia encontrá-los, caso não em seus territórios de permanência, em algum espaço do entorno imediato.

O primeiro contato que tive com Evandro foi em uma das visitas ao MNPR-BA. Natural de Juazeiro-Ba, ele, então com 23 anos e filho único de uma funcionária pública, estava há pouco mais de 6 meses na cidade de Salvador. Já nesse primeiro

⁴⁸ Gostaria de saudar a passagem de cada um deles nesse percurso, mas me aterei aos sujeitos com os quais fui construindo uma relação de pesquisa mais próxima e continua ao longo de quase 1 ano de trabalho de campo nas ruas da cidade de Salvador.

⁴⁹ Cabe lembrar que, com exceção de Sabrina, os nomes dos interlocutores (moradores/moradoras de rua, trabalhadores/trabalhadoras de rua, etc.) que aparecem nessa dissertação são todos fictícios.

momento gravamos uma entrevista de quase 1h, na qual ele narrou parte da sua trajetória. Após se envolver em um conflito com um policial militar em sua cidade natal, passando a sofrer perseguições e constantes ameaças de morte, decidiu, com o apoio na mãe, passar um tempo na casa de familiares no Rio de Janeiro. Apesar de ter se inserido rapidamente em dinâmicas de lazer na cidade, não conseguiu um trabalho, e, por este motivo, disse que não via possibilidades de continuar construindo sua vida no Rio, ao passo que não queria continuar dependendo da sua rede familiar. Em dado momento, encontrou um amigo de Juazeiro-Ba que estava voltando de carro para lá, mas antes passaria uns dias em Salvador. Ele, então, aproveitou a oportunidade na expectativa de encontrar melhores possibilidades de construir a vida na capital baiana.

Evandro descreve a si mesmo como uma pessoa aventureira e “*amigueira*”, não conhecia a cidade de Salvador, mas como tinha construído relações de amizade com alguns soteropolitanos em Juazeiro-BA, acreditava que essa rede viabilizaria a sua permanência na cidade, enquanto ele não conseguisse se inserir no mercado de trabalho. Chegando em Salvador, ficou hospedado durante uma semana em um hotel no bairro da Barra com o amigo de Juazeiro-Ba, com o qual veio de carona. Durante esse período, acionou sua rede de relações pela internet, mas só conseguiu abrigo por mais duas noites, fato que narrou com profunda decepção: “*aí que a gente conhece os amigos*”. O amigo voltou pra Juazeiro-BA, e Evandro, sem outros recursos relacionais e materiais que viabilizassem sua permanência na cidade, acabou dormindo três noites na praia do Porto da Barra, onde tomou conhecimento da existência do serviço de acolhimento na rede socioassistencial e dos caminhos para acessá-lo, através de moradores de rua⁵⁰.

Logo em seguida, por intermédio da Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA, conseguiu acolhimento em uma Unidade de Acolhimento Institucional - UAI, localizada no bairro dos Mares, Cidade Baixa, do qual tinha sido desligado, em função de um conflito com outro usuário do serviço, exatamente no dia em que tivemos nosso primeiro contato no MNPR-BA. Ele tinha procurado a DPE-BA novamente, tendo em vista conseguir uma vaga em outro equipamento da rede, mas foi orientado por moradores de rua, que também estavam lá em busca de atendimento, que pela mediação do MNPR-BA, ele teria êxito de forma mais rápida. Desse modo, quando nos encontramos, ele estava buscando essa mediação.

⁵⁰ Conservei a expressão somente no masculino aqui, pois as interações narradas por Evandro, nesse momento da sua trajetória, foram especificamente com pessoas do sexo masculino.

Em sua cidade natal, Evandro compartilhava o aluguel de um apartamento com um amigo. E além da ajuda financeira da mãe, que continuava a receber, disse que fazia vários “*corres*” para se sustentar. Ele não se reconhecia enquanto morador de rua, estava na cidade em busca de trabalho e demonstrou profundo constrangimento por estar “*nessa situação*”, como a fala a seguir demonstra: “*Deus me livre de falar para alguém que estou nessa situação, não vejo a hora de arranjar um trabalho, porque o dinheiro que minha mãe manda não dá para pagar aluguel e comer*”. Estava gostando da cidade de Salvador, especialmente das dinâmicas de lazer no Porto da Barra e no Cristo (também na Barra), para onde ia todos os finais de semana praticar Slackline⁵¹, e, nesse momento, planejava voltar para Juazeiro-Ba em três meses, tempo que segundo ele, seria suficiente para a “*poeira baixar*”⁵².

Depois desse primeiro encontro, nos encontramos ocasionalmente na Praça do Campo Grande, pouco mais de um mês depois do encontro no MNPR-BA, Evandro narrou que tinha conseguido uma vaga em uma Unidade de Acolhimento Institucional -UAI, em Pau da Lima, logo depois conseguiu um trabalho em um lava-jato nas imediações do equipamento e estava namorando com uma jovem que também morava no bairro. Por vergonha, não quis compartilhar sua situação de moradia na unidade de acolhimento com ela, e, em um dos encontros, acabou ultrapassando o limite de horário de retornar para a instituição. Como não queria passar a noite na rua, pulou o muro, mas foi visto pelo segurança, fato que ocasionou seu desligamento do serviço. Desde então, ia fazer duas semanas, ele estava na rua, na Praça do Campo Grande. Durante esse período, construiu relações com moradores/moradoras de rua na praça e se inseriu na dinâmica dos guardares de carro, da qual estava tirando o seu sustento, enquanto aguardava a “mesada” da mãe, para que pudesse, então, pensar em outras possibilidades de se inserir na cidade em termos de moradia e trabalho. Por ora, tinha deixado seus pertences sob a guarda de “*morador de casa e apartamento*” que também conheceu no Campo Grande, por medo de ser roubado, e depois das 22h (horário de fechamento dos portões), entrava na praça por uma brecha do gradil e pernoitava na grama sintética do parque infantil. Quando perguntei sobre os planos de voltar para casa, disse que sentia saudade da mãe e dos amigos, mas queria uma família e construir a própria vida, e, por enquanto, Salvador parecia a cidade ideal.

⁵¹ Slackline é um esporte de equilíbrio que utiliza uma fita de nylon esticada entre dois pontos fixos, permitindo ao praticante andar e fazer manobras.

⁵² Expressão utilizada para definir um momento de espera para que alguma situação seja amenizada.

A última ocasião que nos encontramos, novamente por força do acaso, foi em Mar Grande (Vera Cruz-BA), em dezembro de 2016, cerca de oito meses do encontro anterior. Eu estava caminhando em direção ao terminal marítimo Mar Grande-Salvador, quando escutei alguém me chamar. Rapidamente reconheci o “*menino que nasceu com a marca de um eclipse no rosto*”, como ele próprio se identifica. Narrou que por intermédio da rede de relações que construiu em Salvador, conseguiu um trabalho em um bar na praia em Mar Grande e estava morando de aluguel lá mesmo. Relatou que estava feliz, mas não pretendia ficar muito tempo por lá e nem voltar para Juazeiro-BA, assim que tivesse uma oportunidade voltaria para Salvador.

Já com Danilo, o meu primeiro contato foi no bairro do Dois de Julho. Estava com alguns amigos em um bar de rua, quando ele nos abordou pedindo ajuda. Como me dispus a ajudar, fomos até a padaria mais próxima comprar o biscoito e o refrigerante que ele havia pedido. Nesse percurso curto, ele me contou um pouco sobre a sua história e sobre o seu desejo de conseguir um outro lugar para morar, aproveitei para falar da pesquisa e marcamos um encontro no dia seguinte na Praça do Campo Grande, onde ele costumava ficar durante o dia, mas não consegui encontrá-lo.

Duas semanas depois, eu estava caminhando na praça em busca de fricções, quando observei um morador de rua tomando banho em uma das fontes próximas ao portão principal de entrada na praça. Quando sentei no banco em frente a fonte, ouvi alguém me chamar, “*Senhora*”, era Danilo. Quando me aproximei ele disse: “*Você me achou!*”. Conversamos um pouco e propus que gravássemos uma entrevista acerca da sua trajetória urbana. Ele, então com 21 anos completos (em 2016), nasceu na cidade de Salvador e começou a circular entre a moradia na casa da família (em Fazenda Coutos, no subúrbio Ferroviário) e a moradia na rua ainda criança. Os conflitos familiares atrelados ao uso abusivo de crack são os elementos que, em sua narrativa, justificavam a sua permanência na rua. Da última vez que voltou para casa da família, passou um período em uma comunidade terapêutica destinadas ao tratamento do uso nocivo ou dependência de substâncias psicoativas, através da mediação do pastor de uma igreja evangélica frequentada por sua mãe. No entanto, acabou saindo da instituição e retornando para o centro da cidade⁵³.

⁵³ De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, através da Resolução-RDC/ANVISA n.101, de 30 de maio de 2001, as comunidades terapêuticas são: “*Serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas (SPA), em regime de residência ou outros vínculos de um ou dois turnos, segundo modelo psicossocial, são unidades que têm por função a oferta de um ambiente protegido, técnica e eticamente orientados, que forneça*

Nesse encontro, Danilo narrou que estava muito cansado das dinâmicas que envolvem o uso de crack na rua, mostrou a foto do seu documento de identidade e disse que queria voltar a ser a mesma pessoa, passando grande parte da entrevista narrando seu “projeto” para traçar outros caminhos em sua trajetória. No dia seguinte ele iria cortar o cabelo, procurar a DPE-BA e tentar uma vaga em um dos hotéis sociais, a fim de acessar o Auxílio Moradia. Além disso, pretendia se inserir no tratamento do uso abusivo de substâncias psicoativas em alguma comunidade terapêutica. Danilo demonstrava confiança e assertividade no delineamento do seu “projeto”, falou muito de Deus e citava passagens inteiras da bíblia. Disse que um dia seria pastor, formaria uma família e viveria para pregar a “*palavra da salvação*”, sendo esse o “*plano de Deus*” para ele.

Diferente dos outros interlocutores da pesquisa, as dinâmicas na rua e a própria territorialidade delineada pela trajetória de Danilo no espaço urbano, estavam vinculadas intimamente ao uso do crack e ao trabalho com materiais recicláveis. Ele passava a maior parte do tempo acordado, fazendo uso da substância ou catando materiais recicláveis. Quando o corpo pedia descanso (geralmente durante o dia), costumava dormir em um terreno abandonado no bairro da Barra. Após a realização dessa primeira entrevista, os nossos encontros posteriores ocorreram por acaso, na *fricção* das nossas presenças nas ruas. Acasos que tiveram uma frequência significativa, especialmente, na primeira etapa do trabalho de campo, mas que, no entanto, foram deixando de ocorrer, muito possivelmente em função da redução da intensidade dos meus deslocamentos na cidade ou, talvez, pela efetivação do seu “projeto” de não mais fazer a rua como moradia.

Antes de falar sobre o encontro com Diógenes, cabem algumas breves reflexões acerca da corporalidade nos processos de subjetivação na rua e na própria experiência de rua e de cidade, que pude observar mais especificamente nos “encontros de pesquisa” com Evandro e Danilo. Como dito anteriormente, suas trajetórias urbanas e relações com a rua são bastante distintas, assim como os caminhos que tornaram a rua uma possibilidade (momentânea) para cada um. Enquanto Evandro conseguia manipular a

suporte e tratamento aos usuários abusivos e/ou dependentes de substâncias psicoativas, durante período estabelecido de acordo com programa terapêutico adaptado às necessidades de cada caso. É um lugar cujo principal instrumento terapêutico é a convivência entre os pares. Oferece uma rede de ajuda no processo de recuperação das pessoas, resgatando a cidadania, buscando encontrar novas possibilidades de reabilitação física e psicológica, e de reinserção social”.

sua “*situação*”, declarando-a ou não, de acordo com os seus interesses, Danilo carregava na corporalidade as marcas que expressam o estereótipo da experiência de rua no atravessamento do uso abusivo do crack⁵⁴, fato que como pude observar delimitava em grande medida as possibilidades de relações, de sociabilidade, de acesso à cidade a partir da rua e sua territorialidade no espaço urbano.

Evandro, como dito, se inseriu na cidade através da mediação da rede de atendimento à “população em situação de rua” e do movimento social desse segmento, ele circulava nesses espaços e nas ruas, estabelecendo relações com sujeitos reconhecidos e que se reconheciam como moradores/moradoras de rua, mas sua rede de relações intersubjetivas não estava restrita a este segmento. Muito pelo contrário, grande parte das suas relações não compartilhavam essa experiência e o próprio vínculo estabelecido por ele, se fundava, como pude perceber a partir das suas narrativas, no ocultamento dos seus trânsitos entre modalidades de moradia (rua e Unidade de Acolhimento Institucional). Para ele, expor essa “*situação*” poderia restringir as suas trocas intersubjetivas, ao passo que recairia sobre ele os estigmas e preconceitos associados aos sujeitos com experiência de rua.

Na rua, dada a superexposição corporal às intempéries ambientais e a violência, além da inconstância que caracteriza a obtenção de recursos e acúmulo de pertences, a gestão do corpo acaba ocupando uma dimensão fundamental. O corpo (em seu sentido amplo, físico, social, cultural e político), adquire também essa centralidade ao passo que o processo de subjetivação que envolve “torna-se morador de rua”, tem sua expressão mais visível na “devastação corporal”, em outras palavras, nesse processo que tem uma dimensão temporal, mas que não se limita a ela, o corpo vira rua (FRANGELLA, 2005).

A partir das narrativas e observações em campo, pude perceber que a identificação da experiência de rua não passa somente pela enunciação, mas está sujeita a um critério essencialmente corporal, havendo potencialidades, interditos e vulnerabilidades atreladas a esse reconhecimento, que tem na figura do usuário abusivo de crack a sua expressão máxima (RUI, 2014). Nesse sentido, as táticas de obtenção de recursos, as sociabilidades e relações possíveis, assim como as distintas territorialidades, como dito anteriormente, se dão na tensão desse reconhecimento

⁵⁴ Taniele Rui (2014), destaca alguns elementos que marcam a corporalidade dos sujeitos que fazem uso abusivo de crack no entrelaçamento com a experiência de rua, são eles: a sujeira, o forte odor e as doenças de pele, sendo os dentes e dedos das mãos marcados, lábios machucados e perda de peso, marcas específicas do crack.

enquanto morador/moradora de rua, ora se afastando, ora se aproximando, em uma construção sempre situacional, que põe em destaque os contextos relacionais e a própria cidade⁵⁵.

Como se sabe, as condições de apreensão e reconhecimento dos moradores/moradoras de rua nas interações cotidianas está ligada ao pertencimento a uma categoria social apreendida como carente, vulnerável e violada na esfera dos direitos, uma vida precária, no sentido colocado por Judith Butler (2016). Essa apreensão pode ser realizada esteticamente a partir de signos que a denunciam - um “corpo devastado” pela rua - ou acionada pelo sujeito morador de rua através da enunciação, como já dito. Esse duplo movimento de apreensão, que pode ou não ser simultâneo, abre ao sujeito uma dupla possibilidade de identificação, que depende, é claro, das condições físicas (materiais) e simbólicas expressadas em suas corporalidades, quanto mais tempo de exposição as condições de moradia e sociabilidade na rua, mais apresenta as marcas que tornam esse movimento simultâneo, interditando, assim, espaços na cidade e outras formas de interação para além da sua condição enquanto morador de rua.

Se por um lado, o sujeito apresenta condições físicas (materiais) e simbólicas para manipular essa apreensão, como Evandro, a condição de moradia na rua (ainda que momentânea) pode ser acionada ou inibida de acordo com o sentido de interação que o sujeito almeja, sendo possível inclusive, que ela se mantenha em uma “zona de segredo” para os parceiros de interação que não partilham a mesma experiência. O fato é que se por um lado o reconhecimento da precariedade dessa vida pode levar a decisão de protegê-la ou garantir as condições de sua sobrevivência, por outro, a apreensão da precariedade pode conduzir a uma potencialização da violência, a uma percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de sujeitos que incita em última instância o desejo de destruí-los (BUTLER, 2016, p.15), assim como interditar relações intersubjetivas com outros sujeitos que não compartilham a mesma experiência.

Essa contradição se expressa na rua da seguinte forma: por um lado, o sujeito passa a ter acesso a recursos e serviços que têm os sujeitos que fazem a rua como moradia como “coletivo de destino” (IVO, 2008), providos não somente pelo Estado, por instituições religiosas e filantrópicas, como, e especialmente, pela solidariedade

⁵⁵ Voltarei a essa questão no capítulo 3 desta dissertação a partir da trajetória de Sabrina.

cotidiana dos “*moradores/moradoras de casa e apartamento*”; por outro, defronta-se com as fronteiras simbólicas e físicas materializadas na cidade, nos espaços e nas interações, como os jatos d’água durante a noite, e, de forma radical, com a possibilidade sempre iminente do incêndio dos seus corpos adormecidos.

Dando continuidade à apresentação dos encontros com os demais sujeitos da pesquisa, meu primeiro contato com Diógenes, se deu logo no início do campo exploratório. Fui visitar uma “*maloca*”, ocupação de moradores/moradoras de rua, embaixo de um viaduto, localizado em uma área da cidade que historicamente tem passado por processos de ordenamento e “*requalificação*”, dado sua proximidade com a zona portuária de Salvador, sendo marcada pelas dinâmicas do comércio formal e informal da produção pesqueira na Baía de Todos os Santos. Natural de Igarassu, Região Metropolitana de Recife-PE, Diógenes, então, com 63 anos completos (em 2016), construía um território de permanência há doze anos, no canteiro de obras da construção do referido viaduto.

Atualmente, essa espacialidade abriga uma multiplicidade de territorialidades ligadas ao comércio de peixes e frutos do mar, como dito, sendo marcante, a presença de sujeitos que fazem a rua como moradia, em constante interação com as distintas dinâmicas socioespaciais e temporais que a perpassa. No entanto, Diógenes reivindica ter sido o primeiro morador de rua a chegar no viaduto, e segundo sua narrativa, ele é “*o primeiro herdeiro desse viaduto*”.

Quando falei da pesquisa, prontamente ele colocou-se à disposição para ser entrevistado. Coloquei o gravador no “*muro-balcão*” que delimita seu território de permanência, e em quase 1h de entrevista, entre os ruídos dos trabalhadores em obra, e dos carros e ônibus que atravessam em um fluxo quase ininterrupto a Av. Jequitaia, ele narrou a sua vida demonstrando orgulho de ter “*vencido na vida*” e um enorme prazer em poder narrá-la, como nos encontros que se seguiram.

Seu território na rua é bastante peculiar, tendo sido delimitado por ele a partir de três funções: trabalho (sua oficina), lazer (cama e uma geladeira-armário trancada com corrente e cadeado), varanda e exposição de vendas (onde ficam os produtos de madeira que ele fabrica e vende). Ainda de madrugada tem início a procura por carrinhos de cafezinho e escamadeiras de peixes (sua especialidade), em sua narrativa, quem define o seu horário de trabalho é a necessidade dos trabalhadores de rua da Feira de São Joaquim e de Água de Meninos. Para aqueles que, momentaneamente, não dispõem de

recursos financeiros para adquirir seus produtos, ele guarda, em uma gaveta específica, instrumentos de trabalho para doar.

Membro de uma família de trabalhadores agrícolas assalariados, Diógenes se deslocou da sua cidade natal para a capital baiana no final da década de 1970. Durante a infância e parte da juventude, ele e seus cinco irmãos trabalhavam com o pai nos canaviais de Igarassu-PE. Recorda que acordavam muito cedo e tomavam café no canavial: cuscuz feito pela mãe, amarrado no pano de prato e repartido entre eles pelo pai. No entanto, tinha como projeto de vida “*trabalhar fichado*”, com carteira assinada. Aos 21 anos, surgiu a oportunidade para trabalhar em uma empresa na cidade de São Paulo, iniciando, assim, a sua trajetória de deslocamentos entre cidades, modalidades de moradia e ocupações, que há doze anos, como já dito, encontra na rua as possibilidades de continuar fazendo a vida na cidade de Salvador.

Na cidade de Salvador, Diógenes sempre residiu e trabalhou nas imediações, onde está localizado o seu território de permanência na rua. Antes de fazer a rua como moradia, ele “*morava de favor*” sozinho, há dezesseis anos, em um prédio residencial de quatro andares, que estava interditado devido ao risco de desabamento. Durante a primeira etapa da construção da Via Expressa que liga a BR-324 ao Porto, esse prédio foi demolido e seus proprietários indenizados. Pelo tempo de moradia no imóvel, ele nutria esperanças de também ser indenizado, fato que não ocorreu. No entanto, durante o processo de negociações com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER-BA, que envolveu a demolição do imóvel, narra que tentou negociar um espaço no qual ele pudesse morar e trabalhar. É nesse momento que o canteiro de obras da reforma, que já estava em processo de finalização, aparece em sua trajetória como possibilidade de moradia, através da mediação de uma das técnicas da CONDER-BA, como sua fala demonstra: “*não tem luz, não tem água, mas você é um menino esperto, você fica lá e leva seus bagulhos, pode usar meu nome, eu vou ficar indo te visitar*”.

Diógenes passa, então, a fazer a rua como moradia, embaixo do “Viaduto Jesus”, como o local é conhecido popularmente. Sem dúvidas a estrutura do canteiro de obras ofereceu desde o início condições singulares para sua existência na rua, mas a moradia, colocada em prática por ele, transformou o espaço em uma “*casa-oficina*”, que permanece em constante processo de elaboração. Apesar de não ter acesso a serviços como água encanada, esse elemento não aparece em sua narrativa como dificuldade a

ser administrada. O vínculo construído com os vizinhos (um estabelecimento comercial), antes mesmo de se apropriar deste espaço, não permite que a questão do acesso à água ocupe um lugar difícil em seu cotidiano, como, geralmente, pude observar com os outros interlocutores da pesquisa.

Nesse sentido, a experiência urbana a partir da rua, vivenciada por Diógenes, destoa bastante dos outros interlocutores da pesquisa. No entanto, ainda que seu território de permanência seja construído em um espaço delimitado por uma estrutura de concreto e coberto com telhas de fibrocimento, gozando da presença de cama e eletrodomésticos, uma fronteira entre privado e público, não se concretiza. De fato, como pude observar, ele vivencia uma exposição radical aos estímulos externos (ruídos, sujeitos, condições ambientais), tais como os outros interlocutores da pesquisa. Além dessa exposição, a consciência da vulnerabilidade da sua permanência no espaço também faz parte do cotidiano de Diógenes, ainda que a construção do seu território esteja fundada em arranjos extracontratuais e mediações, já citadas, que, até então, tem lhe conferido certa estabilidade. O entorno do seu território de permanência, continua em processo de “requalificação”. Em sua apreensão as transformações em curso no espaço, não tardarão a modificar o seu cotidiano novamente. No entanto, ele acredita que será realocado para um espaço onde possa acumular as funções de moradia e trabalho, ainda que demonstre preocupação diante da atual conjuntura política e econômica no país.

Em 2015, ele sofreu um acidente de trabalho. Uma madeira pesada caiu sobre sua perna direita, causando uma lesão óssea, que ainda estava em tratamento durante o trabalho de campo. Quando o acidente ocorreu, foi socorrido por sua rede de relações e levado para um hospital, localizado nas imediações da Praça Irmã Dulce, na Cidade Baixa. O tratamento da lesão exigia internamento, mas ele rejeitou a permanência no hospital, pois não podia deixar sua “*casa-oficina*” desocupada, sob o risco de perder seu *território de permanência*. Por conta do acidente, seus percursos cotidianos passaram a se restringir ao entorno imediato do seu território, mas com diz, ele não precisa ir longe, vez que sua rede de relações no espaço oferece sustentação (material e simbólica) para o seu “fazer vida”: “é isso que me faz está até hoje aqui, não preciso bajular ninguém, toda hora um passa pra saber se eu estou precisando de alguma coisa. Às vezes me trazem almoço e eu tenho que rejeitar, ‘desculpa a desfeita, mas eu já almocei’”.

Em que pese as distinções geracionais, de gênero e espaciais, entre os interlocutores da pesquisa que constroem um território de permanência no espaço urbano, Diógenes e Sabrina, bem como as distintas formas de legitimar suas presenças nesses espaços, as dinâmicas de construção e manutenção cotidiana desses territórios perpassam o fato de serem conhecidos e reconhecidos em suas territorialidades. Nas manhãs e tardes em que passei em sua “*casa-oficina*”, incontáveis “*ei, mãe!*”⁵⁶, aos quais, Diógenes respondia com o mesmo cumprimento, atravessaram esses encontros. Ainda que a construção dessa rede seja um dos motivos da sua permanência no espaço, ele deseja uma casa própria. Quando perguntei se ele não sentiria falta das amizades caso fosse realocado para outro espaço, ele respondeu: “*portanto, que eu ganhe uma casinha, está tudo bem, as amizades eu planto de novo, eu sei plantar*”. Além da casa própria, ele nutre o desejo de encontrar uma companheira para partilhar o cotidiano, desejo que, em sua narrativa, se ampara no medo da morte solitária: “*quero alguém pra segurar a alça do meu caixão*”.

1.3.3 A produção do material etnográfico

Os vínculos estabelecidos tanto com Diógenes, quanto com Sabrina, aliados à minha presença constante em seus territórios de permanência, possibilitou também a interação contínua com outros moradores/moradoras de rua, bem como com outros dos seus parceiros de interação, “ex-moradores/moradoras de rua”, trabalhadores de rua, comerciantes, agentes de saúde, etc. com os quais tive a oportunidade de conversar informalmente acerca das dinâmicas dos espaços e territórios da rua. Algumas dessas conversas se desdobraram também em entrevistas gravadas. A realização dessas entrevistas teve como critério a abertura e interesse demonstrado pelos sujeitos em participar da pesquisa, bem como a relevância das questões apontadas nas conversas informais, para apreensão das tensões, conflitos e negociações que envolvem as disputas pelo uso da rua, e, mais precisamente, as disputas que atravessavam as territorialidades dos interlocutores mencionados.

Além da observação participante, a produção de dados da pesquisa foi realizada a partir da realização de entrevistas gravadas acerca das suas trajetórias urbanas;

⁵⁶ Diógenes cumprimenta e é cumprimentado por seus parceiros de interação com a expressão “*mãe*”.

conversas informais; registros fotográficos; acompanhamento dos percursos cotidianos e registros em diário de campo. Todos estes procedimentos foram utilizados de forma continuada a partir das possibilidades oferecidas por cada interlocutor, sendo o tempo de pesquisa junto a cada um deles e o vínculo de confiança que se tornou possível construir em função desse tempo, os principais elementos que viabilizaram a construção dos dados que deram ancoragem à esta dissertação.

Busquei construir uma dinâmica de campo que permitisse observar os territórios e espaços a partir de distintas temporalidades (em relação à horários e dias da semana), buscando também estar presente em situações e dinâmicas apreendidas por eles próprios como relevantes em suas territorialidades, a exemplo da visita das “irmãs” e das agentes de saúde no “Viaduto de Jesus”; da Sexta-feira Santa em Água de Meninos; da Parada Gay, no Campo Grande, e da Mudança do Garcia, durante o carnaval de Salvador. Procurei também estabelecer um fluxo de “encontros de pesquisa” que não ultrapasse a distância de duas semanas entre eles. Não obstante, houveram momentos em que intensifiquei o campo, especialmente junto a Sabrina, em função de rearranjos nos seus agenciamentos cotidiano, motivados por suas próprias dinâmicas e por dinâmicas maiores da cidade. Nesse sentido, a temporalidade do trabalho de campo, permitiu apreender a rua não como uma experiência completamente apartada dos modos de vida hegemônicos, fundadora de uma cultura própria, mas em sua íntima relação com os processos econômicos, culturais, políticos e urbanos contemporâneos, ou seja, com a própria cidade em ato.

A primeira entrevista realizada com cada interlocutor teve um lugar muito específico na pesquisa, constituindo-se ela própria como uma tática para disparar o encontro. Dada a experiência anterior de pesquisa com moradores/moradoras de rua, optei por não trazer nesse primeiro momento questões específicas acerca da experiência de rua, como por exemplo a chegada na rua. Mesmo tendo explicado brevemente a pesquisa antes de começar a entrevista, procurei trazer questões que de certa forma pudessem produzir um deslocamento das “falas prontas”, a exemplo de “quem é você?”, deixando que o sujeito narrasse o que ele próprio considerasse importante acerca de si mesmo e da sua trajetória, sem perder de vista, no entanto, que as narrativas que escutei, que vi e pude participar da construção, foram produzidas para mim ou a partir da minha presença.

A realização de entrevistas consecutivas com o mesmo sujeito, por sua vez, foram fundamentais para construção da narrativa acerca das suas *trajetórias urbanas*, viabilizando o aprofundamento das lacunas e das questões que tinham me inquietado nas conversas informais. Essas entrevistas foram realizadas sem roteiro previamente elaborado, tendo optado por seguir as suas narrativas, atenta, especialmente, aos pontos de vinculação com a rua e/ou pontos que permitissem costurar essas duas experiências, esse antes e depois; aos conflitos e negociações que envolvem as suas dinâmicas cotidianas de produção da vida e do espaço na rua; e às mediações, “gestos-fios” (RIBEIRO, 2005) que conformam diferentes formas de acessar a cidade.

A sistematização do material construído em campo passou por uma primeira etapa de elaboração que permitiu o afunilamento das questões a serem aprofundadas. No primeiro momento construí uma espécie de síntese de cada interlocutor a partir das questões trazidas pelo próprio campo e das variáveis e questões relevantes nas pesquisas acerca da experiência de rua, a saber: idade, gênero, tempo de moradia na rua, posse de documentos, acontecimento e/ou motivo que marcava na narrativa do sujeito esse deslocamento para rua, relação com a família, percurso ocupacional e táticas de obtenção de bens e recursos, trajetória de deslocamentos na rua, percursos cotidianos, critérios associados a permanência em dado espaço, passagem por instituições de acolhimento institucional e projetos de futuro. Dessa primeira sistematização, as categorias vida, moradia, trabalho e cidade articuladas com território, territorialidade e subjetividade, apareceram como possibilidade de costura desse material.

1.3.4 A escolha pelo não anonimato da interlocutora principal

Como o encontro com Sabrina, sua trajetória e a própria experiência de campo junto a ela, serão articulados nos próximos capítulos, me limito aqui a tecer algumas considerações acerca do dilema acerca do uso (ou não) dos nomes “verdadeiros” nas pesquisas de natureza etnográfica. Ao longo do trabalho de campo, ela afirmou e reafirmou constantemente o desejo de que seu nome fosse preservado nesta escrita, tendo essa questão ocupado um lugar importante entre as minhas inquietações ético-políticas que envolveram esse processo de pesquisa. O fato é que diferente dos outros moradores/moradoras de rua com os quais construí interlocução, ela é conhecida

para além da espacialidade em que produz sua vida. Nos momentos em que pude compartilhar a construção dos meus dados de pesquisa tanto com a minha rede de relações próximas, quanto no espaço acadêmico, não me causava espanto a rápida identificação da sua presença na cidade. A maioria deles não só já “conhecia” Sabrina, quanto, depois disso, passavam a me atualizar das suas fricções com ela no espaço urbano.

Para Claudia Fonseca (2007), nem o anonimato ou mesmo o “consentimento informado” usado como instrumento para garantir a ética na pesquisa, não garante que os interlocutores estarão de fato protegidos dos desdobramentos imprevistos e, por vezes, indesejável dos nossos textos. Mas sem trazer soluções para essa questão, autora também coloca que:

[...] devemos reconhecer que o anonimato não é necessariamente visto como sinal de respeito. Pelo contrário, mascarar nomes de pessoas ou de determinada comunidade pode trazer a mesma impressão que trazem os rostos borrados ou as tarjas pretas cobrindo os olhos que vemos em filmes e fotos de jovens infratores. Parece designar justamente as pessoas que têm algo para esconder (FONSECA, 2007, p.41).

Entendo a menção do “nome verdadeiro” de Sabrina, como elemento importante dessa possibilidade de identificação; não obstante, a dimensão espacial do seu território e territorialidade, também contribuíam de forma contundente para tal. Se tratando de um sujeito que faz a rua como moradia, a visibilidade dela é no mínimo peculiar. O interessante é que, possivelmente, se eu não tivesse optado por utilizar nomes fictícios para os outros interlocutores, dificilmente eles seriam identificados a partir da leitura deste texto. Logo, mesmo tendo seus “nomes verdadeiros” citados e as suas dinâmicas espacializadas devidamente descritas, seus anonimatos estariam preservados.

Como será possível observar ao longo desta dissertação, a reinvindicação da sua visibilidade e afirmação da sua presença no espaço urbano compõem, para Sabrina, as suas táticas de perseverar na existência. Ser vista, ser conhecida e ser lembrada ocupa um espaço central nas suas narrativas acerca da sua experiência urbana e nessa própria experiência. Nesse sentido, entendo que utilizar o seu nome, deixando assim que ela seja mais facilmente identificada, além de um comprometimento ético com as negociações e acordos que foram conformando a pesquisa, também faz parte de uma coerência em relação a visão sobre a rua que pude “pegar” nesse processo.

Ainda tendo em vista essas questões, senti a necessidade de mais uma vez certificar-me da sua ciência acerca da abrangência da pesquisa, tendo ido ao seu encontro durante a construção dessa escrita. Expus os caminhos da narrativa que estava construindo, trazendo para o diálogo algumas das análises elaboradas acerca da sua trajetória urbana e experiência de rua. Esse encontro foi de extrema importância, não somente pelo fato de que acordamos mais uma vez em relação a exposição do nome com o qual ela se identifica e é identificada, (nome este que, como ficará nítido, é fruto de um investimento na própria produção de si), mas, especialmente, pela sua generosidade em mais uma vez se disponibilizar a aprofundar alguns pontos da sua trajetória urbana. Como aconteceu ao longo de todo o percurso do trabalho de campo, alguns pontos mudaram de lugar e outros foram conectados.

CAPÍTULO II

“AÍ EU ME APEGUEI”: UMA TRAJETÓRIA DE CHEGADA ATÉ A RUA

As trajetórias de chegada até a rua que se mostraram intransponíveis para apreensão das relações que os sujeitos vão tecendo com a rua e com a cidade, são tratadas de forma muito específica pela literatura especializada. Nesse sentido, antes de avançarmos na recomposição da trajetória urbana de Sabrina até a rua, é necessário situar brevemente essa discussão a fim de demarcar aproximações e distâncias com a perspectiva abordada nesta dissertação.

Ao investigar a corporalidade dos sujeitos que fazem a rua como moradia na cidade de São Paulo, Simone Frangella (2005) observa que escutar as trajetórias desses sujeitos até a rua é praticamente a condição inicial para o trabalho de campo, dada a frequência com a qual são narradas nos contatos iniciais com eles. A autora destaca como características dessas trajetórias o caráter fragmentário, lacunar e remoto das teias de relações e cenas descritas. Nas palavras da autora:

São histórias contadas, em geral, em uma cronologia irregular, costurando fatos que parecem trazer a essas pessoas uma inteligibilidade para seu deslocamento. Ouvir essas histórias se torna praticamente uma condição inicial para estabelecer um diálogo com esse segmento. A exposição constante de suas histórias de vida pode ser explicada pelo seu alto grau de isolamento social, encontrando no ouvinte a forma de reconstruir sentidos para sua trajetória. Pode ser igualmente justificada pelo provável uso do passado para singularizar-se em meio ao anonimato da rua, interagindo com as emoções do ouvinte e atenuando assim o estigma imposto sobre sua imagem. Narrativas como essa anunciam o processo inicial de uma experiência particular que é, simultaneamente, social, individual e corporal: a de se tornar um morador de rua (p. 25).

Seguindo as considerações tecidas pela autora, ainda que essas trajetórias revelem uma heterogeneidade de circuitos anteriores, a chegada na rua se configuraria como uma ruptura das experiências anteriormente vividas pelos sujeitos, sendo comum o uso de expressões como “de repente, virei morador de rua”, “daí, acabei na rua” para marcar nas narrativas a percepção de um deslocamento que, para a autora, seria bruto, concreto e simbólico:

Tornar-se uma pessoa ‘de rua’ implica se ver inicialmente perdida em meio à metrópole, sem um lugar certo para dormir, na maioria das vezes sem conhecer o lugar onde se está, sem dinheiro. Traz a imagem inicial de um doloroso rito de passagem, para o “ser morador de rua”, “ser de rua”, “estar na rua”. E nos introduz a uma realidade que desenha um circuito particular na cidade, que geográfica, econômica e simbolicamente coloca o morador de rua à margem das demais formas de circulação pelo espaço urbano. (FRANGELLA, 2005, p. 27).

Dessa forma, as narrativas de trajetórias até a chegada à rua costurariam fatos desse passado remoto, que, segundo Frangella, corroborando com Sarah Escorel (1999), conformaria uma “história de perdas”, “que cronologicamente se estrutura de uma forma similar, partindo de um acontecimento marcante para acabar na subtração de vínculos anteriores, sejam eles econômicos, familiares, afetivos, religiosos, entre outros” (FRANGELLA, 2005, p.26). A autora destaca ainda que essas histórias começariam quase sempre com uma fala pronta, amplamente utilizada de forma tática como mecanismo de obtenção de recursos, sendo os acontecimentos marcantes narrados, em todas as trajetórias, quase sempre os mesmos.

Assumindo uma perspectiva sem pretensão de produzir explicações para o deslocamento do sujeito de casa para a rua, Tomás Melo (2011) recorre às trajetórias anteriores para identificar os pontos de rupturas presentes nas narrativas. Para o autor, a despeito da singularidade dessas trajetórias, a existência de um acontecimento marcante seria justamente o ponto de conjunção entre elas. Praticamente todas as pesquisas identificam esse conjunto de “situações-limites” (VIEIRA, et al., 1992), que nas narrativas dos moradores/moradoras de rua produziriam sentido para os seus deslocamentos, entre elas: desemprego, migração, conflitos familiares, uso e abuso de álcool e outras drogas, fugas de instituições prisionais, ameaças de morte, problemas psicológicos, perdas familiares, desilusões amorosas, etc. (ESCOREL, 1999; FRANGELLA, 2005; KASPER, 2006; MARTINEZ, 2011; MELO, 2011; NEVES, 1983; VIEIRA, et al., 1992).

Para Mariana Martinez (2011), as “trajetórias de rua” compõem um mosaico formado por fragmentos de memória, impossíveis de serem compreendidas por uma ordem cronológica do tempo: “Ao lançar fragmentos de memória o contador preserva um conhecimento sobre o seu passado que não deve ser revelado completamente” (p.20). Esses fragmentos de memórias constituem, na análise da autora, uma tática para falar de si sem se expor por completo, ao passo que as histórias de vida seriam utilizadas pelas instituições de atendimento como mecanismos de diagnósticos da “situação de rua”, constituindo também uma tática para preservar o anonimato civil, de modo a permanecer fora das instâncias burocráticas estatais.

Em uma perspectiva mais descriptiva do que os demais autores citados, Felipe Brognoli (1996), sugere “considerar as trajetórias como **derivas marginais**, isto é,

como um movimento gradual e não consciente, não pré-determinado estruturalmente, onde há a ocorrência do acaso e do imprevisível, e, portanto, também difícil de determinar [...]” (p.88, grifo do autor). Nesse sentido, a explicitação das motivações individuais, que envolvem quase sempre conflitos familiares ou dificuldades de ordem econômica, são tratadas pelo autor estritamente como a forma dos sujeitos conferirem plausibilidade às próprias histórias, sem que haja de fato uma reflexão acerca dos seus envolvimentos nestes motivos.

De certa forma, toda a literatura acerca dos sujeitos que fazem a rua como moradia perpassa essas narrativas de trajetória de chegada à rua (MELO, 2011), ainda que esses processos de chegada não seja uma dimensão prioritária das análises. Como tentei mostrar de forma breve, grande parte desses trabalhos trazem como pano de fundo (implícito ou explícito), uma ideia de ruptura completa entre uma experiência anterior à rua e a experiência de rua propriamente dita, que se expressaria a partir de um deslocamento socioespacial bruto, decorrente de uma trajetória (invariavelmente) de perdas, bem como conferem às narrativas de chegada certa fragmentação, inconsistência, interesse deliberado de sensibilizar o ouvinte ou de esconder o próprio passado, constituindo-se em grande medida uma espécie de “fábula” (BROGNOLI, 1996, p.87).

Feitas essas considerações, cabe colocar a seguinte questão: seria possível etnografar essas trajetórias? Em contrapartida ao caráter inconsistente das narrativas, Frangella (2005, p.26) também destaca: “Com o tempo de conversa, a realocação cronológica de fatos ou a inserção de outros fatores que podem ter contribuído para a mudança passam a delinear a singularidade e a complexidade de suas trajetórias”. De acordo com a autora:

[...] a história das perdas constitui apenas um lado desse universo. Acompanhando de perto as pessoas que narram essas histórias, percebemos que a desvinculação, muitas vezes, é mais gradual do que os relatos dizem. A rua, como situação-limite e particular espaço de vivência e sobrevivência, é precedida de uma ampla circulação dessas pessoas por vários circuitos. Muitos deles perdem paulatinamente as conexões familiares, passam por vários tipos de trabalho, saem e voltam das ruas com uma certa frequência. (FRANGELLA, 2005, p.27).

Escorel (1999), por sua vez, também lembra que seria possível tratar essas trajetórias com densidade, procurando ultrapassar as “falas prontas”, ou “histórias

ocas”, através da continuidade do trabalho de campo, sendo possível identificar uma história afetiva e pessoal que liga os sujeitos aos seus territórios na rua, e que conferem sentido às suas existências, gerando pertencimento. Ainda assim, o aprofundamento dessas trajetórias possibilitaria o delineamento das singularidades de cada processo que converge à rua, e não das tramas sociais mais amplas que a perpassam.

Através do uso das trajetórias urbanas como recurso metodológico e analítico, tendo como parâmetro as noções de território, territorialidade e de subjetividade, é possível perceber, nas análises, que essa ruptura entre passado e presente, que, por sua vez, impacta diretamente nas possibilidades de imaginar coletivamente e propor politicamente um futuro para grande parte desses sujeitos (como parece ser o caso das políticas públicas), é, em grande medida, fruto da centralidade das categorias casa e rua, família e trabalho, operacionalizadas de forma isolada e tendo como referência os códigos e normatividades hegemônicas, nas análises acerca dessa experiência.

Perspectivadas dessa forma, as categorias citadas acabam por serem muitas vezes reificadas, o que reverbera na produção do conhecimento acerca das condições concretas de inserção na cidade, das singulares possibilidades que se apresentam aos sujeitos que em determinado momento de suas trajetórias (habitacionais, ocupacionais e subjetivas) se deslocam para a rua, encontrando/construindo nesse espaço novas possibilidades de perseverar na existência. Essa reificação, por sua vez, reverbera também em grande parte das políticas públicas, que tendo como público-alvo os sujeitos que fazem a rua como moradia, apostam em reconciliações familiares e, ainda que, de forma muito limitada, em (re)inserções no mercado de trabalho formal, sem de fato enfrentar os limites e a crise que atravessam essas instituições sociais na sociedade contemporânea (RIBEIRO, 2005), desprezando, por conseguinte, os vínculos e demandas que envolvem o uso da rua como forma de moradia e trabalho, na proposição conjunta (e coletiva) de novos agenciamentos nessas trajetórias⁵⁷.

⁵⁷ Outros autores apontam a necessidade de perspectivar as rupturas que envolvem os processos de chegada até a rua a partir de outras explicativas, além das perdas. Martinez (2011) ancorada em seus dados de campo, assume uma perspectiva crítica em relação à definição dos sujeitos que fazem a rua como moradia, em termos de população, pelas perdas sofridas nesses processos de desvinculação com a instituição familiar e outras instituições normativas. Em contrapartida, para autora: “[...] “a rua apresenta-se como um local possível para ativação de vínculos outros, diferentes daqueles constituídos na esfera familiar, no trabalho, na comunidade. [...] Quando meus interlocutores falam que “na rua tem de tudo”, esta diversidade pode ser compreendida pelas formas de se moldar percursos neste meio. Estas narrativas anunciam processos de desvinculações familiares e vinculações específicas que ocorrem somente em circuitos. A rua aparece como um *lócus* de interações sociais e práticas que só podem ser intermediadas nos espaços públicos, portanto, a rua é um espaço sociológico onde ocorrem interações e vínculos de espécies diferentes dos espaços normativos” (p.94), sendo possível reconhecer nessas

Essas categorias, sem dúvida, são de extrema relevância para a apreensão das experiências urbanas como um todo. No entanto, no caso dos moradores/moradoras de rua que são geralmente apreendidos como sujeitos conformados por um conjunto de subtrações - “sem casa, sem laços familiares, sem trabalho, sem dinheiro, sem proteção, sem dignidade” (FRANGELLA, 2005, p.27) - uma perspectiva analítica limitada à dicotomia entre casa e rua (enquanto espaços apartados da experiência social), e às categorias família (em sua capacidade de oferecer amparo) e trabalho (em sua formalidade) produz inevitavelmente um sujeito “partido ao meio” cuja costura é praticamente impossível de ser realizada. Temos assim, um passado e um presente apartados pelo motivo, a “situação limite”, que levou o sujeito à rua. Essa “situação limite”, por sua vez, quando considerada nas análises, aparece somente como ponto de condensação exemplar de uma trama social complexa e inteligível.

Nesse sentido, ao operar a partir de concepções que têm como referência prévia noções normativas e hegemônicas acerca da casa e da rua, da família e do trabalho, como dito anteriormente, deixa-se de perceber a complexidade de relações que perpassam os percursos, deslocamentos e circulação dos sujeitos entre diferentes modalidades de moradia, categorizações sociais e espaços, compondo distintos territórios, bem como os bloqueios e pontos de tensão que envolvem a experiência urbana e seus campos de gravitação (TELLES, 2010). Desse modo, a dificuldade de vislumbrar um processo contínuo de perseverar na existência nessas trajetórias, talvez, tangencie a dificuldade de apreender “racionalidades alternativas”, que perpassam as condições da ação e da construção de projetos de vida dos “muitos outros” (RIBEIRO, 2005), bem como a interdependência entre trajetórias habitacionais, percursos ocupacionais e deslocamentos cotidianos no processo de reorganização das condições

trajetórias um processo contínuo e gradual de desvinculação familiar e vinculação com a rua. Já Kasper (2006), por sua vez, propõe nas suas considerações finais, que as narrativas “liberdade” em relação à rua, sejam escutas na apreensão dos processos de chegada e permanência na rua. Nas palavras do autor: “Embora nunca tenha solicitado esse tipo de relatos, vários moradores de rua encontrados ao longo desta pesquisa mencionaram algum problema familiar entre os fatores que os levaram para a rua. Tal ruptura é geralmente entendida como parte das perdas sofridas por quem se encontra em situação de rua. Gostaria de propor uma outra leitura possível, sem, todavia, nenhuma pretensão à generalização. Ouvi muitos dizerem que na rua são livres. Tal afirmação é recorrente entre os moradores de rua e notada por diversos autores, como, de modo geral, por eles desqualificadas. Seria apenas uma maneira de se conformar com uma situação que não se pode mudar. Ora, tanto a casa quanto a família são – com o trabalho – os pilares que sustentam, em nossa sociedade, a identidade pessoal. Perdeu ou libertou-se? Se a identidade é o suporte indispensável de uma certa normalidade, não se pode esquecer que há casos em que se tornou vital fugir dela. Haveria, assim, situações em que a rua propicia as condições de uma recomposição subjetiva, fora dos moldes, uma criação de novos modos de existência [...]” (p.213-214).

de existência (TELLES, 2010, p.85), inclusive nas trajetórias de sujeitos moradores/moradoras de rua.

As trajetórias urbanas anteriores à chegada até a rua, tomadas a partir de uma perspectiva descritiva e analítica, e sem partir de um pressuposto de alienação (ou inconsciência) dos sujeitos acerca das suas próprias trajetórias, por sua vez, permitem iluminar como e quando a rua aparece como possibilidade de produção da existência, frente a outros processos de violência e despossessão material, fazendo transbordar, em grande medida, a visão mais consensual da rua como “fim de linha”, expressão radical da pobreza e da exclusão social no espaço urbano. Contribuindo, assim, não somente para apreensão das singularidades (e heterogeneidade) das trajetórias que se produzem e são produzidas pela rua, mas de outras dimensões das tramas socioespaciais que envolvem esse deslocamento, e, consequentemente, o fazer a rua como moradia e as cidades que aí são delineadas, como dito anteriormente.

Vale destacar ainda que a presença de sujeitos fazendo a rua como moradia passa a ser objeto de investigação nas Ciências Sociais no final da década de 1970 e início da década de 1980, dado o crescimento e visibilidade dessa presença nos grandes centros urbanos do país (FRANGELLA, 2005; MELO, 2011, NEVES, 2010; OLIVERA, 2016, PEREIRA, 2016)⁵⁸. Estando o surgimento desse campo temático, intimamente ligado à produção de um saber especializado, tendo em vista “à construção de diversos campos políticos de intervenção e definição dessa presença como problema social a ser gerido ou pretensamente impedido (NEVES, 2010, p.13).

Esse enquadramento da experiência de rua no contexto contemporâneo, como “fim de linha” de uma trajetória de perdas resultantes de um conjunto intrincado de fatores (individuais e sociais), foi construído em grande medida pelos trabalhos realizados, especialmente, entre o final da década de 1970 e o início dos anos 2000, que se voltaram de forma mais específica para o “por que da rua” pela chave do trabalho (NEVES, 1983; SIMÕES JR., 1992; VIEIRA, et al., 1992) e da exclusão social (BURSZTYN, 2000; ESCOREL, 1999; ROSA, 2005). Até então, vigorava (predominantemente) em torno dessa experiência, historicamente alvo de constrangimentos e de distintas formas de tratamento em diferentes contextos históricos

⁵⁸ O fenômeno no Brasil ganha visibilidade, especialmente, pela presença marcante dos até então conhecidos como “menores de rua”, nos grandes centros urbanos (GREGORI, 2001).

e socioespaciais, explicações individualistas pautadas “(...) basicamente em julgamentos de diferenciações segundo princípios morais” (NEVES, 2010, p. 16)⁵⁹:

As trajetórias urbanas dos sujeitos que fazem a rua como moradia, são narradas através de uma cronologia irregular, dificultando as conexões entre tempo cronológico, biográfico e social. Nesse sentido, o risco de incidir em apreensões isoladas, desconectadas dos contextos sociais e urbanos mais amplos, que para Valdeir Cont (2004) seria inerente à própria noção de trajetória como recurso metodológico, se radicaliza. Se tratando especificamente dos sujeitos que fazem a rua como moradia, o risco que se corre é o de jogar fora o esforço de toda uma luta política, na qual as Ciências Sociais têm um papel relevante, de ressignificação da experiência de rua e repositionamento classificatório dos sujeitos dessa experiência, historicamente apreendida pela chave individual (NEVES, 2010), como já dito.

No entanto, ainda que as narrativas de Sabrina acerca da sua trajetória urbana sejam destituídas de ordem cronológica precisa, a espacialização dos seus movimentos (“nessa época, eu morava no bairro”, “aí eu morava com minha família”) e a sua própria experiência de cidade (“deve ter uns 6 anos, porque esse prédio ainda era uma chácara”), permitiu que uma certa temporalidade em conexão com as dinâmicas sociais e urbanas fosse (re)composta aqui. O esforço apresentado aqui é o de justamente seguir esses rastros deixados no vivido, rastros de temporalidades, de fluxos (desejantes, econômicos, normativos, urbanísticos, etc.), que se materializam nos espaços e nos corpos conformando territórios, territorialidades, subjetividades, experiências urbanas e cidades.

2.1 Encontrando Sabrina

Anna: Quem é Sabrina?

Sabrina: Quem é Sabrina? Você quer saber o que, assim? Que mora na rua? Como eu vivo, onde eu durmo, essas coisas, né?

⁵⁹ Nas Ciências Sociais, mais especificamente, a produções mais recente podem ser agrupadas em torno das seguintes interfaces: (i) rua e políticas públicas (CEFAI, 2010; MARTINEZ, 2011; 2007; OLIVEIRA, 2016; PERREIRA, 2016); (ii) rua e drogas (RUI, 2014; ADORNO, 2016; MALHEIROS, 2018); (iii) rua e formas de inserção no espaço urbano (CARNEIRO, 2016; FRANGELLA, 2005; KASPER, 2006; MARTINEZ, 2011). No entanto, mais do que tratadas isoladamente, essas interconexões atravessam grande parte das pesquisas, ocupando um lugar de relevância maior ou menor, a depender dos objetos investigados e da perspectiva adotada.

A: Quero saber tudo que você quiser me contar sobre você.

S: Ah, sim... independente que eu fico convivendo na rua há muito tempo, né? Sabrina é uma pessoa boa, homossexual, tem um caso.

Meu caso não é daqui, é do interior, de Dias D'ávila. A gente se conheceu já tem mais de 10 anos a gente convivendo junto, com todos os acidentes, com todas as dificuldades que todos nós temos na rua.

Porque na rua não é bom da gente morar. Nós brigamos, teve uma tragédia muito banal que eu perdi minha visão, mas perdoei, tô com ele até hoje e estou convivendo até hoje com ele. Então, eu tô aqui na rua. Você quer saber mais o quê?

Da série de entrevistas que realizamos ao longo do trabalho de campo, essa foi a primeira pergunta que fiz a Sabrina, no primeiro “encontro de pesquisa” que tivemos, em julho de 2016. Mencionar a expressão “encontro de pesquisa” se faz importante, pois já interagia com ela na condição de “*cliente*”⁶⁰ em potencial, vez que com certa frequência utilizava os serviços da agência bancária na qual ela e seu companheiro produziam um território de permanência.

Dos encontros anteriores à pesquisa propriamente dita, guardo na memória a troca de poucas palavras, ao ter meu movimento pausado ou pelo menos desacelerado por um pedido de ajuda ao entrar na agência ou ao passar pela calçada. Em um gesto rápido, ela me cumprimentava de maneira enérgica, demonstrando intimidade e alegria com o encontro, e pedia uma ajuda estendendo as mãos. Gesto de mãos complementado por uma mudança nítida da expressão facial que, sobrepondo a alegria demonstrada com o encontro, passava a indicar a necessidade de ter seu pedido atendido. Muitas vezes atendi ao seu pedido, muitas outras neguei dizendo, “hoje tá difícil”. Somente após dar uma resposta, meu movimento era liberado pela pausa que ela colocava em prática através do corpo e da fala. É verdade que quando o encontro se dava na calçada nem sempre sua presença alegre pausava os meus passos, quase sempre era ela que se via obrigada a mover-se alguns metros enquanto me explicava o motivo imediato pelo qual precisava de ajuda. Ao longo do trabalho de campo pude observar essa mesma cena se repetir diversas vezes na interação com seus inúmeros “*clientes*”. Para Sabrina, a prática de “*pedir ajuda*” é uma arte fundada em um saber específico, uma “*visão*”, há quem domine esse saber, como ela, e há quem não tenha “*traço*” para ele, como seu “*marido*”.

⁶⁰ Termo usado pela interlocutora para se referir às pessoas que compõem sua rede de assistência mais próxima.

Já nesse primeiro “encontro de pesquisa”, expliquei rapidamente do que se tratava a pesquisa e como pretendia construí-la: além da realização de entrevistas, desejava acompanhar o seu cotidiano durante algum tempo, o que incluía acompanhá-la em seus percursos. Ela aceitou de imediato, disse que já tinha sido entrevistada algumas vezes por outros estudantes da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e que uma das entrevistas estava na internet: “*As clientes passam aqui e dizem que me viu na internet, que o povo comentou que me conhece, que eu sou legal, que eu falo com todo mundo, que queriam me ajudar, mas até agora nada*”⁶¹. Perguntou se a entrevista duraria em torno de 1h, demonstrando tanto certa familiaridade com esse tipo de abordagem, como uma preocupação em relação ao tempo que deixaria de trabalhar. Dado a confirmação, me pediu para retornar às 14h (era 11h da manhã), pois naquele momento estava “*só nos truques*”⁶². Devia R\$10,00 a um dos trabalhadores de rua⁶³, que comercializam frutas na calçada adjacente à agência bancária, e precisava conseguir o dinheiro, antes que pudesse dispor de um tempo para ser entrevistada.

Quando retornei no horário marcado, ela não estava, mas decidi esperá-la em frente à agência. Dora, uma das trabalhadoras de rua que comercializava frutas e verduras no entorno imediato, e que, inevitavelmente, tinha observado a nossa interação pela manhã, me chamou e perguntou se eu estava à procura de Sabrina, respondi que sim e ela, então, aproveitou para tecer alguns comentários acerca do relacionamento

⁶¹ A entrevista mencionada está publicada na página “Salvador Invisível” na rede social Facebook. “Salvador Invisível” é um projeto criado em 2014 inspirado no “SP Invisível”, que busca através da exposição de imagens e depoimentos de sujeitos que fazem a rua como moradia confrontar o regime de visibilidade e invisibilidade no qual estão inseridos esses sujeitos, fomentando, assim, um “olhar mais humano”, como descrito na página do projeto, nas redes sociais. Entre as publicações da página, que seguem o mesmo padrão, uma imagem do sujeito morador de rua juntamente com seu depoimento, a de Sabrina é a que obteve o maior número de interação e visibilidade na rede, chegando a quase duas mil e quinhentas reações através do “botão curtir”; nos comentários, por sua vez, quase quinhentas pessoas comentaram que a conhecem, compartilharam situações vivenciadas e expressaram o desejo de ajudá-la a sair das ruas através de ajuda financeira e/ou promovendo o retorno à cidade de origem.

⁶² Expressão que significa o uso de alguma tática tendo em vista algum ganho.

⁶³ O uso da expressão “trabalhadores de rua”, em detrimento das expressões “ambulantes” ou “camelôs”, para se referir aos sujeitos que exercem uma atividade laboriosa nas ruas, foi adotada tomando como referência o uso da expressão por Layla Bouças (2005), em um trabalho acerca dessa ocupação na cidade de Salvador. De acordo com a autora: “[...] consideramos a expressão importante também por reforçar que se trata de um trabalhador, ainda que a atividade realizada por ele seja precarizada, desprovida de direitos trabalhistas e o deixe em uma condição de vulnerabilidade, uma vez que são grandes as incertezas no que se refere à obtenção de rendimentos reais no final do mês. O termo nos parece também mais abrangente, pois pode ser utilizado tanto para aqueles que possuem pontos transitórios, quanto para aqueles que possuem pontos fixos de trabalho” (BOUÇAS, 2005, p.21-22). No mais, a ênfase no uso da rua, que a expressão “trabalhadores de rua” coloca, dialoga diretamente com este trabalho, permitindo uma percepção maior das aproximações e distâncias, conflitos e negociações entre distintas classificações que envolvem distintos usos da rua.

entre as duas: “*Sabrina é uma benção. Eu chamo ela de benção. Quando ela não está bêbada é um amor, mas quando bebe, minha filha, essa benção me perturba tanto, que minha pressão chega a subir, é cada apelido que ela me bota, eu tô velha, não aguento isso, não*”. Ficamos cerca de 15 min conversando até o momento em que Sabrina chegou e sem trocar uma palavra com Dora, me chamou para sentar em um banco de cimento na parte externa da igreja localizada ao lado da agência, explicando que se ficássemos na escada seríamos interrompidas a todo o momento; de fato, em pouco mais de 1h de entrevista, fomos interrompidas inúmeras vezes por transeuntes que a cumprimentavam e por Luciano, seu “*caso*”, que volta e meia aparecia no portão de entrada da igreja demonstrando impaciência com a situação. Já quase ao final da entrevista, ele adentrou o portão e antes que eu pudesse cumprimentá-lo, Sabrina disse: “*Que é? Não tá vendo que a menina tá me entrevistando? Sai, sai encosto*”. Ele deu as costas e saiu resmungando.

Narro esse primeiro encontro de pesquisa, atravessado por fragmentos de memória de encontros anteriores, não apenas por considerar necessário que o leitor forje ao menos uma primeira imagem de Sabrina e das dinâmicas que perpassam a construção cotidiana do seu território de permanência, mas, especialmente, para trazer à tona parte da minha própria experiência de fazer pesquisa com ela, indissociável que é da reconstrução narrativa que aqui se propõe. Essa narrativa é, portanto, não a representação, mas a articulação e a interpretação da minha própria experiência (RICOEUR, 1994) com os elementos mais recorrentes em nossa relação de pesquisa, especialmente, quando os encontros se davam em frente à agência bancária e em suas imediações: a minha própria presença e a interrupção do seu expediente de trabalho, a disponibilidade (e prazer) de Sabrina em ser entrevistada, os transeuntes que a cumprimentam e muitas vezes ofereciam uma ajuda sem que ela precisasse dar “*truques*”, os trabalhadores de rua e o que nomeei de “*rede de fofocas*”⁶⁴, e a

⁶⁴ Em “Família, fofoca e honra”, Claudia Fonseca (2004) discorre sobre as relações entre fofoca e violência nos códigos de valores que organizam as relações entre os “pobres” no contexto etnográfico por ela estudado, a saber, uma vila formada a partir de invasão (termo utilizado pela autora), em Porto alegre. Conforme a autora, “A fofoca envolve, pois, o relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio. Ela é sempre concebida como uma força nefasta, destinada a fazer mal a determinados indivíduos” (Fonseca, 2004, p.23), podendo, no entanto, ter três funções: educativa, de comunicação e para informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública. Assim como no contexto estudado por Fonseca, essa última função da fofoca tem mais pertinência aqui nesta pesquisa.

centralidade de Luciano, nas suas dinâmicas cotidianas, e, consequentemente, na própria intensidade e temporalidade do trabalho de campo⁶⁵.

Dito isso, retorno à pergunta inicial: “Quem é você?”. Ao mesmo tempo em que é uma pergunta inquisitória, pode provocar um rápido deslocamento no que tange às respostas prontas, por seu caráter tanto inusitado quanto genérico. Dessa forma, o sujeito é colocado diante da necessidade imediata de elaborar uma resposta satisfatória para si mesmo e para o outro. A resposta, por sua vez, é responsável por forjar uma imagem (desejada) de si no contexto de interação. O primeiro momento é marcado por Sabrina me devolvendo a pergunta em uma tentativa de fuga, demarcando, assim, o espaço da narrativa. No entendimento dela, o meu interesse enquanto pesquisadora era apreender, estritamente, as dinâmicas de sobrevivência biológica na rua, mas, ao mesmo tempo, ao me devolver a pergunta, ela demarca o que quer e pode relatar sobre si. Sigo insistindo na abertura do espaço narrativo e ela se vê impelida a fazer uma seleção, no horizonte da própria experiência, que a identifique⁶⁶. É então que ela diz, “*Sabrina é uma pessoa boa, homossexual e tem um caso*”, diz também que ela e o companheiro estão convivendo juntos há mais de 10 anos e que, apesar dos conflitos e da “*tragédia banal*” que resultou na perda do seu olho direito, “*porque na rua não é bom da gente morar*”, ela perdoou e estão juntos até hoje. Encerrando, assim, com o que pode-se apreender novamente, como a imposição de um limite na narrativa de si, mas ao mesmo tempo como a abertura de um espaço a ser construído entre pesquisadora e interlocutora: “*Então, tô aqui na rua. Você quer saber mais o quê?*”⁶⁷.

⁶⁵ Apesar de ter registrado esse primeiro “encontro de pesquisa” no diário de campo, foi somente no momento da análise, tendo com horizonte o processo de trabalho de campo em sua totalidade, que pude articulá-lo e interpretá-lo da forma apresentada aqui juntamente com os fragmentos de memória dos nossos encontros anteriores à pesquisa. Nessa primeira aproximação, não gozava de observação suficiente para identificar regularidades em suas narrativas, trajetória e cotidiano.

⁶⁶ Para Ricouer (1994), a narrativa nasce a partir de um horizonte da experiência. Na medida em que esse horizonte é sempre dinâmico, a experiência narrada também o é. Nesse sentido, a narrativa desfaz e refaz a nossa experiência pessoal.

⁶⁷ Nesse primeiro encontro nem eu, nem ela, poderíamos ter a dimensão da quantidade de questões que eu teria interesse em saber e ela em relatar. O meu interesse em “saber tudo que ela quisesse me contar”, acabou se tornando uma característica que ela atribuía a mim. Ao me apresentar a outro morador de rua, Sabrina informava: “*Essa é Anna, minha amiga, ela tá fazendo um trabalho da faculdade e fica perguntando tudo*”. Em vários momentos, Sabrina demonstrou impaciência ou reagiu com sarcasmo às minhas questões. Recordo um dia que cheguei ao seu ponto de permanência e ela tinha acabado de lavar roupa, de imediato começou a me explicar todos os procedimentos que tinha realizado, “*peguei água no bar do Beco, coloquei o sabão, depois esfreguei a roupa, etc...*”. Eu interrompi e disse: “*eu sei lavar rouba, Sabrina*”. Ela riu e disse que estava fazendo piada comigo. Momentos como esses me levaram diversas vezes ao texto de Ribeiro (2005), “Dança de sentidos: na busca de alguns gestos”, no qual a autora traça cinco movimentos essenciais ao pesquisador do urbano, a saber: “círculo na terra”, “dentro do círculo”, “chão do círculo”, “pés no ar”, “apagando o círculo”, respectivamente. Em especial, o que me tocava e toca no texto são as passagens acerca da “episteme dialógica” e sobre a reflexibilidade da

Quando Sabrina define ela mesma, nesse primeiro momento da nossa relação de pesquisa, os elementos que elege como referência no horizonte da sua própria experiência permitem que, de certa forma, tenhamos acesso ao “o que tem da rua” em sua trajetória, para além de como vive e onde dorme um sujeito que faz a rua como moradia. A homossexualidade, o vínculo com Luciano, seu companheiro, a perda do olho direito, são alguns dos fios sobressalentes em suas narrativas acerca da sua trajetória, que iremos tentar percorrer. Sempre respeitando o jogo entre visibilidade e invisibilidade delimitado por sua própria narrativa de si⁶⁸ e tendo como parâmetro a articulação entre território, territorialidade e subjetividade.

2.2 Entre a saída da casa da família e a chegada na rua

Sabrina nasceu em 1981, em Ubaíra-Ba, cidade com pouco mais de 20.000 mil habitantes, situada a 270 km da cidade de Salvador-Ba, em uma “*família grande e muito pobre*”, de trabalhadores rurais. O acontecimento que, em sua narrativa, produz sentido para saída da casa da família em sua cidade natal e o descolamento para Salvador, foi um conflito familiar disparado após a sua primeira aparição pública com roupas femininas, em uma gincana escolar realizada na praça da cidade. Uma das provas da gincana, consistia em trazer um homem vestido de mulher para fazer uma dublagem. Ela, então, aproveita a oportunidade para fazer sua “*estreia*”. Conta que uma amiga que era transformista, uma espécie de “*madrinha*”⁶⁹, a produziu com vestido, peruca, maquiagem e salto para que pudesse se apresentar:

Eu morava com meus pais e frequentava a casa de uma transformista que tinha todos os tipos de vestido, aí ela me amadrinhava. Eu me arrumei lá, não saí de casa montada, eu fui pra casa da bicha e lá ela

subjetividade do pesquisador. Construir um espaço de partilha durante o trabalho de campo não foi uma tarefa fácil, tanto para pesquisadora como para interlocutora.

⁶⁸ Dado a minha constante presença em seu território de permanência, fui inserida em espécie de “rede de fofocas” (FONSECA, 2004). A partir dessa inserção passei a ter acesso a outras informações acerca da trajetória urbana de Sabrina que foram ocultadas para mim (pesquisadora), em seus relatos. Os pontos que a interlocutora não permitiu, em seus relatos, que fossem ligados em sua trajetória, compõem práticas que ela escolheu ocultar, não só para mim, mas como para grande parte dos seus parceiros de interação no seu território de permanência, sendo parte das suas táticas de permanência nesse mesmo espaço.

⁶⁹ Conforme Pelúcio (2005), tanto a categoria “mãe” como a de “madrinha” fazem parte do universo social das travestis. Esses termos são muitas vezes equivalentes, mas quando remetem a categorias diferenciadas, “‘Amadrinhar’ geralmente se refere a proteger e ensinar viver como travesti, cabendo à categoria de ‘mãe’ a iniciação propriamente dita” (PELÚCCIO, 2005, p.232).

me arrumou. Aí saí de lá toda produzida, saiu eu e ela, já cheguei só pra fazer o show [Sabrina]⁷⁰.

Nessa época, Sabrina, o seu nome social, era usado somente entre sua pequena rede de relações com outros homossexuais, em Ubaíra. Ela frequentava a casa das “*bichas*”⁷¹ iguais a ela, mas a expressividade dessas experiências em sua cidade natal, segundo narra: “*não era como aqui [Salvador], mas tinha uma coisinha, a gente se arrumava, se ajeitava de mulher*”. Tendo a amiga transformista como referência e encantada com o universo dos programas de auditório da televisão, fazer um “*show*” na praça da cidade usando roupas femininas, inaugura, sem dúvidas, um novo “campo de possibilidades” para ela.

Até então, Sabrina morava com os pais, os irmãos muito mais velhos que ela e seus respectivos cônjuges, na mesma casa na zona rural da cidade. Sua curta trajetória de formação escolar é perpassada por abandonos sucessivos, como sua fala indica: “*estudei, larguei, tomei curso, larguei, estudei, larguei... aprendi um pouco, mas aprendi*”. Enquanto os irmãos trabalhavam na roça, ela ficava em casa ajudando a mãe nos trabalhos domésticos: “*fazia faxina, lavava roupa, fazia comida, aperto de mente, que mãe gosta de aperto de mente, ainda mais eu*”. Logo após o evento, o irmão mais velho convocou uma reunião familiar para discutir a permanência dela na casa da família, pondo em questão a primeira aparição pública do investimento na “experiência das travestilidades” (AMARAL, 2012)⁷². Nesse contexto, ela decide sair de casa e vir para Salvador “morar de favor” com uma amiga, também ubairense:

Quando eu morava com meus pais, eu vestia roupa de mulher, gostava, mas era na casa das bicha igual a mim, nunca tinha me apresentado. Minha mãe não ligou, mas meu pai e meus irmãos não suportou, eu tive que enfrentar bastante. Teve uma briga logo cedo, eu e meu irmão, minha mãe desmaiou, foi aquela polêmica. Aí depois

⁷⁰ Escolhi manter os relatos conforme foram narrados pela interlocutora. O uso de substantivos no singular foi mantido por se tratar, como observado e confirmado por alguns dos interlocutores ao longo da pesquisa, de uma característica da “linguagem da rua”. No caso específico das expressões “né?”, “aí”, “entendeu?”, foram suprimidas em algumas falas quando o uso abusivo dificultaria a compreensão mais rápida do texto por parte do leitor.

⁷¹ O uso da expressão “*bichas*” pela interlocutora é equivalente a homossexuais “afeminados”, que se diferenciam, por sua vez, dos homens cuja orientação homossexual não implica em um distanciamento da masculinidade hegemônica. A expressão é usada entre os seus parceiros de interação de forma não pejorativa.

⁷² A partir de uma pesquisa de inspiração etnográfica com travestis iniciantes, realizada em Florianópolis, Marilia Amaral (2012), utiliza o termo travestilidades (no plural) para se referir ao processo de transformação corporal que envolve o tornar-se travesti, destacando que a superação do sufixo “ismo” de *travestismo* é parte do conjunto de reivindicações políticas na militância das próprias travestis.

todo mundo teve que conversar, aí um disse que eu não ia ficar mais, outro disse que eu ia ficar, aí pronto, eu decidi pegar rumo e fui morar com uma amiga [Sabrina].

A pauta que reuniu o grupo familiar não chegou a forjar um consenso, mas diante do impasse, expressos pelo “fica”, “não fica”, Sabrina, que na época tinha entre 13 e 16 anos de idade,⁷³ decide “pegar rumo”. Narra que fugiu apenas com o dinheiro da passagem de vinda, “uma amiga, que era casada, pagou minha passagem, eu vim escondido, depois eu fui e liguei para casa, já tava aqui em Salvador”. Em que pese a imprecisão da idade que marca esse deslocamento, ela era menor de idade, mas em suas palavras “não tinha mais mente de criança” e decidiu “tomar tenência”. Não ter mais “mente de criança”, nas palavras da interlocutora, significa que ela já “sabia o que queria da vida”. Nesse sentido, a expressão “tomar tenência” utilizada por ela para significar a decisão de sair da casa da família parece articular uma “racionalidade alternativa” (RIBEIRO, 2005)⁷⁴, ao passo que essa expressão, também em suas palavras, significa “tomar juízo”, no sentido de “pensar com a cabeça”.

Sabrina relata que sempre destoou dos códigos e normatividades associados às masculinidades hegemônicas, tendo despertado a atração sexual pelo sexo masculino ainda na infância, fato que a tornava alvo de violência cotidiana, especialmente na casa da família, perpetrada pelos irmãos mais velhos e pelo pai. Em certa idade, ela começou a investir conscientemente em uma corporalidade mais próxima do feminino, ou seja, além da homossexualidade “aparente”, deu início a um “processo de feminilização” (PELÚCIO, 2005). O primeiro passo foi deixar o cabelo crescer:

Aí que complicou mais minha situação, meus irmãos já ficou cheio de ódio, todo dia era um babado, às vezes a noite eu não dormia direito de confusão que rolava, um puxava o pau, a enxada, era um inferno, eu pensava ‘vai ter uma morte dentro de casa, vou me picar daqui’ [Sabrina].

Antes do conflito que marca a produção de novas linhas em sua trajetória, que podemos entender como a “situação-limite” (VIEIRA, *et al.* 1990), a sua vivência junto

⁷³ Em algumas entrevistas a interlocutora mencionou que saiu de casa aos 13 e em outras aos 16 anos.

⁷⁴ A expressão “racionalidade alternativa” aparece em Ribeiro (2005) como crítica a temática da alienação como mote isolado das leituras da experiência social. A autora defende que “Essas interpretações tendem a negar às vítimas, reconhecidas como manietadas e dóceis, a capacidade de compreender a operação das práticas de dominação e de participar, com certo distanciamento e alguma autonomia, das tramas e enredos do cotidiano”. Para autora, ao não reconhecer essas rationalidades, o pensamento crítico acaba se afastando da “apreensão das circunstâncias da ação dos muitos outros” (RIBEIRO, 2005, p.26-27).

à família, como seu relato transcrito acima demonstra, era atravessada por ódio, intrigas, confusão, angústia e agressividade, que agenciados cotidianamente produziam um “*inferno*”, ou seja, para ela, a casa da família era um espaço de grande sofrimento e condenação. Quando toca na perspectiva de morte, sua decisão parece não se fundar somente em uma sensação de medo ou insegurança, mas no cálculo instrumental, que envolve meios e fins. A equação expressa pela soma desses afetos com “pau e enxada” é, pois, de simples resolução: morte.

Assim, o conflito disparado pela participação no evento mencionado foi a “*gota d’água*” para a produção de sua autonomia em relação a família, na qual se sentia um “*incômodo*”. Nesse sentido, a saída de casa é o ponto de culminância de um processo, que envolve tanto a vulnerabilidade e a violência vivenciada pela interlocutora, quanto a mobilização do seu desejo de construção de si mesma e de sua autonomia. É nesse momento de tensão que ela agencia as condições (subjetivas e objetivas) para produzir uma desterritorialização efetiva em relação à família, e, consequentemente, à própria cidade de Ubaíra. Falo em desterritorialização efetiva, pois como sua narrativa indica, ao se distanciar dos signos da masculinidade em voga, desde criança ela se instala de maneira “relativa” em uma linha de fuga à ordem moral e familiar dominante, ao passo que era apreendida, apreendia a si mesma e os outros através dos códigos do desejo dissidente, mas, até então, não perde suas vinculações com o “universo normal e familiar” (PERLONGHER, 2008, p.192)⁷⁵.

Ao recuperar as trajetórias de chegada até rua para identificar os “processos de ruptura”, Melo (2011) sugere que as narrativas de “escolha” devem ser tomadas com prudência. Nas palavras do autor:

Na maioria dos casos em que ela se anuncia vem acompanhada de uma trajetória em que se vive uma série de violências. Costuma vir acompanhada de falas como: “Em um certo momento, não aguentei mais”, causando a “escolha” de morar na rua em detrimento de algo que se considera muito pior e que normalmente espera em casa (MELO, 2011, p.43-44).

Nesse sentido, entendo aqui que é, justamente, por enunciarem esse “algo que se considera muito pior e que normalmente espera em casa”, do qual fala o autor, que as

⁷⁵ Para Perlongher (2008, p.192), na desterritorialização relativa os sujeitos não criam necessariamente sistemas de sociabilidades autônomos e contrapostos aos da “sociedade respeitável”. Ainda conforme o autor, à essa operação mais flexível, sucede-se uma reterritorialização também relativa. A reinscrição do sujeito em outro código não parece ser fixa nem total, mas segmenta o sujeito ligando-o à sociabilidade homossexual, sem que ele perca sua possibilidade de circulação em outros territórios.

narrativas de “escolha” e/ou decisão, podem ganhar relevância analítica. Me parece que se levarmos a sério a narrativa de Sabrina, podemos analisar a fuga de casa como parte do agenciamento produzido por ela em direção ao que, em suas palavras, “queria da vida”. Esse querer direcionado à vida, como ficará mais claro ao longo da narrativa, expressa o desejo de fazer a própria vida, o que, nesse momento, envolve experimentar plenamente a sua sexualidade e prosseguir na produção do “processo de feminilização”. Nesse sentido, pode-se dizer que o desejo da interlocutora, quando decidiu sair de casa sem o consentimento dos pais, ainda sem ter atingido a maioridade, era “existir em seus próprios termos” (RIBEIRO, 2005)⁷⁶.

A partir dos seus relatos, não foi possível apreender dimensões mais aprofundadas acerca da sua rede de relações em Ubaíra, mas, seguindo a mesma perspectiva de análise, o investimento nessa rede de relações com “bichas” iguais a ela, mais do que um fator que desencadeia a ruptura com a família, pode ser analisada como a rede que a interlocutora produz para articular a sua saída da casa da família. É através dessa rede de relações que ela dá passagem ao afeto dissidente cujas partículas que ganhavam expressão, até então, vinham promovendo desagregações, tanto na sua experiência subjetiva, quanto na família.

Assim, quando Sabrina produz minimamente condições para agenciar o seu investimento nas travestilidades, permanecer na casa da família é uma decisão que envolve mais do que o risco iminente de morte ou sobrevivência biológica, é a própria conservação do seu ser (ESPINOSA, 2009)⁷⁷ que parece estar em jogo. Além do risco de morte física e subjetiva, que sua narrativa articula, nas palavras dela sua família era “bem pobre” e Ubaíra, por sua vez, uma “cidade pequena e fraca, até [pra] médico tem que vir para cá [Salvador]”. Há, portanto, uma conjunção de elementos atuando nesse campo de forças que tornam a sua existência junto à família e na cidade de Ubaíra, no mínimo, “complicada”, para usar suas palavras.

⁷⁶ De acordo com Pelúcio (2005, p.235), “[...] travestis costumam ter uma trajetória de vida que as distanciam dos padrões de comportamento considerados adequados para certas faixas etárias, mesmo entre camadas populares – saem cedo de casa, em torno dos 14 anos, e geralmente iniciam uma vida noturna sustentando-se através da prostituição”. Como veremos ao longo da narrativa, Sabrina não escapa dessa forma de sustentar-se, que muitas vezes aparece como a única possibilidade de renda para os sujeitos integrantes desse grupo social (PELÚCIO, 2005; BENEDETTI, 2005, AMARAL, 2012).

⁷⁷ Na perspectiva de Espinosa, “Ninguém, no entanto, pode negar que o homem, tal como os restantes dos indivíduos, se esforce, tanto quanto está em si, por conservar o seu ser” (ESPINOZA, 2009, p.14).

A amiga, com a qual veio morar, residia no bairro de Fazenda Coutos, localizado no Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador. Ao chegar em uma cidade grande, até então desconhecida, ela se sente liberta das amarras da intersecção entre a família e a cidade “*pequena e fraca*”:

Quando cheguei aqui em Salvador, eu me soltei, comecei a conhecer muita gente, comecei a conhecer os lugares, a saber o que era isso [travestilidades], aí eu me apeguei e disse “é aqui que eu vou fazer minha vida, vou construir”, como eu tô construindo [Sabrina].

Nessa época, conta que conheceu uma “*bicha*” que frequentava uma territorialidade de práticas dissidentes em termos de gênero e sexualidade no centro da cidade⁷⁸. A relação construída com a “*bicha*” passa a adquirir centralidade, é com ela que Sabrina vai começando a construir outras relações na cidade e com a cidade, chegando a se apresentar como transformista em uma das boates da avenida Carlos Gomes, no centro da cidade de Salvador:

Na época em que eu morava com a pessoa que eu chamo de mãe, que era em bairro, aí eu conheci uma bicha que me trouxe pra cá pra Carlos Gomes, foi a única boate que eu fiz show, já tem muitos anos, eu tava na idade de 16 pra 17 anos, já tenho 34, aí me levou pro Caverna, perto da boate Tchê, aí eu fiz sucesso lá, mas foi só uma vez [Sabrina].

A moradia no bairro de Fazenda Coutos não durou muito tempo, já que, assim como na casa da família, os conflitos em torno da sua orientação sexual não tardaram a aparecer também ali. Segundo conta: “*não deu certo, porque ela tem marido, tem filho e eu sou homossexual, aí ficava aquela polêmica dentro de casa. E às vezes eu chegava tarde, não tinha casa própria, como não tenho até hoje, não consigo*”. A sua sexualidade, o investimento no processo de subjetivação travesti, bem como a construção da sua autonomia, encontram novamente restrições para se realizar “*morando de favor*”, no “*bairro*”⁷⁹. Ela, então, sai da casa da amiga e vai morar com a

⁷⁸ Essa ideia de territorialidade dissidente em termos de gênero e sexualidade é inspirada na abordagem de Perlongher (2008) acerca das “territorialidades marginais” que envolvem a prática da prostituição virial na cidade de São Paulo. Nesse sentido, entende-se aqui que as práticas e sociabilidades dissidentes em relação ao gênero e à sexualidade conformam territorialidades específicas no espaço urbano.

⁷⁹ Quando Sabrina narra o tempo vivido no bairro de Fazenda Coutos, ela sempre utiliza a expressão “*bairro*” para diferenciar da experiência na rua, como exemplo: “*eu vim de Ubairá pro bairro*”, “*ah, isso foi no tempo do bairro*”. Em termos espaciais, para ela, a classificação “*bairro*” engloba os espaços urbanos distantes da Praça de Piedade (tomada, em sua narrativa, como ponto de referência para pensar o centro da cidade). A distância, por sua vez, é pensada através da escala do caminhante, “*se dá pra ir a pé, é centro, se tem que pegar ônibus pra chegar, é bairro*”. A partir das suas narrativas, as relações entre bairro/centro e bairro/rua, constituem experiências urbanas distintas em relação aos imaginários e reações

“bicha” em uma pensão no bairro da Liberdade, cuja proprietária era uma espécie de “cafetina”, passando a trabalhar na prostituição de rua⁸⁰. Para esse novo movimento em sua trajetória dois elementos são destacados por ela: o primeiro é que a natureza desse vínculo não se dava pelas normas do parentesco e segundo relata, “já bastava meus parentes”; o segundo, e mais importante, é que ela já havia se “apegado” e decidido “fazer vida” no centro de Salvador, da qual Fazenda Coutos, o “bairro”, não fazia parte⁸¹.

Antes de continuar a seguir a trajetória urbana de Sabrina, faz-se necessário uma rápida digressão. De acordo com Larissa Pelúcio (2005), as travestis costumam sair de casa em torno dos 14 anos, passando a trabalhar, geralmente, na prostituição (PELÚCIO, 2005). A fuga para os centros urbanos, que marca as trajetórias das travestis, estaria ligada a busca “(...) de isolamento perante aqueles com os quais cresceram e que julgam constantemente sua forma de existir”, de possibilidades de trabalho e de acesso às tecnologias de adequação do corpo e da identidade. Mas ainda que nos centros urbanos, elas encontrem seus pares e maiores possibilidades de produzirem suas existências, continuam sendo violentadas, sobretudo “nas esquinas” (territorialidade da prostituição na rua), onde ocorrem as maiores violações, inclusive os assassinatos e as opressões policiais (LARRAT, 2020, p.205).

Nesse sentido, Sabrina encontra na cidade de Salvador um meio mais propício, ou pelo menos mais flexível, para produção de si mesma e da sua vida, do que em Ubaíra. Gradativamente, saberes, sujeitos, espaços territorializados por múltiplas práticas dissidentes e cidades são agenciados na produção de novas linhas que possam operar as intensidades que a liberação das amarras, que se dá com a saída da casa da família em sua cidade natal e posteriormente da casa da amiga, no bairro de Fazenda Coutos, tinha buscado efetuar (ROLNIK, 2012). A sensação de ser um “incômodo”, que traduz, até aqui, a sua experiência enquanto sujeito no mundo, é, então, sobreposta pela sensação de pertencimento, de vinculação, que ela expressa quando diz: “aí eu me

em torno da visibilidade da sua performance de gênero e sexualidade e acesso à bens e recursos (materiais e relacionais), respectivamente.

⁸⁰ Apesar de ter saído da casa da amiga, que ela chama de mãe, por conta dos conflitos, que segundo narra se davam em função das mesmas questões que ocasionavam conflitos na casa da família, o vínculo entre elas se mantém até hoje, sendo a maior referência de afeto e cuidado em sua trajetória.

⁸¹ Além da Praça da Piedade, aparecem em sua narrativa como pontos de referência compondo esse centro da cidade de Salvador, ao qual ela se apegou, a Avenida Carlos Gomes e as boates Tchê Night Club e Caverna (ambas localizadas na Carlos Gomes), que conformam juntamente com outras boates e bares uma territorialidade dissidente em termos de gênero e sexualidade no centro da cidade.

apeguei, e disse ‘é aqui que eu vou fazer minha vida, vou construir’, como eu tô construindo”, em referência ao centro da cidade de Salvador e ao universo das travestilidades.

“Tornar-se travesti” pressupõe o investimento em um processo de subjetivação, que, conforme Pelúcio (2005), é continuado e sem fim, “Construir um corpo e cuidá-lo é uma das maiores preocupações das travestis” (p.224). Ainda segundo a autora, esse processo pode ser dividido em algumas etapas:

A primeira delas é quando ainda se é “gayzinho” (classificação êmica), ou seja, já assumiu a orientação sexual para familiares e para “a sociedade” (como elas dizem, para um conjunto mais abrangente de pessoas), mas ainda não se vestem com roupas femininas ou ingerem hormônios. A fase seguinte é “montar-se”, que significa, no vocabulário próprio do universo homossexual masculino, vestir-se com roupas femininas, maquiar-se de forma a esconder a marca da barba, ressaltar maçãs do rosto, evidenciar cílios, as pálpebras dos olhos e a boca. Nessa etapa, vestir-se com roupas femininas ainda é algo ocasional, furtivo, restrito a momentos de lazer. O terceiro momento é o da “transformação”, uma fase mais nuançada, pois tanto pode envolver apenas depilação dos pêlos do corpo e vestir-se cada vez mais frequentemente como mulher, como pode indicar o momento inicial de ingestão de hormônios, quando estes ainda não mostraram efeitos perceptíveis; finalmente, a quarta etapa, quando já se é travesti, além do consumo de hormônios, vestem-se todo o tempo com roupas femininas (sobretudo roupas íntimas, pode estar de shorts, sem camisa, mas de calcinha) e planeja injetar silicone nos quadris e nádegas (PELÚCIO, 2005, p.225)⁸².

Como a trajetória de Sabrina demonstra, das quatro etapas descritas acima por Pelúcio (2005), as duas primeiras já haviam sido vivenciadas por ela ainda em sua cidade natal, sendo o ato de “montar-se” e exibir-se publicamente o disparador do conflito que, em sua narrativa, aparece como fator decisivo para o seu deslocamento para cidade de Salvador. Para ela estar em Salvador é fundamental no que tange a continuidade desse processo, uma vez que ele se dá através da mediação dos pares e da inserção do sujeito em territórios e territorialidades específicas.

De acordo com Mario Benedetti (2004), o processo de construção do corpo e do gênero das travestis é complexo e balizado por lógicas próprias deste grupo social, sendo a prostituição um dos principais espaços de sociabilidade e de aprendizado das

⁸² Tomo essa abordagem aqui como forma de auxiliar na apreensão de elementos da trajetória de Sabrina que, talvez, escapariam, sem, no entanto, tomá-la como único enquadramento possível, ao passo que as trajetórias das travestis não são homogêneas, como a própria trajetória da interlocutora demonstra.

travestilidades. É a partir dessa prática “que incorporam os valores e formas do feminino, que passam a conhecer as formas corretas de andar no salto alto, de mostrar movimentos leves e suaves, de olhar de determinada maneira, de mover o cabelo ou andar à moda travesti” (p.3). Não obstante, se, por um lado, a prostituição permitiria concretizar os desejos de transformação, por outro, ela é, muitas vezes, a única forma de existência das travestis, figurando, assim, ainda como um destino, delineado pelos processos de precariedade material e opressão subjetiva, que dificultam o acesso das travestis à escolaridade, ao mercado de trabalho e comprometem seus próprios processos de transformação (PELÚCIO, 2005)⁸³.

Nessa perspectiva, a relação que Sabrina constrói com a “*bicha*”, quando ainda morava na casa da amiga, aparece como um elemento que viabiliza esse deslocamento do bairro de Fazenda Coutos para a moradia em uma espécie de pensionato no bairro da Liberdade, tendo em vista não só dar continuidade ao processo de produção de si enquanto travesti, mas construir a própria vida na cidade de Salvador. É morando nesse pensionato, no bairro da Liberdade, que o investimento nas travestilidades finalmente encontra um espaço no qual pode se efetuar: o da prostituição de rua. A partir dessa inserção, Sabrina, que “*se arrumava, se ajeitava de mulher*”, se insere na ampla rede de discursos, práticas e cuidados que legitimam os sujeitos das travestilidades (AMARAL, 2012), e passa, então, a se definir como travesti.

A prostituição de rua faz circular outros sujeitos, espaços, relações, saberes, temporalidades e territorialidades em sua experiência de cidade: a cafetina, os clientes, as travestis de rua, os “*sacizeiros*”⁸⁴ e a própria rua, em sua complexidade noturna, passam a conformar a sua nova trama de inserção na cidade de Salvador. Como pode-se ver no relato transcrito abaixo, se, por um lado, sua trajetória começa a delinejar um território no qual ela pode se construir e existir (subjetivamente e materialmente) com certa autonomia, por outro, é justamente nessa articulação entre moradia e trabalho a partir da prostituição que a exposição à violência da qual estava em fuga atinge seu grau máximo:

A: Você foi pra onde quando saiu da casa de sua amiga?

⁸³ Por mais que esse segmento social tenha avançado na conquista de outros espaços e lugares sociais, a prostituição continua sendo a única possibilidade de renda para grande parte das travestis (PELÚCIO, 2005; BENEDETTI, 2005, AMARAL, 2012).

⁸⁴ Categoria nativa usada para definir usuários que fazem uso abusivo de crack, equivalente a categoria êmica “nóia” identificada por Taniele Rui (2014), no contexto de São Pedro.

S: Fui morar com essa bicha que me levava pra boate. ‘Fazia vida’, passei uns momentos difíceis também, porque eu pagava por semana, todo sábado vencia. Pagava R\$60,00, aí quando ‘fazia vida’ tinha que trazer o dinheiro e naquela época era difícil o cliente, quando fazia o programa, depois de fazer o programa, pagar. Às vezes botava pra fora do carro depois que já tinha feito tudo, aí era a maior cena. Às vezes chegava sem dinheiro, a cafetina cobrava, tinha que dar o dinheiro, quando a bicha não dava o dinheiro, raspava o cabelo da bicha, comediava, tinha uma outra babadeira, era uma confusão. Toda semana tinha que ter o dinheiro certo [Sabrina].

A conjunção entre travestilidades e prostituição circunscrevem a sua experiência urbana em uma temporalidade e uma territorialidade demarcada, a noite e a rua, na Orla Atlântica da cidade⁸⁵. Confusão, roubo, covardia, agressões, exposição radical ao risco de morte habitam a sua experiência com os clientes na “*vida de noite*”. Muitas vezes, sem dinheiro, agredida e “*desmontada*”, ainda tinha que se deslocar da Orla para Liberdade⁸⁶. Como relata, o aluguel do quarto no pensionato era semanal, e as regras impostas pela “*cafetina*” eram rígidas e operavam em um regime de coerções e violência. Os rendimentos com a prostituição de rua, por sua vez, oscilavam de tal forma que a sua permanência nesse território (que articulava moradia e trabalho) foi se tornando insustentável⁸⁷: “*Ás vezes a rua não dava, ás vezes eu tentava pagar assim logo adiantado, mas muito cliente caloteiro, era muito valente, mostrava arma, já cheguei em casa sem tamanco ficava no carro, de agressão...*”.

Além do valor do aluguel, “*se montar*”, ou seja, a produção do corpo travesti, envolvia investimentos e cuidados diários, e segundo diz: “*Eu me cansei de me montar, botar peito postiço, botar roupa de mulher, eu vi que a rua não tava dando mais, tinha*

⁸⁵ Em etnografia acerca das travestis e do espaço urbano em Brasília, MacDowell (2008) recorre a um relato de umas das interlocutoras para falar de uma espécie de “ditadura da noite” imposta às travestis e transexuais, especialmente quando encontram na prostituição a única fonte de renda. Para o autor, essa sensação de “ditadura” vivenciada por sua interlocutora, aponta para uma regulação não só do espaço, mas também do tempo pela norma excludente, em suas palavras: “Trata-se da associação do dia a opressão por mecanismos tácitos de coerção social e a consequente restrição da vida social de pessoas transexuais e travestis ao período noturno, signo da prostituição (e, consequentemente, à rua como espaço de prostituição)” (MACDOWEL, 2008, p.6).

⁸⁶ Pelúcio (2005), a partir de uma etnografia com travestis em São Carlos tenta desmistificar esse imaginário de perigo que envolve o trabalho nas ruas, alertando inclusive para o fato de que “falar de ‘travesti’ de uma forma generalizada e monolítica é perigosamente simplificador, na medida em que borra as singularidades de cada trajetória e as especificidades de cada entorno. Trabalhar no centro de São Pedro, na área industrial de São Carlos ou em um piso em Barcelona aponta para realidades distintas que conformam subjetividades específicas” (p.247).

⁸⁷ O valor semanal do quarto era R\$60,00 reais, o que na época era bastante alto se comparado, por exemplo, ao salário mínimo entre 1995 e 1998 (período estimado da chegada de Sabrina em Salvador), que valia de R\$100,00 em 1995 à R\$130,00 em 1998.

muita covardia, muito roubo, era Orla”. É, então, que um novo movimento se delineia na trajetória de Sabrina, e a rua emerge efetivamente como espaço onde perseverar na existência se torna possível⁸⁸.

Em sua narrativa, a saída da casa da família, a violência presente na relação com a “cafetina” e com outras travestis no pensionato em que morava, a exposição radical ao risco de morte e os baixos rendimentos atrelados à prática da prostituição de rua produzem sentido para essa decisão: “*Como eu já tinha saído da casa dos meus pais, morei com travestis, passei o que eu passei na rua, fazia vida, muito risco, já arrisquei a vida com arma na minha cara, aí pronto, eu decidi ‘vou morar na rua’*”. Se, por um lado, uma trajetória de rupturas (socioespaciais), violência, risco de morte e despossessão material é articulada em sua narrativa conferindo inteligibilidade ao movimento delineado, por outro, ao narrar esse processo, seus relatos evidenciam que quando começou a fazer a rua como moradia, ela já estava inserida e vinculada em uma rede de sociabilidade de travestis que já faziam a rua como moradia, e, dessa forma, conhecia bem os códigos, normas, valores que organizam as territorialidades de/na rua, delimitando distintos processos de subjetivação e experiências urbanas, como veremos na fala abaixo:

Já vim pra rua já experiente, andava com as travestis de rua, já sabia lidar com os... como é que se diz? Com os moradores [de rua] mesmo, que é sacizeiro, drogado, já me dava com quem roubava, mas eles lá e eu cá. Como sempre eu gosto de dormir sem movimento, eu e meu caso. Antes de eu me envolver com ele, eu já morava na rua também, mas andava sozinha [Sabrina].

A pessoa tem que tá ligada, não pode se envolver muito com os outros moradores de rua, entendeu? Não fazer dívida, não ficar com eles tudo incluído, ficar só, fazer seus adiantos, aí pronto, vai convivendo, vai pegando o dia-a-dia. Mas agora se for aquele que gosta de andar de grupo, todos de rua liso, nunca vai dar certo, sempre vai ter problema, porque um daqueles ali apronta [Sabrina].

É na passagem pela “*vida de noite*”, ao se inserir nessa rede de sociabilidade de travestis que faziam a rua como moradia, que a interlocutora “*pega a visão*” dos perfis e práticas que produzem a rua e são produzidos por ela simultaneamente. Como narra, ela já “*sabia lidar com os moradores de rua mesmo*”, os “*sacizeiros*”, que em sua

⁸⁸ Vale dizer que essa transição entre a casa da família em Ubairá e o fazer a rua como moradia só foi iluminada no decorrer do trabalho de campo. Na primeira entrevista realizada com Sabrina e nas primeiras conversas informais, essa passagem parecia ser direta, configurando-se como uma ruptura repentina. Com o passar dos encontros os rastros de outras experiências urbanas foram se delineando, possibilitando o acesso a esses deslocamentos anteriores.

narrativa aparecem como “os que se jogam na rua e já não querem mais nada com a vida”. Sabrina quer muito da vida, sabe que para “não se jogar” precisa de táticas, e “andar sozinha e dormir sem movimento” é uma delas. Além desse saber relacional ela também já tinha pegado a visão de outras táticas (de permanência e circulação, de obtenção de recursos, etc.), que viabilizam a produção da existência a partir da rua⁸⁹.

Longe de ser narrada sob o signo da angústia ou do sofrimento, sua chegada na rua, a partir da sua narrativa, é o que se poderia nomear como “período áureo” em sua trajetória urbana, em que a narrativa é habitada pela alegria, festas e façanhas em intensa interação com a cidade (materialidade e sociabilidade). Das amigas travestis, que eram muitas, relata que morreram uma por uma, algumas por doenças, outras vítimas de assassinato. Só restou Fabiana, “a bicha”, como testemunha dessa experiência compartilhada nas ruas de Salvador, entre a Piedade e o Canela, fazendo a cidade na linguagem travesti, “linguagem ordinária” (CERTEAU, 2014), “no talento”, “sem cair do salto”, “no chique” entre “babados” e mais “babados”. Tempo que, em sua apreensão, a rua era menos perigosa e violenta⁹⁰.

Isso não significa dizer que ela encontrou um espaço de relações livre dos atravessamentos da violência; não obstante, ao que parece, encontrou um espaço onde os códigos, regras, valores estão em permanente negociação, ainda que atravessados pela violência. Nesse espaço, seu poder de ação e negociação de conflitos é expandido, em outras palavras, a exposição à violência e o risco de morte parecem ser menos

⁸⁹ Voltarei à essas táticas no capítulo que segue.

⁹⁰ Através da sua narrativa é possível estimar que ela se deslocou de Ubaíra para Salvador, entre 1995 e 1998, tendo como referência as idades que ela menciona ter saído da casa da família. Essas passagens anteriores à chegada na rua (“moradia de favor” no bairro de Fazenda Grande e aluguel de um quarto em uma casa de travestis na Liberdade), transcorreram em menos de 2 anos após sua chegada na cidade de Salvador, nesse sentido estima-se que ela teria começado a fazer a rua como moradia por volta dos anos 2000. Desde a década de 1980, quando a experiência de rua começa a ganhar visibilidade mundial, o fluxo de pessoas que se territorializam nesse espaço produzindo seus territórios de existência têm sido crescente, assim como os mecanismos de constrangimento e controle dessas presenças no espaço urbano e a produção de “soluções” em diversos campos de atuação. A partir da narrativa de Sabrina, nesse momento inicial da sua trajetória de rua, a rua era menos perigosa e violenta em função de duas variáveis: (i) o menor número de sujeitos fazendo a rua como moradia, fato que tornava a disputa por espaços e recursos territorializados, entre eles, menos acirrada e violenta; e (ii) a menor expressividade dos mecanismos de controle relacionados à atuação dos agentes do ordenamento e da vigilância do espaço urbano (policiais, guardas municipais), sendo, estes últimos, mais presentes, no centro da cidade, somente nos períodos de festas de rua (à exemplo do Carnaval). Fora esses períodos, as dinâmicas cotidianas usualmente atreladas à casa, como cozinhar, eram passíveis de serem realizadas em praças com menor fluxo de sociabilidades e transeuntes e até mesmo na Praça da Piedade e do Campo Grande, assim como tomar banho nas fontes das duas praças citadas era uma prática corriqueira que não demandava uma atenção constante, como atualmente, em função da vigilância (e repressão violenta) dos guardas municipais.

arbitrários, do que na casa da família, no “bairro” e trabalhando na prostituição de rua. O que sua narrativa faz transparecer é que a partir das suas táticas de perseverar na existência, ela vai ganhando repertório de ação. Dessa forma, vai aprendendo a dialogar com a violência, a partir do seu próprio corpo, que por ocupar um lugar radical de vulnerabilidade, exige astúcia. Fazendo a rua como moradia, ela percebe que a sedimentação desse saber-prático, bem como a apreensão e decodificação dos códigos no que tange a relação entre seus pares e de outras territorialidades na rua (trabalhadores de rua, transeuntes, taxistas, agentes da ordenamento e da vigilância do espaço urbano, etc.), permitem a ela participar das disputas pelo recursos territorializados nesse espaço com certa margem de autonomia.

Desde que chegou na rua parou de trabalhar na prostituição, passando a trabalhar “pedindo ajuda”⁹¹ e como diz: “*não me falta nada, só a casa, que é o mais importante*”. Para ela, além de fazer circular mais bens e recursos, “*pedir ajuda*” envolve, em suas palavras, “*muito menos risco*” do que a prostituição de rua, em suas palavras: “*Aí essa vida de rua que eu estou hoje, graças a Deus não falta nada pra mim, todo mundo me ajuda, já tenho minha amizade, é pouco risco, que graças a Deus, eu já arrisquei minha vida, já saí, porque vida de noite não é boa*”. Quando ela contrapõe as duas experiências, a “*vida de rua que está hoje*” e a “*vida de noite*”, revela que em sua trajetória, a violência e a circulação de recursos territorializados na rua (relacionais e materiais), se distribuem de forma distinta (abundância e escassez), em função das atividades ocupacionais (prostituição e “*pedir ajuda*”), categorizações (profissional do sexo e moradora de rua), e das temporalidades e territorialidades de circulação e permanência no espaço urbano, delimitadas por elas. Assim, em suas narrativas, a rua na temporalidade diurna se contrapõe a rua na temporalidade noturna, assim como a profissional do sexo à moradora de rua que “*pede ajuda*”, e a Orla ao centro da cidade, configurando, como dito, distintas experiências urbanas em relação a exposição à violência e a acessibilidade à outras dimensões da cidade⁹².

⁹¹ A interlocutora se refere a atividade que realiza de “*pedir ajuda*” como um trabalho. No capítulo seguinte as dimensões dessa prática vista por ela como um trabalho será explorada a partir do seu território de permanência na rua, localizado no bairro do Garcia.

⁹² De acordo Keila Simpson (2012): “A rua e a prostituição não são de todo ruim. Não quero aqui dizer que a prostituição seja negativa, porque não a vejo como tal – ela é sim uma profissão muito dura, mas rentável para quem sabe explorá-la. Temos exemplos positivos de boas profissionais (...). Se uma travesti desenvolve a prostituição, faz dela o seu trabalho cotidiano e aplica todas as suas forças e experiências nesse trabalho, é também porque é rentável” (p.112). A prostituição de rua, para as travestis, também não deve ser vista somente como uma atividade ocupacional geradora de renda, como dito anteriormente, é nesse espaço que, no geral, as travestis encontram as referências que permitem a elas se modelarem tal

A partir da moradia na rua e do saber que ela vai construindo nas interações cotidianas nesse espaço, enquanto moradora de rua, ela começa a acessar o que Joseph (2000, p.9) nomeia de “fábrica cotidiana da compaixão e da simpatia”⁹³, que aparece em sua narrativa como uma positividade relacionada ao fazer a rua como moradia, frente aos processos contínuos de violência e despossessão material vivenciados por ela antes de chegar até a rua, e as próprias dificuldades atreladas a territorialização das práticas domésticas (usualmente associadas à casa) nesse espaço⁹⁴:

O bom que eu acho são as pessoas que são boas, que ajuda. (...). O bom de morar na rua é isso, que a gente ganha um bocado de coisa. Como a gente é distanciado da família, como a gente não vê a família todo dia, nenhum familiar ajuda a gente, então existe as pessoas que ajuda sem ser parente. O que eu gostei da rua foi isso, porque parente meu até hoje não dá nada, quem me ajuda mais é os povo que eu conheci na rua, entendeu? Agora quem chega pra rua, fica num meio ruim, porque eles quer, porque tem o meio do bom e o meio do ruim, eu mesmo não tenho o que me queixar, durmo acordo, acordo com meu café sem pagar, às vezes aquele dinheiro é o que os outros me dá, eu vou comprar, entendeu? Não tenho o que me queixar na vida da rua não. Só me queixo o que eu te falei é isso, é do banho, é da dormida que eu não durmo direito, são esses dois, é o banho e a dormida. Mas a comida, roupa, tudo, chinelo, se eu tiver descalço, nego dizer que vai pagar pra mim, às vezes traz um tênis, um sapato, às vezes traz tanta coisa que eu não tenho onde botar, entendeu? Que a gente tá na rua, recebe um bocado de coisa e não tem onde guardar, porque ninguém guarda nada, ainda tem isso. O ruim também é isso, não tem onde guardar as coisas, os materiais da gente, as vezes os outro pega, outros morador de rua... é aquela coisa... [Sabrina].

É importante dizer que a interlocutora vê essa “abundância” de recursos que é possível acessar na rua através de uma rede de relações, não só como dimensão que viabiliza a sua permanência (e de outros sujeitos) nesse espaço, mas como uma esfera

como desejam. A partir de uma etnografia realizada com travestis em Salvador, entre 1996 e 1997, período próximo ao estimado à chegada de Sabrina em Salvador, Kulick (2008), destaca ainda outra dimensão da prostituição para as travestis: “(...) a prostituição é a única esfera da sociedade brasileira onde as travestis podem ser admiradas e reconhecidas. A prostituição faz com que elas se sintam sexys e atraentes, nesse contexto podem desenvolver ainda mais sua autoestima, valor pessoal, autoconfiança, além de se sentirem objetos de verdadeiros e intensos desejos” (p.151). Nesse sentido, não quero dizer que a experiência da interlocutora em relação ao trabalho na prostituição de rua responde somente à uma dimensão individual, mas de forma alguma deve ser generalizada.

⁹³ Para Joseph (2005), a visibilidade dos sujeitos que fazem a rua como moradia nos centros urbanos, (“sem-domicílio-fixo”, expressão utilizada pelo autor em referência ao contexto francês), expressa “paradoxalmente uma conquista da democracia, um dos seus dados morais, (...), mas também da solidariedade como recurso civil e não apenas como injunção do Estado e dos ‘aparelhos ideológicos’” (p.9).

⁹⁴ As dinâmicas em torno do acesso a recursos a partir da composição de uma rede de relações e outras questões que envolvem a rua como modalidade de moradia serão melhor exploradas no capítulo seguinte desta dissertação.

geradora de possibilidades de inserção na cidade a partir de uma modalidade de moradia tal como concebida hegemonicamente, como a fala seguinte indica: *"A pessoa quando vem morar na rua, a pessoa chega, se for uma pessoa que não tem vício, é bom de ficar. Vai pede, suas coisinhas, as patroas dá, já não tem vício não vende (...), já fica de boa. É capacidade mais de sair da rua"*. Percebe-se, a partir da narrativa dela, que as possibilidades de compor essa rede de relações estão associadas à uma moralidade individual e espacial, existindo o “meio do bom” e o “meio do ruim”, indicando também relações distintas com a rua. No “meio do bom”, a rua figuraria como espaço de passagem que viabiliza a construção de outras condições de acesso à cidade, já no “meio do ruim”, que para ela está associado ao entrelaçamento entre uso abusivo de álcool e outras drogas e à prática de atividades ilegais, a rua seria um espaço de destruição, em que o sujeito “vai se habilitando ainda mais”⁹⁵.

Em que pese a redução e moralização das dinâmicas entre subjetividades e territorialidades na rua, o interessante aqui é que a partir da dicotomia moral que ela elabora, a rua é, independente do “meio”, um espaço de produção relações, de saberes e de realização de projetos individuais, seja de construção ou de destruição da própria vida. É que claro que essas dinâmicas são muito mais complexas e menos estanques, configurando-se a partir da ampla circulação dos sujeitos no espaço urbano e em complexa rede de categorizações (exógenas e endógenas) de usos da rua, assim como também são múltiplos (e ambivalentes) os significados atribuídos à rua na narrativa da interlocutora acerca da sua própria trajetória nesse espaço, que ora se apresenta como lugar da sofrimento, da solidão e da destruição, ora como lugar de passagem, limiar, carregado de potência de afirmação e de construção de futuro. E aqui, talvez, resida a maior contradição da rua e dos territórios de existência que são possíveis compor a partir dela: abundância e escassez, “muita gente” e solidão, apego e desapego, “resto de vida” que é vida toda. Ganha-se muito e perde-se na mesma proporção. Desejo e

⁹⁵ Essa ideia de “habilitação” e de uma moralidade “bom” e “ruim” foi trazida também por outro interlocutor da pesquisa citado na introdução desta dissertação, mas com um sentido positivo, distinto do atribuído por Sabrina. Para G., a rua confere certificados/diplomas/títulos assim como o percurso da educação formal. Em contraposição a esse último, a demarcação dos graus de formação na rua são comprovados pelas marcas corporais e por registros de passagens por hospitais e pelo sistema prisional. Esses certificados/diplomas/títulos comprovariam a formação do sujeito na “escola da vida”, habilitando-o para trabalhar com esse segmento social, vez que indicaria que ele sabe lidar com “todos os sistemas de pessoas”, “o bom e ruim da escuridão e da claridade”. Segundo G., o empossamento da sua liderança (título) no Movimento Nacional da População de Rua – MNPR/BA se deu a partir de um ritual político de conferência da veracidade dos seus certificados de vivências no “mundo da escuridão” (rua). Segundo também afirma, se não tivesse encontrado um espaço/atividade onde pudesse exercer os saberes que construiu na rua, não tinha voltado para o “mundo da claridade” (sociedade).

trauma. Resto e excedente. Circulação e permanência. Estado de exceção. Rua, por excelência limiar, tal como as trajetórias que nela se instalaram e fazem carreira.

2.3 “*Fui travesti*”: passado, presente e futuro

Esteticamente Sabrina se apropria de signos socialmente atribuídos ao masculino e ao feminino, roupas masculinas (camiseta e bermuda), acessórios femininos (brincos grandes e “*bolsas de madame*”), além de toda uma performatividade acentuadamente feminina. Ela se refere a si mesma como travesti conjugando o verbo “ser” no passado, “*fui travesti*”, define-se como homossexual e diz que se sente como “*mulher mesmo*”, como sua fala indica:

Eu tô tão conhecida como Sabrina, tem até velho, velho de idade, que me chama ‘e aí Sabrina?’, eu me sinto mulher mesmo, não vou mentir, normal. Ou como eu sou mesmo homossexual, eu me sinto mulher mesmo [Sabrina].

Em algum momento da sua trajetória de rua, que sua narrativa não permite situar com precisão, ela deixa de se definir enquanto travesti. Para ela, ser travesti é “*se montar*” e se prostituir, marcadores que estão intimamente ligados em sua narrativa. Desde que chegou na rua, ela nem se monta e nem se prostitui. Não “*se montar*” significa que parou de botar peitos postiços e utilizar roupas femininas, deixando assim de ser travesti.

Sabrina diz que cansou de se “*montar*”, mas mesmo não se “*montando*”, relata que antes do acidente que ocasionou a perda do seu olho direito, ostentava longos cabelos soltos, do qual se recorda com vaidade, sendo que o retoque da maquiagem também era uma preocupação constante: “*ficava com minha mochilinha, com minha maquiagem, tudo dentro*”. Segundo diz, quando perdeu o olho, além de passar a usar o cabelo quase sempre preso, o espelho passou a ser seu companheiro inseparável:

Porque o médico me disse, ‘você tinha dois, se você perdeu um, se você perder o outro vai ficar sem nenhum’. Por isso não boto nada, eu não uso mais nada, maquiagem eu usava quando tinha meu olho, não posso usar, não posso usar mais nada [Sabrina].

Logo, ela não abandona por completo o investimento no processo de subjetivação travesti quando passa a fazer a rua como moradia. A perda do olho direito é o acontecimento que parece melhor demarcar essa reconfiguração da sua subjetividade, gerando um deslocamento do reconhecimento de si enquanto travesti. Assim como, as próprias condições de vida na rua - dificuldade de manter e acumular pertences e exposição à violência - também podem ser indicativas desse rearranjo em seu processo de produção subjetiva, levando-a à um desinvestimento nesse processo de transformação, ao passo que ser travesti implica em uma exposição maior à violência por via da objetificação sexual e/ou da aversão (SIMPSON, 2012). Não obstante, para além do seu nome social, Sabrina, também os gestos e linguagem incorporados, uma espécie de “*ethos* feminino” (PELÚCIO, 2005)⁹⁶, borram as categorias binárias de gênero (feminino e masculino), que, por sua vez, constitui um dos aspectos que a singularizam na rua.

Como os agenciamentos da sua vida cotidiana em torno do acesso à moradia, vínculos, trabalho e outras dimensões da cidade demonstram, Sabrina procura condições para “ser” e fazer a própria vida com certa autonomia (subjetivamente e materialmente), sem estar radicalmente exposta a violência, ou, pelo menos, com mais margem de negociação das suas vivências. Nessa perspectiva, o investimento nas travestilidades é central para compreender as rupturas, tensões e bloqueios, vínculos e possibilidades que vão conformando suas condições de existência e a sua própria experiência urbana.

É importante lembrar que ao chegar na cidade de Salvador, Sabrina, que ainda não se identificava (e nem era identificada) majoritariamente por seu nome social, era um jovem entre 13 e 16 anos de idade, “homossexual efeminado”, que fugiu da casa da família em uma cidade do interior da Bahia, passando a “morar de favor” na casa da única referência que, até então, possuía na cidade. A partir dessa relação, ela acessa moradia em um bairro popular, geograficamente distante do centro da cidade, mas diferente da sua experiência no centro da cidade, no “*bairro*”, Sabrina relata que era alvo de constrangimentos (olhares e comentários pejorativos), chegando até sofrer tentativas de violência física:

⁹⁶ As expressões utilizadas por Sabrina sempre me chamaram atenção, entre elas, “*batalhar*”, “*truque*”, “*babado*”, “*querida*”, “*fina*”, “*cair do salto*”; a partir da leitura de trabalhados acerca das travestis, alguns deles citados ao longo do texto (MALUF, 2002; PELÚCIO, 2005; BENEDETTI, 2005, 2011; KULIC, 2008; AMARAL, 2012), comecei a perceber que se tratavam de uma linguagem compartilhada pelos sujeitos integrantes desse grupo social.

No centro as pessoas estão acostumadas com isso, é normal, ninguém fica te olhando demais, mas tem violência também, mas não é como no bairro, que você não pode nem sair na rua que fica todo mundo olhando como se você fosse uma aberração, até pedra já jogaram do carro [Sabrina].

Pelo relato acima, percebe-se que o investimento nas travestilidades circunscreve em grande medida as suas possibilidades de moradia, trabalho e de sociabilidade no centro da cidade. Além das distinções entre “bairro” e centro, em função das reações em torno da visibilidade da sua performance de gênero e sexualidade, “bairro” se distingue da rua, em sua narrativa, pelas possibilidades de acessar bens e recursos, segundo ela “[no bairro] é sempre as mesmas pessoas, então ninguém vai ficar te ajudando todo dia, aqui [centro] não, tem sempre gente nova, quando um não ajuda, outro ajuda”. É relevante observar que nessa última distinção bairro/rua, a interlocutora dá a entender que no seu imaginário as possibilidades de emprego formal estão interditadas para ela, sendo a sua ocupação, atual, de “pedir ajuda” a única forma de acessar recursos, para além da prostituição⁹⁷.

Em consonância com o imaginário de Sabrina, Simpson (2012), abordando as trajetórias dos sujeitos das travestilidades, que invariavelmente são perpassadas por processos de ruptura ou distanciamento em relação ao núcleo familiar de origem, diz:

Está sozinha no mundo, mas agora perto de pessoas entendidas como iguais. Descobre-se que, nesse mundo, é cada um por si e ninguém por todas. Mas a travesti precisa sobreviver e abraça a guerra. Começa a sua batalha, sem emprego, sem escola – não porque não queira estudar, mas a escola a trata pior do que em casa, sem respeito a sua identidade, sem respeito de pares e superiores, então por que ficar nesse lugar? Trabalhar em quê? Afinal, não deu para se formar (p.113).

Como dito anteriormente, o percurso escolar realizado por Sabrina foi curto e, ainda assim, fragmentado por sucessivas interrupções. Nesse sentido, o seu imaginário está muito possivelmente amparado na percepção dela de que os saberes construídos ao

⁹⁷ Ainda que, atualmente, as travestis e as mulheres transexuais estejam pavimentando e ocupando outros lugares no campo social, inclusive lugares de poder na estrutura estatal, as condições de acesso ao mercado de trabalho, assim como à outras dimensões da cidade (moradia, saúde, justiça, etc.), ainda são bastante restritas, em função dos processos de opressão e marginalização que delimitam em grande medida suas trajetórias no campo social. Nesse sentido, para Simpson (2012), abordar a questão do acesso das travestis ao mercado de trabalho ainda é um desafio, que exige a desconstrução coletiva do imaginário dos sujeitos das travestilidades como objeto de desejo sexual; sem essa desconstrução, a possibilidade de imaginar (e criar) outros futuros possíveis continuará restrita à uma ínfima parcela desse segmento social.

longo da sua trajetória viabilizam seu “*fazer vida*” a partir da composição de uma rede de relações, mas esses saberes e essa rede de relação não possibilitam o seu acesso ao mercado de trabalho formal. Segundo a mesma perspectiva da distinção entre “*bairro*” e rua, ela traça uma distinção entre as cidades de Ubaíra e Salvador: “*aqui [Salvador], pelo menos eu conheço muita gente, todo mundo me ajuda, lá [Ubaíra] ninguém ajuda ninguém*”. Quando questionada em relação a um possível retorno para sua cidade natal, ela respondeu: “*Vou voltar lá pra quê? Posso voltar de passeio, quando tiver bem fina, bem chique*”.

Nesse sentido, perseverar na existência para Sabrina envolve permanecer na cidade de Salvador. Antes de chegar na rua, ela tinha se apegado à cidade, a partir dos percursos de lazer no centro, em uma territorialidade produzida por práticas e sociabilidades dissidentes, a saber: as boates da avenida da Carlos Gomes. O que ela parece ter encontrado em Salvador, que faz despertar nela o desejo de construir a própria vida na cidade, é tanto um acolhimento maior à sua sexualidade dissidente, como a possibilidade de construir minimamente as condições subjetivas e materiais de existência, através da composição de um território na cidade, que articula rede de relações e equipamentos urbanos, a partir da rua.

Se, por um lado, Sabrina se “apega” a cidade, por outro, a ruptura com a família é uma experiência narrada sob o signo da falta e do ressentimento. Relata que, por conta dessa ruptura, logo quando chegou em Salvador começou a desenvolver uma relação com o álcool, que se mantém até hoje:

Eu já não tinha vício de beber tanto assim, aí vim pra rua, comecei a beber para poder sustentar a vida, pra poder aguentar a situação dessa rotina de sofrimento que eu passei dentro de casa, dentro de casa eu não bebia assim não, mas tinha todo dia um atrito com um irmão insuportável [Sabrina, grifo meu].

Você está emocionada [Anna].

Não, é porque eu também choro. [...] já tem mais de não sei quantos anos que eu não vejo meus irmãos, eu tenho um monte de irmã [...]. Quando eu falo em parente dá uma dor no coração, já sofri tanto por causa de parente, mas é isso mesmo, tô viva, né? Eu sinto falta de parente, sabe porquê? Eu fui criado em um ambiente com os irmãos, por certo tempo, o crescimento, quando era adolescente, a gente ficava tudo contra um, aí ficava aquela coisa... aí discriminava, ou ficava a favor [...] [chorando]. Mas é isso mesmo, não quero conversar sobre parente não, parente é muito tempo que eu tenho na rua, mãe [Sabrina].

Sua trajetória habitacional e ocupacional até a chegada na rua iluminam que o fazer a rua como moradia vai se delineando no seu “campo de possibilidades”, a partir da conexão entre a ruptura com a família, as dificuldades vivenciadas em torno das dinâmicas de acesso formal à moradia e trabalho, e à sua inserção em uma rede de sociabilidade de travestis de rua. Quando vai morar na rua, Sabrina já tinha mais do que mera familiaridade com esse espaço, assim sendo, ela não chega na rua “de repente”, bem como não é exatamente o encontro com o “desamparo radical” que ela descreve ao narrar esse momento da sua trajetória. Ela parece enxergar na rua possibilidades concretas de produzir os agenciamentos cotidianos da vida, sendo que um imaginário de “projeto” e futuro continuam presentes em sua narrativa, mesmo a rua sendo sua modalidade de moradia mais permanente há pelo menos dezesseis anos⁹⁸.

O esforço feito aqui, de recompor sua trajetória urbana, se ancorou, como dito anteriormente, na tentativa de contribuir para uma possível leitura desses processos de chegada até a rua, buscando tornar legível os nexos entre rupturas, deslocamentos habitacionais, trajetórias ocupacionais, percursos cotidianos, produção de subjetividade e cidade, a partir da aproximação narrativa e descritiva das motivações e significados atribuídos pelos sujeitos aos seus deslocamentos e as suas próprias experiências. Como a trajetória urbana da interlocutora permite mostrar, mais do que um processo de rupturas que desemboca na rua, há um processo de vinculação, de construção de redes que paradoxalmente inscrevem sua trajetória no espaço descrito usualmente como “o local reservado aos sujeitos sem vínculos, sem cidadania, sem trabalho, sem história” (MARTINEZ, p.93).

Nesse sentido, investigar etnograficamente a “situação-limite” narrada como motivação central para a sua saída de casa, revelou o investimento nas travestilidades como chave incontornável para apreensão tanto do seu processo de chegada até a rua, como da sua territorialidade nesse espaço, que, como poderá ser observado no capítulo que segue, se delineia a partir de uma relação de proximidade (e co-presença) com uma territorialidade dissidente em termos de gênero e sexualidade, em função, em grande medida, de uma percepção de “normalidade” em relação à sua própria dissidência. A própria emergência do sujeito Sabrina, “*que todo mundo adora*”, seria, se não impossível, pouco provável fora da territorialidade que ela própria delineia.

⁹⁸ As suas tentativas de se inserir na cidade a partir de outras modalidades de moradia serão exploradas no capítulo seguinte.

A validação narrativa e recomposição descritiva da “situação-limite”, por sua vez, permite perceber que a ideia de perda como única dimensão explicativa e de significação política desse processo de chegada na rua, obscurece dimensões tão ou mais importantes para apreensão das relações que os sujeitos vão tecendo com a rua e com as cidades aí delineadas. Assim como Sabrina, grande parte dos interlocutores da pesquisa tiveram suas trajetórias perpassadas por processos de violência: abuso sexual, violência doméstica, homofobia, exploração do trabalho infantil, ameaça de morte, crimes, etc., que em grande medida, concomitantemente à composição de outros circuitos de relação na e com a cidade, produziram a saída de casa, direcionando suas trajetórias à rua.

Penso que, tendo em vista as “situações-limite” citadas, é possível escutar as narrativas de escolha e de liberdade, que ecoam na rua, a partir da própria ambivalência com a qual, usualmente, são narradas, buscando outras perspectivas, que não recaiam em uma dimensão que elimina totalmente a agência dos sujeitos que fazem a rua como moradia, contribuindo epistemologicamente para a apreensão deles fora de um plano de humanidade; e nem, tampouco, na via oposta que os reconhece como produtores intencionais de um modo de vida subversivo, que se configuraria através de movimentos permanentes de desvio às tentativas de capturas nas malhas institucionais do campo social. E aqui, penso que as perguntas: “escolheu em relação à quê?”, “liberdade em relação a quê?”, não só são capazes de revelar processos individuais de chegada e permanência na rua, mas processos sociais de bloqueios e interdições relativas no campo social, cuja abertura e suspensão não necessariamente passam pelas tentativas de reconciliações familiares, sem o reconhecimento dos novos arranjos relacionais (ou não) e dos saberes que são produzidos nessa experiência.

CAPÍTULO III

“ESSE RESTO DE VIDA TODA”: O FAZER A RUA COMO MORADIA COMO LUTA PELO DIREITO DE VIVER NA CIDADE

No bairro do Garcia, mais especificamente, no cruzamento entre a Avenida Leovigildo Filgueiras e a Avenida Cerqueira Lima, esta última conhecida popularmente como Beco dos Artistas, espaço que historicamente é conformado por práticas dissidentes em termos de gênero e sexualidade, na cidade de Salvador, Sabrina e seu companheiro, durante a pesquisa, construíam um território de permanência há pelo menos 8 anos, no limiar de acesso e no perímetro da calçada imediato a uma agência bancária. O território construído pelo casal condensava pernoite, trabalho e sociabilidade, e se articulava ativamente com territórios e territorialidades de outros sujeitos de distintos segmentos sociais: moradores/moradoras de rua, trabalhadores/trabalhadoras de rua, “*moradores/moradoras de casa e apartamento*” do entorno, comerciantes, policiais, transeuntes, etc.

Durante a noite, o casal pernoitava no espaço entre a escada de acesso e a porta de entrada da agência; durante o dia, Sabrina trabalhava “*pedindo ajuda*”, geralmente, sentada na escada. Como sua trajetória de deslocamento nas ruas da cidade permitiria observar, no bairro do Garcia, e, mais especificamente, nessa agência bancária, ela encontrou um espaço privilegiado para fazer a própria vida na rua em Salvador. Apesar da rua configurar-se como uma moradia intermitente, sendo a busca por outras modalidades de moradia constante em sua trajetória, o território de permanência conformado nesse espaço parecia gozar de estabilidade e desejo de manutenção por parte da interlocutora⁹⁹. No decorrer do trabalho de campo, essa agência bancária foi desativada, modificando sensivelmente as condições de produção da vida na rua e as próprias condições de permanência do casal nesse espaço.

Como dito anteriormente, o interesse de investigação do que venho chamando aqui de territórios de permanência esteve amparado na dificuldade de fixação espacial vivenciada por esses sujeitos, que, por sua vez, faz com que a circulação no espaço urbano seja uma das principais características do fazer a rua como moradia (ALMEIDA; D'ANDREA; COSTA, 2008). Nesse sentido, a tensão entre circulação e permanência inerente às táticas que tornam esse fazer possível, tendem a promover a produção de territórios efêmeros e contingentes, sendo menos comum a conformação de territórios mais estáveis que se fundam em um uso contínuo de determinado espaço urbano, ao ponto das referências espaciais se acoplarem ao modo como se identificam, são

⁹⁹ Esse território, como já dito, não atendia somente a função de pernoite, mas também de trabalho e de sociabilidade, sendo o desejo de continuidade em sua produção mais precisamente ligado a essas duas últimas dimensões, como tentarei mostrar ao longo do capítulo.

conhecidos e reconhecidos, inclusive para além dos espaços onde produzem esses territórios e suas territorialidades¹⁰⁰.

As trajetórias urbanas dos sujeitos que fazem a rua como moradia conformam diferentes experiências de rua, e, por conseguinte, de cidade. Na conformação dessas distinções estão implicados os nexos entre faixa etária, gênero, raça, tempo de rua, espaço urbano e a própria cidade, que, por sua vez, vão incidir na mobilização de distintas táticas. Nesse sentido, entendo que a investigação do território produzido pela interlocutora é bastante relevante, ao passo que revela dinâmicas do “*fazer vida*” na rua que põem em jogo uma relação singular entre táticas e estratégias, ao passo que a partir dessa relação, ela consegue delimitar além do seu próprio território (e a partir dele), uma espécie de pertencimento comunitário na espacialidade que delinea sua territorialidade.

A espacialidade urbana onde Sabrina construía seu território de permanência, seu “*hotel sereno*”¹⁰¹, e sua territorialidade na rua, seu “*campo*”¹⁰², durante a pesquisa, é descrita por Ribeiro (2011) como “celeiro cultural de Salvador”, dada a concentração histórica de equipamentos culturais, e, em consequência, da classe artística e intelectual. Concentra-se, nessa espacialidade, a Praça Dois de Julho, conhecida popularmente como Praça do Campo Grande, o Teatro Castro Alves, a Escola de Teatro a Escola de Belas Artes da UFBA, o Teatro Vila Velha e o Passeio Público, a Concha Acústica, o próprio Beco dos Artistas e as boates da avenida Carlos Gomes.

Partindo da perspectiva hegemônica sobre a cidade, a Praça do Campo Grande e seu entorno, Canela, Corredor da Vitória e Garcia são tidos como espaços nobres de moradia das classes médias e altas da cidade de Salvador. Por sua vez, a próprio território de permanência produzido pela interlocutora, bem como os territórios e

¹⁰⁰ Durante o trabalho de campo, além do território de permanência produzido pela interlocutora e seu companheiro, investiguei o território de permanência de outro sujeito que faz a rua como moradia (Diógenes) com características semelhantes no bairro de Água de Meninos. Por motivos já explicitados, escolhi tratar aqui somente da trajetória urbana de Sabrina, no entanto é importante mencionar que em pese as dificuldades de fixação, na cidade de Salvador a presença desses territórios de permanência e/ou de “territorialidade mais estáveis” (RIBEIRO, 2005), não são incomuns e podem ser observadas em distintos espaços da cidade. Como pretendo mostrar ao longo do capítulo, a conformação desses territórios confere uma certa domiciliação aos sujeitos, permitindo que estes transbordem, em grande medida, uma condição de anonimato, de “estrangeiro” e/ou “fora de lugar” a partir de uma espécie de pertencimento comunitário a determinado bairro ou espaço urbano onde delineiam suas trajetórias.

¹⁰¹ Expressão com a qual a interlocutora se refere ao seu território de permanência na referida agência bancária.

¹⁰² A expressão “campo” é utilizada por Sabrina para se referir a espacialidade onde conquistou seu direito de ir e vir, em outras palavras, a expressão faz referência a sua própria territorialidade na rua durante a pesquisa. Voltarei a ela ao longo do texto.

territorialidades produzidas por outros moradores/moradoras de rua e trabalhadores/trabalhadoras de rua, tensionam e disputam, através da própria presença de seus corpos e práticas cotidianas, a produção e os sentidos desses espaços.

Dentre os bairros mencionados, o Garcia é o que mais manifesta, em termos de materialidade e sociabilidade, tensões e disputas entre múltiplas formas de produção da cidade. A avenida principal, Leovigildo Filgueiras, acaba funcionando como uma moldura que dá acesso a “becos” territorializados por outros modos de produção de cidade, mais distantes da lógica hegemônica. A existência dessas “passagens” é menos presente nos outros bairros mencionados, que, por sua vez, gozam de maior presença/controle da gestão urbana, por se tratarem de espaços onde majoritariamente reside uma parcela significativa das classes média/alta da cidade, como já dito.

Nesse sentido, a construção do território e da territorialidade da interlocutora nessa espacialidade, precisa colocar em jogo uma relação entre tática e estratégia, que, por sua vez, não chega a assegurar, mas confere uma certa legitimidade e/ou ao menos uma maior tolerância à sua presença. A ampla rede construída por Sabrina, que lhe garante ocasiões mais frequentes de obter bens, recursos e proteção, configurando-se em parte, também, como rede afetiva, indica que ela conquistou a co-presença, a partir do que Ribeiro (2005) aponta como “direito a dar espetáculo”. Longe de ser legitimado pelas instâncias jurídicas, esse direito seria imanente às práticas cotidianas, envoltas em disputas, conflitos e negociações, se corporificando no sujeito, inclusive em condições tão adversas como é da rua como modalidade de moradia.

Partindo desse entendimento que as táticas envolvidas na produção desses territórios de permanência se distinguem das táticas de mobilidade no espaço urbano que gozam de mais investigação por parte da literatura acerca do fazer a rua como moradia, neste capítulo trarei da trajetória urbana de Sabrina a partir da sua moradia na rua, tendo como fio condutor o seu território de permanência, que como tentarei mostrar viabiliza à interlocutora condições singulares de existência na rua e em relação a outros territórios (na rua e antes de chegar na rua) delineados por sua própria trajetória, no que tange mais especificamente o acesso à bens e recursos (roupas, alimentação, dinheiro, etc.), acúmulo de pertences, vínculos, segurança e à outras dimensões da cidade, a exemplo de estabelecimentos comerciais¹⁰³.

¹⁰³ Como pude observar em campo e Martinez (2011) menciona, os sujeitos que fazem a rua como moradia no geral enfrentam constrangimentos ao tentar acessar estabelecimentos comerciais (mercados, bares, etc.), ainda que possuam dinheiro para consumir. O despojamento corporal, as roupas sujas e o

Durante cerca de pouco mais de 1 ano de trabalho de campo com Sabrina, foi possível acompanhar a produção cotidiana do seu território, bem como as transformações pelas quais ele foi passando no decorrer desse percurso, em função das próprias dinâmicas da cidade, greve dos bancários, Carnaval da cidade de Salvador, etc., e o próprio fechamento da agência bancária, que, sem dúvidas, foi o acontecimento que, durante esse período, permitiu iluminar com mais intensidade as suas condições de permanência nesse espaço. Assim, refletir acerca dos territórios de permanência delineados pelas trajetórias urbanas dos sujeitos que fazem a rua como moradia pressupõe pensá-los não como uma produção em si, mas em suas relações com as dinâmicas socioespaciais mais amplas, com as quais estabelecem uma relação de interdependência.

3.1. “*Hotel Sereno*”: a emergência de um território de permanência na rua

Desde que começou a fazer a rua como moradia, a trajetória de moradia na rua de Sabrina se restringe ao centro da cidade de Salvador, sendo a Praça da Piedade seu primeiro espaço de moradia na rua. Como dito anteriormente, ela chegou na praça por volta dos anos 2000 e em sua memória o contingente de moradores/moradoras de rua na cidade de Salvador, “*não era como é hoje, mas já tinha bastante*”. A produção das suas dinâmicas na Praça da Piedade (e entorno) durou alguns anos, tendo se deslocado de lá para o bairro do Canela, e, posteriormente, para o bairro do Garcia, no qual, diferente dos outros espaços citados, ela encontra condições para produzir um território de permanência que condensa as funções de pernoite, trabalho e sociabilidade.

Na Praça da Piedade ela pernoitava na frente da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, em frente a Polícia Civil da Bahia, e trabalhava “*pedindo ajuda*”, geralmente, no cruzamento da rua Direita da Piedade e da rua do Salete, dado o grande fluxo de transeuntes. No entanto, como relata, tanto as

cheiro forte são destacados por Martinez como elementos que incidem na interdição de certos espaços comerciais aos sujeitos que fazem a rua como moradia. Ainda que Sabrina não possa ser caracterizada a partir dos elementos destacados pela autora, ela evita consumir em estabelecimentos sem que haja um vínculo anterior com os proprietários e/ou funcionários, e mesmo em espaços nos quais ela já tem uma relação construída, não raro ela enfrenta constrangimentos quando acompanhada do seu companheiro, que entre outros elementos não goza dos mesmos vínculos territoriais e expressa uma corporalidade marcada pela interface entre experiência de rua e uso abusivo de crack. Voltarei a essa questão ao longo do texto.

táticas de obtenção de bens e recursos e resolução de outras necessidades biológicas além do descanso (higiene, alimentação), bem como suas relações de sociabilidades demandavam uma dinâmica de circulação mais intensa em comparação às suas dinâmicas no Garcia. Segundo narra, o seu deslocamento da Praça da Piedade se deu em função da violência relacionada à sociabilidade com outros moradores/moradoras de rua, além da frequência de furtos também entre eles:

Na Piedade é muito violento, briga, muito roubo. Aqui [Garcia e Campo Grande] é difícil você vê roubo, você vê maloqueiro querendo agredir; lá é por minuto, por isso eu me saí. Quando eu cheguei aqui [Salvador], eu fui logo pra Piedade. Aqui [Garcia e Campo Grande] é ótimo, uma maravilha, só que tá acabando, tá fechando tudo, mas as pessoas sempre tá de bom coração [Sabrina].

A Praça da Piedade e imediações é descrita como espaço violento, que agrega um fluxo intenso de práticas ilegais e ilícitas, também por outros sujeitos que fazem a rua como moradia com os quais construí interlocuções ao longo do trabalho de campo. A partir dessas narrativas pude observar alguns fatores que contribuiriam para tal: a predominância de uma ocupação comercial do entorno; o fato de não ter uma vizinhança residencial próxima ao perímetro da praça, como se dá no Campo Grande e no Garcia; e a proximidade de uma das maiores estações de transporte público da cidade, a Estação da Lapa, que favorece o intenso fluxo de transeuntes. Assim, a complexidade socioespacial da Praça da Piedade, por abrigar uma multiplicidade de territorialidades (transeuntes, moradores/moradoras de rua, trabalhadores/trabalhadoras de rua, traficantes, taxistas, etc.) em disputa pelo espaço e pelos recursos e serviços territorializados ali, pelas narrativas que pude escutar, acaba por tornar o espaço mais propício ao atravessamento da violência também para os sujeitos que fazem a rua como moradia¹⁰⁴, sendo o uso da coerção e de outras formas de violência, entre eles, a forma privilegiada das táticas permanência e circulação nesse espaço, como a narrativa da interlocutora indica.

¹⁰⁴ Danilo, um dos interlocutores da pesquisa, também comparando a Praça da Piedade à Praça do Campo Grande, me alertou à não circular a pé na Piedade depois das 20h, segundo ele, depois desse horário o risco de ser assaltado é alto, enquanto no Campo grande, esse risco se torna maior somente a partir das 23h. Para interlocutor, as diferenças entre os dois espaços estariam associadas não necessariamente à presença de policiamento ostensivo (presente em ambos os espaços), mas às dinâmicas recentes do tráfico de drogas na comunidade da Gamboa, que incidem em certo controle em relação à roubos e furtos na Praça do Campo Grande, tendo em vista evitar a presença da polícia associada a essas infrações na Gamboa. A confirmação dessa associação direta feita pelo interlocutor demandaria uma investigação que escapa aos objetivos deste trabalho, mas menciono aqui, pois escutei a mesma associação em uma conversa informal com um agente da Secretaria de Manutenção da Cidade, que trabalhava na vigilância/fiscalização da Praça do Campo Grande.

Já no bairro do Canela, Sabrina não tinha espaço fixo de pernoite, “*dormia onde dava para dormir*”; durante um período, conta que pernoitou em outra agência bancária, localizada na Av. Araújo Pinho, mas a sensação de insegurança não permitiu a produção de uma permanência mais estável:

“*Lá [agência bancária no Canela] é muito escondido, se acontece alguma coisa, quem ia me acudir? Aqui [agência bancária no Garcia] tem porteiro, tem morador, tem tudo. Porque a gente não sabe, né? Sabe que tem muita gente maldosa, né? Assim uma covardia, você tá dormindo, aí vem uma covardia sem a gente esperar*” [Sabrina].

No entanto, Sabrina produzia um ponto fixo de trabalho, em frente a uma Delicatessen, na Av. Araújo Pinho, próxima a Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia – UFBA, onde fez muitos “*clientes*”, muitos dos quais continuavam a compor sua rede de relações no momento da pesquisa. Todos os dias, ficava sentada na porta de entrada do estabelecimento comercial “*pedindo ajuda*” em dinheiro e/ou em alimento. Em sua narrativa, as constantes e violentas abordagens policiais são apontadas como motivo que gerou o deslocamento para o Garcia:

Os policial do Canela pegavam muito no pé, porque o módulo é ali perto, e era muito agressivo, cada bicuda quando tava distraído. Às vezes eles mandava levantar, quando ele retornava e eu tava sentado ainda, que eu não levantava, só levantava quando ele agredia, e voltava de novo, aí quando ele retornava de novo, ele pegava e me levava pro módulo, dava bolo, depois me mandava partir, e dizia que se pegasse... mas eu tinha muito cliente lá e não queria perder os clientes. Aí pronto, eu disse ‘to muito cansada de apanhar por nada, sem ter feito nada, de inocente’, muitas vezes ele me levava pro módulo e a cliente via e ia atrás e dizia que ‘eu não mexia com nada’, pra poder me liberar, mas eles gostava de tirar onda. Eu digo “ó, já to cansada de apanhar”, conheci o Garcia e aí eu fiquei aqui no Banco, já tenho uns bons anos aqui no Garcia também [Sabrina]¹⁰⁵.

Ao longo de cerca de 8 anos de produção do seu “*hotel sereno*” na agência bancária, relata ter sofrido raríssimas abordagens policiais motivadas por denúncias de conflitos entre ela e seu companheiro:

Fala assim que a pessoa ligou e veio até aqui, que as pessoas ligaram, mas como já tô aqui há muitos anos, muitos já me conhece, como eu não mexo nada com ninguém, aí eles todos já sabem que eu não mexo nada, só faz perguntar, fala pra poder evitar briga, aí eu evito o máximo, aí vai construindo a vida [Sabrina].

¹⁰⁵ Nessa fala aparece a mediação da violência pelos “*moradores/moradoras de casa e apartamento*”, que será explorada mais adiante.

Se por um lado, as tentativas de deslocamento por parte dos agentes do ordenamento e da vigilância do espaço urbano diminuem a partir da produção do seu território de permanência na agência bancária, a figura do “*gerente do banco*” aparece em suas narrativas como instância de poder que passa a desempenhar essa função. Mas diferente da sua experiência anterior com as abordagens policiais na calçada do estabelecimento comercial no bairro do Canela, na qual, mesmo, as vezes, contando com a mediação da sua rede de “*clientes*”, a violência era constante; na agência bancária, por sua vez, essa rede parece, em grande medida, ter algum poder de mediação em relação a sua permanência no espaço:

Eu peguei 4 gerentes. Teve um que era desgraçado, jogava água na escapa pra eu não pedir esmola. Ele jogava água com sabão na escada pra eu levantar. Quando eu via era só água nas costas, eu saia louca. Quando eu via a escada tava toda molhada com sabão e água sanitária. Ele mesmo jogava, não mandava ninguém não. Eu saia toda molhada, doida pra meter uma pedra no vidro. Mas como eu ia ficar no mesmo lugar e ficava, não podia fazer isso, né? Até que ele saiu, mas também não ficou muito tempo. Teve um que se aposentou, um velho, gente boa. E depois chegou esse aí que fechou o banco. Fez a linha comigo, não queria que eu ficasse, mas as clientes disseram que me conhecia a muitos anos, aí ele pegou e fez a linha comigo. O caso é que tem muitos clientes essa agência bancária. Eu tinha cliente que me dava R\$100,00 reais todo mês certinho, ‘dia 28, me espere aqui, tá bom?’, a cliente vinha de longe, de táxi, tirava o dinheiro e me dava. Eu tinha meus clientes, eu tinha minha clientela” [Sabrina].

Além dos elementos já destacados como diferenciais nesse espaço, as condições de emergência de um território de permanência ali, produzido por ela e seu companheiro, estão intimamente relacionados com a relação de contiguidade espacial com entre o seu território e o Beco dos Artistas, ao passo que a presença do casal de moradores de rua dialoga com as dinâmicas que historicamente conformam esse espaço, como é possível perceber na descrição feita por Andressa Ribeiro (2011), a partir do trabalho de campo realizado por ela, entre 2008 e 2009:

O Beco não é um espaço sofisticado, é uma ruela cuja frente dá para a avenida principal do Garcia - a Leovigildo Filgueiras - e o fundo para o espaço residencial, onde vivem os moradores. O calçamento é deteriorado, as paredes são sujas, a rua é mal iluminada e os bares são simples. O público que frequenta o Beco pertence às camadas sociais mais desfavorecidas, a grande maioria é de cor de pele negra e, atualmente, o Beco é freqüentado, majoritariamente, por homossexuais. A intersecção desses fatores – classe, raça e sexualidade - faz com que o Beco seja alvo de grande estigma, não só

pela vizinhança, mas, também, por grande parte dos frequentadores. No entanto, para além de ser um lugar de negro e pobre, o Beco é, antes de tudo, um lugar para pessoas que se identificam como homossexuais; essa é a sua característica mais marcante (p.10).

Nesse sentido, como observa Ribeiro (2011), a intersecção entre classe (“mais desfavorecidas”), raça (negra) e sexualidade (homossexual) denota lógicas de produção do espaço que diferenciam o Beco dos Artistas do próprio bairro no qual localiza-se, o bairro do Garcia. Sendo, para autora, a legitimação da “vivência de práticas e comportamentos sócio-sexuais que não eram legitimados Beco a fora” (RIBEIRO, p.12), o elemento presente nesse espaço, que mais destoa em relação a produção espacial do seu entorno.

O fato de o Beco ser um espaço de sociabilidade homossexual deixa margem, ou possibilita uma maior permissividade e uma maior abertura em direção a outras práticas que, também e ainda, ocupam uma posição marginal na nossa sociedade. Isso acaba se refletindo no próprio espaço físico e o Beco se torna representativo dessa marginalização social e simbólica (RIBEIRO, 2011, p.102).

Percebe-se, a partir das descrições da autora, e como pude observar em campo, que a dinâmica do Beco dos Artistas se relaciona intimamente com as dinâmicas mais amplas da rua. É corriqueiro observar a circulação de sujeitos que fazem a rua como moradia e de trabalhadores/trabalhadoras de rua no espaço, usando o espaço como banheiro, trabalhando no “*garimpo*”¹⁰⁶ de materiais recicláveis, uma vez que a existências de bares e restaurantes ali gera um fluxo desses materiais, e guardando seus materiais de trabalho (carrinho de coco gelado, tabuleiros de acarajé, barracas, etc.) nos galpões de armazenamento existentes ali. Nesse sentido, também, o próprio condomínio residencial localizado no Beco, não pode ser equiparado a outros do entorno, justo pela grande relação que esse espaço do Beco tem com as dinâmicas da rua.

Dessa forma, como dito, o fato de Sabrina e seu companheiro, um casal dissidente em termos de sexualidade, conseguirem produzir uma permanência de tal duração na agência bancária, também está ligado a essa relação de vizinhança com o Beco dos Artistas. Vale a pena recuperar mais uma citação de Ribeiro (2011):

Naquele espaço, as práticas e comportamentos homossexuais ganham certa legitimidade e não sofrem a mesma repressão da qual geralmente são alvo do Beco para fora. Se dentro do espaço essas práticas são

¹⁰⁶ Expressão utilizada por Sabrina em referencia ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

permitidas e legitimadas, ao mesmo tempo, essa mesma legitimidade, interior ao espaço, faz com que esse espaço, na relação com a sociedade mais ampla, seja alvo de grande estigmatização (RIBEIRO, 2011, p. 69).

No período em que Ribeiro (2011) realizou seu trabalho de campo no Beco, entre 2008 e 2009, como dito anteriormente, quatro bares funcionavam no espaço, eram eles: Camarin, Bar Cultural, Green Bar e Bar de Eduardo. No decorrer do seu trabalho de campo, o Camarin fechou, dando início a uma série de transformações que culminaram no Beco tal como conheci durante o meu trabalho de campo, entre 2016 e 2018. É importante frisar a temporalidade em que se deu tanto a minha inserção em campo como a da autora citada, pois as dinâmicas de transformação nesse espaço parecem ser permanentes, e se manifestam em período relativamente curtos. Assim como Ribeiro (2011), acompanhei algumas mudanças significativas, entre uma semana e outra um restaurante mudava de nome, outro restaurante abria as portas e etc.; ao comentar essa percepção com o proprietário de um dos restaurantes do Beco, ele me respondeu em tom zombeteiro que se eu passasse 1 mês sem aparecer, com certeza encontraria tudo mudado.

Cabe destacar ainda que durante o trabalho de campo desta pesquisa, a territorialidade de práticas dissidentes em relação a gênero e sexualidade que historicamente foi conformando o Beco dos Artistas, não tinha mais a expressividade descrita por Ribeiro (2011), apesar das tentativas de territorialização dessas práticas ali, que pude observar¹⁰⁷. No entanto, quando Sabrina chegou ao Garcia, o Beco dos Artistas ainda estava em plena atividade, como sua fala demonstra:

Quando cheguei aqui o Beco era tudo boate, era boate e bar, não tinha restaurante não, tudo aqui funcionava, tudo, tudo. Aqui era uma delícia, meu Deus, como eu me lembro. Às vezes eu ia, pedia uns copos de cerveja as bichas, as bichas me dava dinheiro, tinha muita bicha que eu já conhecia [Sabrina].

A partir das narrativas de Sabrina, as dinâmicas do Beco dos Artistas começam a ser modificadas de forma mais radical em 2013, dado a ocorrência de um assassinato

¹⁰⁷ Em março de 2016, o projeto Beco Ocupado, que faz parte do edital Agitação Cultural: Dinamização de Espaços Culturais, da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECULT/BA, no valor de R\$118 mil, promoveu uma ocupação artística no Beco dos Artistas através de atividades entre elas um concurso de transformistas e drag queens. Já no final do campo (maio de 2017), parte do espaço onde funcionava o Camarin foi reaberto e o proprietário disse ter a intenção de manter uma programação voltada para o público que historicamente foi conformando esse espaço.

de um estudante universitário, que foi encontrado morto em uma das fontes da Praça do Campo Grande:

O Beco ficou assim vazio, depois da morte de um homossexual, que saiu daqui, né? Foi se envolver com esses pessoal aí, saiu do Beco. Aí como se diz, se envolveu com umas pessoas diferentes, aí levaram pra Praça, aí mataram. Você não soube não? Por isso fechou o Beco todo [Sabrina].

Mas confirmando as observações de Ribeiro (2011), para Virgínia, trabalhadora de rua, que produz um território de trabalho há mais de vinte anos, no encontro da avenida Leovigildo Filgueiras e a avenida Cerqueira Lima (na esquina do Beco dos Artistas), a produção do espaço já vinha se modificando há mais tempo: “*antes o beco era mais movimentado, de mais de 10 anos pra cá, aí dava gente, vendia mais, os pessoal que vinha comer aqui, comprava na minha mão, hoje 6h, eu vazo, antes eu ficava até mais tarde*”. Tanto a percepção de Sabrina como a de Virgínia de que o Beco “*fechou*” e de que “*antes o beco era mais movimentado*”, respectivamente, falam das transformações atreladas diretamente às mudanças que podem ser observadas ali, em relação aos usos e sentidos atribuídos ao espaço, sendo a presença das dissidências de gênero e sexualidade menos expressivas, como dito¹⁰⁸.

Retomando a trajetória de moradia na rua de Sabrina, em que pese as suas narrativas não permitirem o acesso mais aprofundado ao seu cotidiano nos espaços anteriores a sua chegada no Garcia, dificultando assim uma apreensão mais aprofundada da sua experiência urbana e das dinâmicas socioespaciais mais amplas que impulsionaram esses deslocamentos, a espacialidade onde ela construía seu território e territorialidade, no momento da pesquisa, é percebida por ela com um espaço privilegiado em seu “*fazer vida*” a partir da rua, como tratará a seguir. Os elementos que, por sua vez, viabilizaram a produção de um território de permanência no bairro do Garcia, para ela, e que penso ser relevante retomar, foram: (i) a presença menos

¹⁰⁸ Aproveito para registrar aqui, a provocação feita por Ribeiro (2011), em suas considerações finais, pois penso que continua sendo de grande valia para apreensão dos processos de produção e transformação do espaço urbano da cidade de Salvador na interface com as dinâmicas dissidentes de gênero e sexualidade: “Além disso, como o Beco dos Artistas continua em processo de mudança, essa etnografia pode servir como ponto de partida para pesquisadores e pesquisadoras que se proponham a acompanhar o processo de transformação do espaço nesses anos vindouros. Como provocação para eventuais pesquisadores que possam vir a se interessar pelo Beco como objeto de pesquisa, eu deixo aqui uma pergunta: qual será o destino do Beco diante das novas mudanças que vem ocorrendo no manejo das sexualidades, já no século XXI? Como o Beco dos Artistas se adequará as transformações que vêm ocorrendo em termos de relações de poder e hierarquias sociais referentes às distintas sexualidades?” (RIBEIRO, 2011, p.182).

marcantes de outros sujeitos que fazem a rua como moradia, o que implica em disputas menos acirradas pelo espaço e recursos territorializados ali, como é o caso da Praça da Piedade; (ii) a incidência menor de abordagens dos agentes do ordenamento e da vigilância do espaço urbano, como foi a sua experiência no bairro do Canela; e (iii) a relação de vizinhança com o Beco dos Artistas.

3.2 “*Todo mundo me adora*”: rede de relações e acesso à cidade a partir da rua

O nome Sabrina, segundo relata: “*Foi um homossexual que botou, uma travesti falou: ‘Sabrina fica mais bonito’. Até que pegou, pegou muito*”. O nome foi atribuído a ela ainda em Ubaíra, mas ele só “*pega*”, passando a ser a forma como ela se identifica e é identificada pela maioria dos seus parceiros de interação a partir da sua moradia nas ruas da cidade de Salvador.

Seu nome social, talvez seja o maior símbolo do processo de produção de si mesma enquanto sujeito no mundo. Em que pese essa conquista não ter passado pelos processos de burocratização dos gêneros e identidades sociais, ou seja, ela não retificou seu registro civil é através desse nome que ela se identifica e é identificada pelos seus parceiros de interação. Sabrina não é exatamente o que poderíamos classificar como um sujeito anônimo, tampouco, a invisibilidade tão atribuída aos sujeitos que fazem a rua como moradia pode lhe ser imputada. No espaço em que fez seu “*campo*” ela é notável, e como diz: “*Já criou nome*”. De fato, vale a pena recuperar sua narrativa:

Todo mundo me chama de Sabrina, às vezes eu tô passando[gritam] ‘Sabrina’, passa um carro [gritam], ‘Sabrina’, passa um táxi [gritam] ‘Sabrina’, dentro de um ônibus... moto. Então aquele vulgo pegou. Eu gosto porque todo mundo me adora. Todo mundo pegou, ‘Sabrina, Sabrina pra lá’. Já criei nome. Todo mundo já me conhece, os morador [“de casa e apartamento], todo mundo que passa já sabe [Sabrina].

Entre o seu território de permanência e os fluxos da cidade, gritos de reconhecimento. São os sujeitos que gritam, mas em sua narrativa, são os carros, táxis, ônibus, motos, símbolos das distinções na hierarquia urbana, que mostram a amplitude e a diversidade que compõem sua rede de “*clientes*” e relações afetivas. Seu “*campo*”, é

bem verdade, se estende para além do território de permanência e como costuma dizer, “*todo mundo me adora*”.

Quando eu não durmo aqui... “por que você não dormiu aqui? Tava preocupada”, “Ah, eu perguntei por você”. Tem dia que eu não tô nem afim de escutar um bocado de coisa, mas tenho que escutar. Às vezes eu não durmo aqui, durmo em outro lugar... “você dormiu onde”... “dormi no hotel”, tem que explicar tudinho... “Foi como?”... Ai, meu Deus do céu... “ah, passei aqui e não ti vi”... “ah, você não tava lá na hora que eu passei”... “ah, ia entregar uma comida, você não tava lá, porquê?”. É um bocado de coisa [Sabrina].

Percorrer as ruas com Sabrina, por sua vez, é acessar uma experiência urbana habitada por chamados com seu nome que enunciam práticas e afetos: “*Sabrina, assine minha rifa*”, fala a moça da barraca de chaves; “*Sabrina, cadê o seu marido? Não vi ele hoje!*”, pergunta o rapaz da banca de revista; “*Sabrina, a mulher e o filho de ‘fulano’ da acarajé foram presos*”, informa o senhor que vende cafezinho há mais de vinte anos no arredores da Praça do Campo Grande; “*Sabrina, vou passar lá mais tarde*”, dessa vez é o guardador de carro que diz; comerciantes e trabalhadores de rua, todos em seus territórios de trabalho. Sabrina responde, mas não interrompe o passo rápido, seguimos percorrendo a cidade dela. No intervalo dos chamados, ela diz: “*Acho que vou me candidatar a vereadora, de tanto que o povo fala comigo*”.

A Praça do Campo Grande faz parte dos percursos cotidianos de Sabrina. Diariamente, logo após a abertura dos portões da praça, as 6h da manhã, ela se desloca da avenida principal do Garcia em direção à praça para usar o banheiro público. O deslocamento que pode ser realizado em menos de cinco minutos, devido à proximidade espacial, acaba se tornando mais longo em função dos trabalhadores/trabalhadoras de rua que a essa hora já se instalaram nas calçadas, segundo conta: “*Eu gosto de chegar cedo para não pegar fila, mas toda hora alguém me para, quando chego lá a confusão já tá montada. É um sucesso*”. Ela, então, aproveita a ocasião da fila para se atualizar dos acontecimentos da rua com as funcionárias que se revezam, durante o horário de funcionamento (das 6h às 22h) na fiscalização e manutenção dos banheiros, segundo diz:

Todo dia é um babado diferente. Os sacizeiro, arranca pia, arranca tudo, os morador de rua mesmo, arranca a torneira que é de metal pra vender, esculhamba. [O banheiro] já foi esculhambado mais de não sei quantas vezes e já foi arrombado mais de não sei quantas vezes. Às menina da limpeza bota papel higiênico, bota um bocado de coisa, sabão, eles leva tudo, faz o arrastão, faz a bagunça, faz o saci.

Essa praça é uma delícia, mas o povo não conserva. Os morador de rua não conserva, faz cupim, faz sucesso [Sabrina]¹⁰⁹.

Sabrina não se sente segura fora do seu “*campo*”, por esse motivo restringe seus percursos cotidianos, todos realizados a pé, a uma espacialidade de certa forma rigidamente demarcada. A expressão “*campo*” é utilizada por ela para se referir à essa espacialidade onde conquistou seu direito de ir e vir, que é intransferível. Por intransferível entenda-se que o direito de circulação e permanência em determinados espaços da cidade (públicos e privados) não se estende para o seu companheiro Luciano, que usufrui apenas em parte desse trânsito que ela pratica entre “*claridade*” (sociedade), e “*escuridão*” (rua), visto que a presença dele demanda quase sempre negociações mediadas por ela, como sua narrativa indica:

Ás vezes, até evito de levar num lugar uma pessoa maravilhosa, que entende meu caso [companheiro], como você, especialmente. Levar pra um bar, um boteco, e aí tá lá sentado na mesa... às vezes já cheguei em bar, restaurante, chegar a pessoa e falar “oh, você fique um pouquinho lá embaixo”, mandar o garçom colocar a mesa lá em baixo. Isso é discriminação, a pessoa com dinheiro, o importante hoje em dia é ganhar, você ter seu cliente, você saber tirar do seu cliente, mas o cara dizer que vai colocar sua mesa lá, porque outras pessoas não gosta, como é que pode? Eu sou morador de rua, aí eu vou numa lanchonete ali, o dono fala “ah, porque os cliente, fica falando isso e isso”. Eu vou por causa da amizade de muitos anos, mas a pessoa pra não perder a clientela dele que gosta de... só porque meu marido tossiu, porque ele tem problema, essa pessoa falou “oh, vou te pedir, seu marido tossiu aqui, as pessoas ficam falando, porque tem gente que não gosta”. Pra vocêvê, a mente da pessoa. Eu disse “sim, ele tem problema, ele vai ficar entupido?”, “ah, porque meu cliente tava reivindicando aqui que eu sou o dono, né falando mal não, eu não tô te ofendendo”, aí já começou, eu digo “oh, ele foi pra tratamento, já ficou internado, não pode internar, o médico disse que só quando tiver daquele jeito”, “ah, você quer uma assistente social? Vou arranjar”, toda hora comenta por causa de cliente que comentou com ele, falar é fácil, mas ajudar é difícil. Jogar pedra a gente joga em qualquer lugar, pois falou porque meu marido tava tossindo, teve cliente que não tava aguentando [Sabrina].

¹⁰⁹ A presença de uma territorialidade de rua na Praça do Campo Grande está longe de ser efêmera, como a fala de Sabrina demonstra e como também pode observar em campo. Em conversa informal com um funcionário da Secretaria de Manutenção da Cidade – SEMAN, ele me disse que os sujeitos que fazem a rua como moradia moravam na praça, e apontando o pergolado do lado direito para quem entra na praça pelo portão principal, disse ainda que aquela parte já era deles, que eu podia observar que ninguém chegava perto dali, disse ainda que tanto os agentes da manutenção, como os guardas municipais, na maior parte do tempo, “faziam vista grossa” (ignoravam as dinâmicas praticadas ali), pois sabiam que a situação deles já era muito difícil.

É importante mencionar que o “*campo*” de Sabrina também não é equivalente ao campo de pesquisa acessado a partir da interlocução com ela, ao passo que esse direito corporificado pela interlocutora (RIBEIRO, 2005), não se estende também para a presente pesquisadora. Em diversos momentos fui orientada a aguardá-la em seu território de permanência, enquanto ela ia realizar atividades em espaços nos quais, sob seu ponto de vista, a minha co-presença demandava uma conquista anterior¹¹⁰. Para ela, ao chegar em um espaço desconhecido, seja ele cidade, bairro, rua, etc., é necessário, antes de qualquer ação, “*fazer o campo*”, tendo em vista a garantia da própria segurança.

A forma como ela descreve “*fazer o campo*” é, em grande medida, muito semelhante às práticas e negociações que podem envolver o próprio fazer etnográfico no espaço urbano, “*primeiro você tem que conhecer alguém, que te apresenta a outra pessoa e garante o seu direito de ir e vir*”. Isso vale, na sua narrativa, especialmente, para espaços e temporalidades urbanas onde as fronteiras entre legal e ilegal, lícito e ilícito conformam uma zona de indistinção (TELLES, 2010), ou ainda, em outras palavras, um limiar entre “*claridade*” e “*escuridão*”, entre norma e exceção.

Nesse sentido, ter “passe livre”, transitar entre “*claridade*” e “*escuridão*” toca diretamente na interseção entre saberes, sociabilidades e experiência de cidade. Sabrina destaca o “*saber se comunicar*” como indispensável, tendo em vista o “*fazer vida*” através da rua como forma de moradia. É também a tal saber, que ela recorre para singularizar-se em meio ao anonimato da rua, se diferenciando assim de outros moradores/moradoras de rua:

Aí tem hora que a pessoa fala “você não tem talento pra ficar na rua, você não parece morador de rua, você sabe conversar, se expressar, sabe comunicar”, mas eu aprendi isso mais na rua me comunicar com o povo. [...] o povo fala que eu sou muito comunicativo, já tem outra pessoa que disse “você sabe jogar com a cabeça, sabe que eu sei, você senta, mas você não fica deitado, você senta em pé, tá pro jogo, ta sempre movimentando qualquer coisa”, aí já me deu o quê? Uma coroa [Sabrina].

Esse “saber-fazer” configura uma experiência urbana que pode ser traduzida pelas categorias êmicas identificadas por Rosa (2014), em sua pesquisa com famílias

¹¹⁰ Como exemplo, cito a circulação na área popularmente marcada pela territorialização recente do tráfico de drogas na cidade de Salvador, no bairro da Gamboa de Baixo.

moradoras de periferia, na cidade de São Carlos - SP: “ser conhecido” e “ter conhecimento”. Nas palavras da autora:

Tais dimensões referem-se, simultaneamente, às pessoas e ao espaço, de forma imbricada: *ser conhecido* significaria estar imerso em redes de relações sociais que implicam necessariamente algum tipo de vinculação ao território, seja pelo fato de ser *nascido e criado* ou, ao menos, *morador antigo* em um determinado lugar (“*aqui todo mundo me conhece*”; “*aqui, onde eu vou tenho um conhecido*”; “*aqui todo mundo sabe minha índole*”), opondo-se àqueles considerados *estranhos*; de forma complementar, *ter conhecimento* expressa o outro lado da balança, reunindo tanto os contatos e *boas relações* cultivadas no tempo e no espaço, quanto o domínio físico e simbólico sobre um território (“*eu conheço esse lugar como a palma da minha mão*”; “*conheço cada buraquinho aqui*”; “*aqui eu sei quem é quem*”; “*aqui eu sei onde encontrar ajuda*”) (ROSA, 2014, p.81, grifos da autora).

Ainda para Rosa (2014), as categorias “ser conhecido” e “ter conhecimento” são apreendidas pelos sujeitos como fonte de segurança, em grande medida vinculadas a uma concepção de “bairro”. Nesse sentido, a segurança que a interlocutora vivencia em seu “*campo*” está intimamente ancorada nessas duas dinâmicas complementares. Percebe-se também que as narrativas de Sabrina até aqui mostram que ela é conhecida por “*não mexer como nada com ninguém*”, o que revela tanto uma dimensão da sua construção subjetiva, quanto uma tática de permanência e de obtenção de bens e recursos na rua. Nesse sentido, sua tática dialoga diretamente com uma das imagens correntes acerca dos sujeitos que fazem a rua como moradia, dos quais ela se distingue em sua narrativa, recorrendo às categorias análogas para ela, de “*morador de rua mesmo*” e “*sacizeiro*”.

Nesse sentido, a partir das táticas descritas por ela, que envolvem um movimento de distanciamento do “*morador de rua mesmo*” e de aproximação dos trabalhadores/trabalhadoras urbanos e dos “*moradores/moradoras de casa e apartamento*”, ela conquista a sua co-presença nessa espacialidade. Cabe lembrar aqui, que é somente a partir da moradia na rua que Sabrina, que saiu da casa da família em Ubaíra por conta de conflitos associados à sua sexualidade, “*cria nome*” conquistando no espaço da rua o direito à definição de sua forma de ser, aparecer e acontecer (RIBEIRO, 2005).

Os outros começou a me conhecer, “ah, você não parece que mora na rua não, parece que mora em casa”. Às vezes batia testa porque me via de mochila, todo limpinho, mas todo mundo agora de muitos anos pra cá, já acredita mesmo que eu moro na rua, já me viu, já não tem

mais como. [Mas] Não tô aqui com você? Chega alguém aqui, ninguém diz que eu moro na rua, né, Ninja? Tomei um banho, tô vestida, a gente tá conversando normalmente, a pessoa vai dizer que eu moro em uma casa aqui, até um apartamento, vizinho aqui... é... eu posso, né? Um dia, né? [Sabrina].

Assim, a questão de se singularizar na rua é central na produção da sua territorialidade e do seu território de permanência, que gozava de relativa estabilidade. Essa singularização favorece, como visto, a construção de outras possibilidades de inserção na rua. A partir das suas táticas e saberes, e da sua própria corporalidade, ela se afasta tanto das imagens da travesti, como do "*morador de rua mesmo*", construindo, assim, uma linha de fuga tanto para a abjeção radical, quanto para o completo isolamento, associados a experiência urbana de ambas categorias sociais. E é a partir desse processo contínuo de singularização, que ela se aproxima ora dos "*moradores/moradoras de casa e apartamento*" do bairro, ora dos trabalhadores/trabalhadoras urbanos, sem, no entanto, deixar de ser moradora de rua. Ela é moradora do Garcia, bairro no centro de Salvador, que abriga uma parcela das classes médias e altas da cidade, e não deseja sair do entorno.

3.3 “*Não vou cair do salto*”: táticas de permanência e de obtenção de bens e recursos

Logo após o acidente que ocasionou a perda do seu olho direito, por volta de 2010, Sabrina tornou-se beneficiária do Programa de Benefício de Prestação Continuada – BPC, através da mediação da Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE. A renda mensal que ela passa a acessar através deste benefício socioassistencial, possibilita outros agenciamentos em seu cotidiano, ampliando o seu “campo de possibilidades”.

Além de permitir que a moradia na rua passe a adquirir caráter intermitente na trajetória da interlocutora, a conquista de uma renda fixa, que não se dá a partir do trabalho, mas através de um direito assegurado aos deficientes físicos e pessoas com mais de sessenta anos, amplia o seu acesso à cidade na rua, ao passo que permite a aquisição de empréstimos, através da prática ilegal de agiotagem; o acesso mais regular ao consumo de alimentos, roupas, etc.; e contas em estabelecimentos comerciais do entorno do seu território de permanência, ou seja, permite a sua inserção em teia de

relações que passam a conformar, em grande mediada, às suas relações na rua e com a cidade.

Todavia, a interlocutora afirma que sua maior fonte de bens e recursos provém do seu trabalho, “*pedindo ajuda*”. Talvez caiba mencionar, novamente, que ela apreende como um trabalho a prática historicamente caracterizada como mendicância. De fato, as táticas que envolvem essa atividade, para ela, são delimitadas por temporalidades e espacialidades bem demarcadas, exigindo certos saberes e “*habilidades*”, “*um talento*”, “*uma inteligência*”, como visto, que se expressam através de uma comunicação atenta, insistente e constante com a cidade e suas múltiplas escalas e dimensões.

Os caixas eletrônicos da agência bancária funcionavam das 6h às 18h. Essa temporalidade na qual circulava “(...) sob abundância, os recursos desejados e seus portadores” (NEVES, 1999, p.112), definia também os horários de trabalho de Sabrina, de modo que, antes do fechamento da agência, nossos encontros eram marcados, geralmente, depois das 18h, ou aos sábados e domingos, ou seja, em temporalidades em que o fluxo gerado pelos caixas eletrônicos na agência cessava ou era menor. Aos domingos, especificamente pela manhã, Sabrina trabalhava na entrada de um restaurante nos arredores da Praça do Campo Grande, onde também já era conhecida por boa parte dos frequentadores.

Se por um lado, a redução da circulação de sujeitos na rua, durante a noite e nos finais de semana, implicava em menores ocasiões de captar bens e recursos nessa espacialidade urbana marcada intensamente por atividades comerciais e culturais, por outro, essa espécie de esvaziamento do espaço urbano nessas temporalidades, permitem a ela associar uma função simbólica ao seu trabalho de “*pedir ajuda*”. Ela é mais do que uma “*pedinte*”, ela ocupava a função de “*segurança do banco*”, função legitimada pelos seus “*clientes*” e reconhecida inclusive pelos policiais do entorno, como pude observar em campo e como a fala transcrita mais abaixo demonstra. Não obstante, após o fechamento da agência bancária, ela perde essa função que era um dos elementos, talvez o principal, que conferia legitimidade e estabilidade ao seu território de permanência, sendo compelida a colocar em prática outras táticas de permanência e de obtenção de bens e recursos:

Tem carro da polícia que passa, [grita] “segurança do Banco”, eu fico só na resenha, oh que laranjada. Eles acham que eu sou

segurança do Banco, quando o banco estava aberto. Agora que o Banco tá fechado não fala mais nada, não tem dinheiro pra levar. Oxe, eu escutei um bocado “e aí segurança do Banco, como tá o movimento?”, eu calada ficava. Agora que o Banco tá fechado, passa e não diz mais nada, nem um bom dia, se não tem dinheiro, o melhor já foi, meu amor. Tá vazio que nem um salão, vazio. Vê meu circo armado, vê eu fechando doida, beba, de calcinha, passa, nem quer saber, “ah, é o viado que fica na porta do Banco”. Agora quando tava aberto queria satisfação. Se eu fico o tempo todo sentada ali, eu pego toda a visão, mas só se eu fosse maluco, eu digo “eu não sei”. E mesmo se soubesse, eu durmo na rua, eles dormem em casa, eles têm segurança máxima, eu vou falar laranjada? Agora se for uma coisa assim, se for uma conhecida minha, eu sou um tombo. Se eu catar, eu não cato tudo também porque é muita gente, eu já dou o toque, “não vá não, mãe, que eu já peguei a visão”. Já cata logo, “até sair da agência, vá dar um rolé”. Eu não deixo, não deixo mesmo, mas se eu não pegar a visão, eu não posso fazer nada. Mas se eu sentir, não vou deixar uma amiga minha, que me conhece, ir pro barril. “Oh ninha, bora aqui”, chego logo no ouvido, vou deixar pra laranjada? [Sabrina].

A presença da interlocutora na frente da agência bancária, especialmente nas referidas temporalidades, parece imprimir, de fato, uma sensação de segurança aos seus “clientes” e à própria circulação na rua dos “*moradores/moradoras de casa e apartamento*” do entorno, como ela também diz:

“Ladrão rouba qualquer hora, mas de noite fica tudo escuro aqui, às vezes os pessoal tá voltando pra casa tarde, passa já fala comigo, sou conhecido já, não mexo nada com ninguém, e pelo menos já fica uma segurança, né? Que de noite fica tudo escuro na frente” [Sabrina].

Durante o trabalho de campo, como dito anteriormente, essa agência bancária foi desativada, juntamente com outras agências da mesma instituição financeira¹¹¹. O fechamento da agência foi anunciado em novembro de 2016, um cartaz fixado no vidro de entrada informava o encerramento das atividades em 20 de janeiro de 2017 às 12h. Durante esse período, a interlocutora não esboçou qualquer apreensão acerca da mudança anunciada. Em diversos momentos me percebi mais apreensiva do que ela quanto aos novos agenciamentos que possivelmente a mesma teria que produzir. Sabrina, por sua vez, me disse de forma contundente que ela nunca “*caía do salto*”. Na semana anterior e posterior à data do fechamento, intensifiquei o trabalho de campo

¹¹¹ Em janeiro de 2017, essa agência bancária fechou, juntamente com outras nove agências da mesma instituição em Salvador, e um total de quatrocentos e duas agências no país. Segundo as informações divulgadas pela instituição financeira na imprensa oficial, o fechamento das agências, ao lado de outras medidas, fez parte de um plano de reorganização institucional em função da atual conjuntura político e econômica.

indo ao seu encontro três vezes por semana, alternando os horários entre manhã, tarde e começo da noite, de modo a observar os diferentes fluxos e temporalidades no espaço, mas também para que minha presença não interferisse tanto em sua rotina de trabalho.

No dia anterior ao fechamento, cheguei à agência por volta das 18h e encontrei Sabrina sozinha bebendo cerveja sentada na escada. Sentei com ela e começamos a conversar. Ela, então, me perguntou se eu não queria aproveitar o fluxo reduzido de transeuntes e clientes da agência para gravar uma entrevista. Quando liguei o gravador e perguntei sobre as expectativas em torno do fechamento da agência, ela começou a chorar: *“tanto sofrimento eu já passei e agora vai ser pior ainda. Esse banco vai fechar, aí eu vou passar mais ainda. Pode vir segurança tirar, policial de noite, como tirou os que dorme ali ontem”*. Relatou que na noite anterior dois carros e duas motos da Polícia Militar, por volta das 23h, acordaram os moradores/moradoras de rua que estavam dormindo em frente a outra agência bancária, localizada na mesma avenida, e após realizarem um procedimento de revista, desocuparam o espaço, *“ameaçando que, se ficasse, retornassem iam agredir”*.

Desde o começo do trabalho de campo, essa foi a primeira vez que o sofrimento habitou explicitamente sua narrativa, daí por diante ele foi se apropriando gradativamente do espaço narrativo, especialmente quando o quadro de saúde de Luciano, seu companheiro, se agravou. Desde que se deslocou do bairro do Canela para o Garcia, essa foi também a primeira vez que ela demonstrou preocupação em relação a possibilidade de abordagens policiais, tendo em vista o seu deslocamento do espaço.

No dia seguinte, nos encontramos por volta de 13h, pouco depois do horário em que a agência encerrou definitivamente as atividades. Sabrina me recebeu já relatando que logo depois que nos despedimos, no dia anterior, ela e o companheiro foram interpelados pelo serviço de Abordagem de Rua, na tentativa de negociar o deslocamento deles espaço, através da oferta de acolhimento em uma das Unidades de Acolhimento Institucional - UAI. Como eles se mostraram irredutíveis em relação ao deslocamento do espaço, a equipe de abordagem orientou que procurassem um *“beco”*. Segue a narrativa dela:

Chegou o albergue que é para morador de rua que recolhe, que vem com a Kombi, disse pra mim que eu e o outro, que os morador tava ligando, porque se sente incomodado, porque a nossa presença fica... aí [disse] se não podia achar um beco, tipo esse aqui [Beco dos Artistas], pra deitar, pra colocar as coisas, que não chame atenção. Aí eu disse “não, eles têm que se acostumar, porque eu já tô aqui, sou

conhecido já, não mexo nada com ninguém e pelo menos já fica uma segurança”. Falei logo com a mulher do albergue, veio com dois caras, falei logo na cara, “sabe porque eu não vou pro albergue? Porque lá um monte de gente doida, o segurança, não é uma segurança totalmente, porque eles botam um segurança também que tem medo de maloqueiro, de moradores de rua, então, eu paguei logo pra ver; então deixe eu aqui mesmo, que aqui eu pelo menos, fica eu e meu caso, ninguém vem e me incomoda, também não tenho envolvimento com nada, com coisa errada, não gosto”, dei logo uma programação. Aí ela pegou e disse “não adianta eu vim hoje e você vai dizer que vai sair, que vai alugar uma casa e não sei o que, e eles vão ligar no outro dia de novo”. Eu disse “então, eles tem que ligar de novo mesmo, até eu achar uma casa, só se eles ligar e você dizer assim, ‘você vai dar uma casa a ele?’, aí eu pego e saio da rua, né não meu amor?” Claro. Você ficar desesperada procurando um beco pra se esconder do povo? Oxente! Ainda falei que o banco vai fechar e agora é que eu vou ficar mais ainda, eu e meu caso, falei logo, até achar uma casa, que eu não vou ficar na rua, eles tão se incomodando... eu to querendo mais é sair da rua, falei logo a ela, “quem ta querendo sair da rua sou eu”, né não? [Sabrina].

Com o fechamento da agência bancária ficou evidente tanto para Sabrina como para as duas trabalhadoras de rua que produziam seus territórios de trabalho no entorno imediato dali, que a permanência do casal teria que ser renegociada a partir de outras táticas que continuassem conferindo alguma legitimidade ao uso do limiar de acesso ao imóvel como lugar de moradia, trabalho e sociabilidades.

Sabrina, então, aciona novas táticas, passando a organizar uma espécie de bazar com produtos doados por sua rede de relações e “garimpados” por Luciano. Esse bazar é apreendido pela interlocutora, assim como também pude observar, mais como uma tática de permanência e menos uma tática de obtenção de recursos, valorizando mais a dimensão simbólica que o mesmo imprime ao espaço do que os ganhos que efetivamente tiraria dali.

Ninha, existe isso, o Banco fechou. Eu pedia no Banco, você me conheceu pedindo no Banco, não foi? Tem gente que diz, “Você ainda tá no Banco fazendo o que aí? O Banco já fechou!”, dá vontade de dizer, “Me leva pra sua casa”. Pra você vê que a pessoa tem uma mente desgraçada. “Poxa, até que enfim, o Banco fechou você botou alguma coisa pra vender”, nego se preocupa com tudo, como tem discriminação até hoje, com o branco com o preto, homem normal com homossexual [Sabrina].

A agência bancária era o elemento central do território de permanência produzido pelo casal, ao passo que agregava condições socioespaciais privilegiadas em

relação ao trabalho realizado por Sabrina e à moradia na rua. Acerca dessas condições pode-se destacar: (i) a proximidade da Praça do Campo Grande, dada a presença de equipamentos urbanos (banheiros públicos, fontes, etc.) e de espaços de sociabilidade; (ii) a própria estrutura do imóvel, que possibilitava um certo controle à exposição às intempéries climáticas e permitia um certo acúmulo de pertences; (iii) a relativa proteção em relação à violência durante o pernoite, por conta da presença de porteiros nos prédios do entorno; e (iv) o amplo acesso à ocasiões de captar recursos.

A intensidade do fluxo de acesso à agência se justificava, possivelmente, pelo fato de ser a única agência dessa instituição financeira nessa espacialidade urbana. Nos quase 4 meses de trabalho de campo que sucederam o seu fechamento, o fluxo de pessoas subindo e descendo as escadas do imóvel ao se deparar com o comunicado de fechamento fixado no vidro frontal ainda era intenso. Ao comentar esse fato com Sabrina, a mesma me disse: *“Era o dia todo assim. Essa agência era uma delícia, aqui eu me fazia no dia, eu não me queixava desse Banco, podia chover, podia tudo, podia ter festa, sempre vinham aí. Mas fazer o quê? O Banco fechou”*.

Com o fechamento da agência, mesmo com a diversificação diária dos produtos à venda no seu bazar, as possibilidades de captar bens e recurso no espaço, por Sabrina, passam por uma significativa redução, o que leva a interlocutora a intensificar a tensão entre circulação e permanência, tendo em vista as táticas de obtenção de bens e recursos. As dinâmicas de uso do espaço, por sua vez, se modificam sensivelmente. O casal, que antes tinha a rotina de horário, quase rígida, para acordar e guardar os objetos de uso pessoal (lençóis, travesseiros, etc.) embaixo da árvore localizada em frente ao imóvel, tornando os rastros da permanência menos visíveis, passa a acumular pertences no limiar de acesso ao imóvel, ao tempo que objetos domésticos (bancos) e decorativos (cartazes de artistas famosos, tapetes de entrada) vão conformando novas demarcações do território de permanência. Sabrina passa também a receber visitas mais frequentes de outros moradores/moradoras de rua integrantes da sua rede de sociabilidades, e Luciano, por sua vez, começa a utilizar o espaço para dormir, também, durante o dia.

Como visto, as táticas de permanência e de obtenção de recursos compostas por Sabrina, passam pela apreensão e manipulação de códigos e regras implícitas, circunstanciais e espacializadas, que organizam as dinâmicas socioespaciais entre os distintos seguimentos sociais ali e na própria rua de forma mais ampla. Após o fechamento da agência a relação entre táticas e estratégias, tendo em vista as dimensões

já colocadas, torna-se ainda mais complexo, pois o desconforto, que a presença do casal ali provoca, ganha mais visibilidade no momento em que ela perde a função de “segurança do banco”.

O fechamento da agência implicou em uma perda de “*clientes*” não só para a interlocutora, mas para as duas trabalhadoras de rua que produziam seus territórios de trabalho no entorno imediato dali. A interação entre elas que, até então, se apresentava como bastante cordial, salvo as tensões pontuais em decorrência do uso de álcool por Sabrina, começa a ser atravessada por conflitos frequentes. A minha própria presença em campo, por sua vez, começou a ser demandada pelas trabalhadoras de rua, tendo em vista à explicitação dos desconfortos vivenciados por elas, cotidianamente, em relação às que elas entendiam como facilidade de Sabrina em acessar recursos no espaço, tecendo também acusações de desvio da finalidade a partir da qual estes tinham captados. Para elas, existia um contraste na forma como os “*moradores/moradoras de casa e apartamento*” se relacionam com suas atividades de trabalho e com os “*pedidos de ajuda*” de Sabrina, reivindicando valores relacionados à honestidade e ao trabalho, em distinção a ela e ao seu companheiro. Uma dessas conversas, Virgínia me pediu para ligar o gravador e registrar, de modo que trago aqui a sua narrativa, que é bastante elucidativa desses conflitos:

Eu trabalho aqui há muitos anos, não mexo com ninguém sou amiga de todo mundo. Não um tonto desse aí, quando tá de cara conversa comigo, quando bota as coisas na cabeça começa a me esculhambar, e se começar a me esculhambar vou esculhambar ele tb [em referência à Sabrina]. Tenho mais de 20 anos aqui, quando ela chegou nesse banco, ela já me achou. O banco saiu daí, a mulher deu 20 contos a ela, ela foi comprar latão, uns com tanto e uns com nada... aí [moradores/moradoras de casa e apartamento] vem comprar uma besteira aqui fica pechinchando [Virgínia].

As modificações das dinâmicas socioespaciais que decorreram do fechamento da agência bancária ali, foram fundamentais para apreensão das dinâmicas que envolvem fazer a rua como moradia pela interlocutora e as condições de construção desse território de permanência, em um bairro que agrega uma parcela significativa das classes médias e altas da cidade, como dito anteriormente. E, especialmente, para entrever como as dinâmicas da cidade e os processos urbanos mais amplos, ou seja, não diretamente direcionados aos sujeitos que fazem a rua como moradia, podem incidir

direta ou indiretamente nos seus agenciamentos cotidianos, implicando em mudanças em suas trajetórias urbanas.

3.4 “*Tentativas de se levantar*”: trajetória de moradia em casas

A rua é a modalidade de moradia de Sabrina há pelo menos 16 anos, durante a pesquisa. Em suas narrativas, ela relata um processo contínuo e tentativo de construir outras formas de inserção na cidade, ou, para usar suas palavras, ela quer “*se levantar*”, Nessas tentativas de “*se levantar*”, a interlocutora morou em casas alugadas na Ladeira da Montanha e nos bairros do Barbalho, Dois de Julho e Gamboa, respectivamente. Sendo, essa trajetória de moradia em casas, intercalada pela moradia na rua, como sua fala demonstra:

Eu sou assim, moro na rua há muitos anos. Como eu já morei casa também. Eu tenho condições de morar em um quarto, não um apartamento, que é o dinheiro todo que eu ganho. Mas Deus me abençoou e por causa do acidente... Eu não me goro porque eu tô assim cego de um olho não, eu queria ter meu olho, com meu olho eu ganhava do mesmo jeito, eu queria ter meu olho de volta [Sabrina]¹¹².

Como dito anteriormente, ela e seu companheiro, a quem se refere como “*meu marido*”, “*meu caso*”, “*esse homem meu*”, se relacionam há, pelo menos, 10 anos. Em suas narrativas, ela diz que sabe muito pouco sobre a vida pregressa dele: “*só sei que ele já teve moto e tudo, mas quando pergunto, ele diz que ele não gosta de falar sobre isso*”. A relação do casal, como já visto, é perpassada por muitos conflitos e violência, não obstante, o vínculo se efetua no cotidiano em companheirismo, cuidado e cumplicidade. Quando conheceu Luciano, ele já morava na rua e trabalhava “*botando carro*”¹¹³, no bairro do Dois de Julhos. Nessa época, Sabrina produzia suas dinâmicas de circulação e permanência no bairro do Canela, segundo narra: “*tirei ele de lá e trouxe para o Canela, mas já tava já nos finais de eu ficar no Canela e vim pro Garcia. Aí eu peguei e vim pra cá com ele, aí ficou esse resto de vida toda*”.

¹¹² Quando a interlocutora diz que “*ganhava do mesmo jeito*”, antes de se tornar beneficiária do BPC, ela se refere especificamente aos recursos captados “*pedindo ajuda*”. Talvez caiba mencionar aqui, também, que o sonho de Sabrina é colocar uma prótese no olho.

¹¹³ A expressão “*botando carro*” refere-se à atividade de manobrista.

“Um resto de vida toda”, para usar suas palavras, se delineia a partir desse encontro, desencadeando deslocamentos de moradia através do mercado informal de aluguéis na cidade de Salvador. É a partir da relação do casal que a busca por um espaço privado ou, pelo menos, mais próximo dos padrões hegemônicos de privacidade, recomeça na trajetória urbana da interlocutora e o pernoite na rua adquire caráter intermitente.

Sabrina narra que no começo da relação, durante o dia, trabalhavam na rua no bairro do Canela, ela “*pedindo ajuda*” e ele, segundo diz, “*fazia tudo que aparecia*”; durante a noite, o casal pernoitava em um hotel chamado Paraíso, no bairro da Barroquinha, no Centro Antigo da cidade de Salvador. Os quartos do hotel mencionado eram conformados por divisórias confeccionadas com compensado e possuíam correntes com cadeados nas portas, tendo um único banheiro que era compartilhado entre os usuários do serviço e a única funcionária, que morava no local. A duração desse agenciamento na trajetória urbana do casal, não aparece nas narrativas de Sabrina, mas como dz: “*foi um bom tempo*”, “*a chave ficava na mão, já tava fazendo uma casa já*”.

Na associação estabelecida pela interlocutora entre o uso do espaço do hotel praticado pelo casal e uma ideia de casa, a casa aparece como local para onde se volta depois da rotina de trabalho e que condensa as funções referentes ao espaço privado, sendo “*a chave na mão*” a possibilidade de guardar seus pertences e decorar o espaço com objetos pessoais¹¹⁴, indicativos da conformação de um espaço se não doméstico, pelo menos íntimo, onde a conjugalidade pode se estabelecer longe da exposição inerente a rua da cidade.

Vale destacar que esse hotel era utilizado como espaço continuado de pernoite também por outros moradores/moradoras de rua, configurando-se, de certa forma, como uma espécie de moradia compartilhada, ao passo que, o serviço oferecido ia além do pernoite, sendo a posse das chaves pelo usuário e a possibilidade de guardar os pertences no quarto, durante todo período que permaneciam lá, relatadas por todos eles. Esse fato denota uma certa especificidade tanto do serviço, como do público consumidor, a saber: sujeitos com experiência de moradia na rua e/ou que tiram seu sustento através de atividades realizadas nas ruas da cidade. Durante o trabalho de

¹¹⁴ A interlocutora destaca como característica da sua própria personalidade transformar, quando possível, qualquer espaço em casa: nesse hotel, conta que o seu quarto tinha até televisão, doada por sua rede de “*clientes*” e que decorou o quarto com espelhos e retratos de artistas famosos, fato que contribuía para que tivesse a sensação de estar em casa.

campo, Sabrina também relatou pernoitar em outro hotel no mesmo bairro, Barroquinha, com certa frequência, “*não é chique, mas é um hotel. Não é um hotel maravilhoso, que a gente fala assim: ‘aquela coisa’, ‘shopping’, ‘shopping 10’, ‘shopping Lapa’, mas tudo combinando*”.

Sua primeira moradia em casa, depois que começou a fazer a rua como moradia, foi na Ladeira da Montanha, como narra:

Morei com Luciano na descida da montanha. Foi pouco tempo, que aquela ladeira ali tem um monte de covarde. Saia daqui de noite e descia andando, se descer de ônibus já é perigoso... Eu e Luciano, a gente pegou uma covardia ali, eu e ele, os caras desceram do carro com barrote de ferro, veio em cima de mim, inchou meu braço todo. Ele saiu correndo e me deixou sozinha, mas de 4 homens com barra de ferro, eu botava só a mão, pra não bater no rosto. Quem ia socorrer na ladeira tarde da noite? Se de dia não tem proteção, imagina de madrugada?! Tinha saído daqui, criatura, quase eu morro [Sabrina].

Já sobre a moradia em casa no bairro do Barbalho, ela relata:

O lugar era ótimo, o local do imóvel era muito... mas a porta tava desabando, não tinha segurança, que era em frente de pista, a porta não tinha fechadura, ficava aberta por causa do calor, não tinha janela, aí tinha gente já forçando abrir pra poder entrar, sacizeira... o dono já pensava de aumentar o aluguel, ficava enchendo minha mente, enchia a cara de cachaça, ficava me cobrando as coisas, ficava falando que eu gasto água, aí peguei entreguei. Era um Kitnet, era muito pequeno, se eu morasse num lugar até pequeno, mas tudo bonitinho [Sabrina].

A moradia no bairro do Dois de Julho, por sua vez, é narrada por ela como a melhor e a pior experiência de moradia em casa:

Não gosto nem de falar do Dois de Julho, porque destruiu a minha vida, se não tava lá até hoje. Caiu a metade da laje em cima de mim e de meu esposo, acabou meus móveis. Eu queria... eu não gosto nem de falar, entendeu? [Sabrina].

Durante o trabalho de campo, em agosto de 2016, Sabrina e o companheiro alugaram um quarto e sala mobiliado com fogão e geladeira por R\$300 reais, no bairro da Gamboa. A motivação para o aluguel dessa casa, aparece, em sua narrativa, como uma tática de cuidado corporal, em função das fortes chuvas que atingiram a cidade, nesse período. Pois, apesar do limiar de acesso à agência, seu “*Hotel Sereno*”, como a

própria expressão utilizada pela interlocutora indica, oferecer certa proteção contra chuva, ali permaneceriam expostos ao vento e ao frio, o que poderia implicar em mais agravamento do quadro de saúde de Luciano. No entanto, a casa alugada, na Gamboa, além da umidade em decorrência das infiltrações nas paredes, como dz: “*tinha pingueira até em cima da cama*”. Por este motivo, quando completou 1 mês de aluguel, o casal retornou a pernoitar na agência, pois como ela diz: “*Meu marido é doente, ele tem problema no pulmão [...]. Tá fazendo tratamento, suspendeu o tratamento, fez o primeiro exame agora, aqui no Banco tem sereno, mas pelo menos não molha, não molha nada*”.

Já como aspecto positivo desse período, em que morou na Gamboa, Sabrina destaca a proximidade em relação ao seu território de permanência no Garcia: “*O bom é que dava pra almoçar em casa e voltar, quando eu morava no Barbalho tinha que ficar o dia inteiro aqui, no Dois de Julho também vinha e voltava*”. Nesse período também, como em outros que morou em casa, ela destaca fato de ter conseguido acumular pertences:

Todo dia eu ganhava um monte de coisas, ganhei televisão, tapete, sacola de roupa, já não tava nem cabendo de tanta coisa, deixei quase tudo lá, que aqui não dá pra guardar, não dá pra lavar direito, nego pede, nego rouba quando eu não tô aqui, é uma agonia, em casa não, eu fico cheia de roupa, cheia de coisa [Sabrina].

Além da possibilidade de acumular pertences, em suas narrativas aparecem outros aspectos em relação à moradia em casa, em contraposição à moradia na rua, ligados à possibilidade de manutenção de uma rotina de atividades e de cuidados em relação ao corpo (descanso, alimentação, etc.), e à não exposição radical às dinâmicas da rua, que, por sua vez, modifica, inclusive, a relação do casal, com a sequência de falas transcritas abaixo permite perceber:

Na rua você tem que procurar o que fazer, aí já viu, né? Não dá o que presta. Em casa não, tem um prato pra lavar, roupa pra lavar, varrer, já ocupa o tempo, não fica pensando besteira [Sabrina].

A fisionomia de uma pessoa quando está dentro de uma casa, quando sai da rua, muda totalmente, dorme bem, a gente tem uma alimentação na hora certa. Quando eu moro em uma casa mesmo, já sai da rua três vezes e voltei pra rua, a fisionomia muda, eu como meio dia... como pinta um fogão, os outros doa, aí uma já vem dá um bojão, às vezes compras, dá... as clientes que me ajuda, Mas sabe como é, casa alugada não é da gente, entendeu? A gente perde tudo, volta pra rua de novo [Sabrina].

Na rua é uma situação, pra quem tá doente é horrível. A gente tá doente aí toma aquele sereno todo, piora mais ainda. Dentro de uma casa, você sabe que não tem, não recebe sereno, né? E na rua você tá doente, recebe aquele sereno todo. Não fica bom logo, aí já vem outra doença encima de outra, aí não tem uma alimentação certa, não tem uma medicação, a gente não tem horário, não sabe que hora é aquela, aí toma um remédio por cima do outro, porque tem remédio que você tem que saber a hora, né? Em casa tem relógio, tem uma televisão, você vê horário, né? De madrugada quem vai dizer horário a ninguém? [Sabrina].

De noite, misericórdia, de noite você só vê sacizeiro pra lá e pra cá com o saco nas costas, a noite toda, geralmente eu durmo, mas não durmo totalmente como a gente dorme em casa. Toda hora de madrugada eu acordo. Quando chove de madrugada, eu levanto ou outro também levanta. O outro tosse muito de noite, aí eu já levanto, às vezes vou até ali na frente, aí já tem um ali passando com saco nas costas, aí já vem outro descendo, aí joga o saco no chão, aí faz uma zoada da porra que é lata, aí começa a futucar lixo, aí espalha o lixo todo, é uma onda, espalha o lixo todo. Porque o gari passa três horas da manhã também pra pegar lixo, sabia? Ele passa, assim, geralmente que eu vejo, aí passa 11h, depois passa 1h, depois passa 2 e pouca, depois 3h, é quase já...” [Sabrina].

Na rua eu fico muito me estressando com ele, você viu naquela hora que ele falou: “ah, eu vou matar, eu vou meter a faca nela”, a gente briga direto na rua, aqui toda hora chega um, chega sacizeiro, chega outro, em casa não. Porque ele já fuma e eu já bebo, então tem hora que ele quer ficar a noite toda zanzando pra poder arranjar dinheiro e eu não quero deixar. Aí eu to beba, aí começa, aí as vezes a gente se gruda na frente do banco, às vezes [ele] sai correndo ou volta de madrugada ou volta no outro dia de manhã. E dentro de uma casa a gente já não briga assim toda hora, a gente já não briga, é raramente a gente dentro de uma casa brigar. Mas na rua a gente ta brigando direto, direto, que também tem um problema... chega um pede um isqueiro a ele, aí depois chega outro pede uma coisa, aí depois chega outro, aí pronto, eu já to deitado, já to descansando, aí começa o bafafá, aí termina eu e ele brigando [Sabrina].

Mensalmente, Luciano, seu companheiro, recebe uma ajuda em dinheiro da mãe. Esse dinheiro compõe uma outra parte da renda fixa do casal, que é administrada por Sabrina. Luciano entrega o dinheiro a ela, que, por sua vez, repassa para ele em pequenas quantias diárias. Ao que parece, a partir das narrativas da interlocutora, esse dinheiro não supre as despesas pessoais do seu companheiro nem por uma semana. Exceto o trabalho, ocasional, no “garimpo” de materiais recicláveis e a ajuda que recebe da mãe, os serviços que ele realiza, capinar terrenos, descarregar materiais, carregar guias, contam quase sempre com a mediação das relações forjadas por ela. Dessa forma, Sabrina acaba ocupando um papel de provedora na relação, sendo essa

espécie de economia de recursos, também um dos motivos frequentes que ocasiona conflitos entre o casal. Conflitos estes, atravessados por muita violência.

Nas narrativas de Sabrina o ciúme em relação ao companheiro também está sempre presente, mas segundo relata esse afeto era ainda mais intenso no começo da relação, constituindo-se como o principal elemento que organizava a temporalidade do seu cotidiano: “*Antigamente, essa demora que ele tá agora? Pra eu tá aqui sentada batendo papo? Eu já tava lá na esquina escoltando ele. Oxente! Hoje eu não tô nem aí*”. O próprio conflito, entre ela e o companheiro, que ocasionou a perda do seu olho direito, é narrado por ela sob o signo do ciúme.

Em conversa com Sabrina e Fabiana, “*a bicha*” - “ex-moradora de rua”, que se identificava, no momento da pesquisa, como mulher transexual, e também perdeu o olho direito quando morava na rua, em um conflito com o ex-companheiro (na época, companheiro) - elas justificaram o “*apego*” aos seus companheiros, mesmo diante conflitos violentos que atravessam essas relações, na dificuldade vivenciada por elas, que não performam as categorias de gênero em conformidade com o sexo biológico, em encontrar “*homens de verdade*”¹¹⁵ dispostos à assumir uma relação com elas. Logo, quando encontram, elas, além de “*cuidar bastante*”, “*perdoam tudo*”, os maus-tratos e as violências, porque, afinal, como ela, Sabrina, diz: “*é eu e ele, lado a lado, eu não posso machucar ele, entendeu?*”. Nesse sentido, o distanciamento em relação à família associado às próprias dinâmicas das relações que são possíveis compor a partir da rua, que em grande medida se caracterizam pela fragilidade e ambivalência (FRANGELLA, 2005), também pode ser indicativo da valorização e centralidade que essas relações entre casais assumem na rua.

Fora a moradia em casas através do aluguel, aparece nas narrativas de Sabrina outras possibilidades de deixar de fazer a rua como moradia, mediadas por sua rede de relações, tanto para ela, como para Luciano. Não entanto, essas possibilidades não reconhecem a legitimidade do vínculo construído por eles na rua, há cerca de dez anos de relação, sendo a ruptura desse vínculo uma das condicionalidades para acessar a “moradia de favor” no caso de Sabrina, e, no caso de Luciano, para retornar à casa da

¹¹⁵ A expressão utilizada por elas, que também aparece em Pelúcio (2005), pode ser compreendida como homem cisgênero heterossexual, ou seja, um sujeito que foi identificado com sexo masculino ao nascer, performa uma identidade de gênero masculina e direciona o seu interesse sexo-afetivo para mulheres, identificando sua orientação sexual, dessa forma, como heterossexual. No caso, esse “*homem de verdade*”, constitui o objeto de desejo sexo-afetivo de ambas interlocutoras.

família. Dessa forma, entende-se que a rede de relação de ambos oferece possibilidades de “*se levantar*” para cada um, mas não para o casal. É nesse sentido que a permanência de Sabrina na rua, se dá também em função da própria construção da relação com o companheiro:

Vou ser sincera com você de coração... às vezes a pessoa quer ajudar, mas não tem condições de me ajudar, de me levantar, sabe por quê? Porque eu tenho marido. Eu encontrei uma pessoa (...). pra me levar daqui, mas falou que o meu marido não ia. Aí eu não fui. Eu acho assim, eu já tenho muitos anos com ele, eu não posso largar também, né? Se eu to com ele até hoje, então, tanto sacrifício que eu já sofri, tenho que ajudar até o fim, né? Então, eu disse que eu não podia ir, se eu não pudesse levar ele eu não ia. E ele, veio o irmão dele, que ele não é daqui, é de Dias D'Avila. O irmão do Rio de Janeiro veio aqui, veio buscar ele, pra ir de avião, disse que não podia me levar na minha frente, e eu disse que se eu não fosse, ele não ia. Mesmo que ele me cegou, mas foi um acidente. É eu e ele, lado a lado, não posso machucar ele [Sabrina].

No momento em que anunciaram o fechamento da agência bancária, no Garcia, Sabrina começou a procurar uma casa para alugar. Em seus percursos de “*garimpo*” de materiais recicláveis, Luciano anotou o contato de um imóvel disponível para aluguel na avenida Vasco da Gama; ela, então, ligou para imobiliária, forneceu seus dados e agendou uma visita ao imóvel:

Não consegui casa ainda, porque eu não conseguindo, tem gente que não ta querendo alugar, porque é homossexual com um homem. Já fui com dinheiro na mão, R\$ 500,00 reais, eu acho que a discriminação ainda ta na Bahia ainda, porque quando a gente liga, pega um número de telefone, vai ligar, ‘venha’. Quando a gente vai lá, não dá... não resolveu nada, pediu um bocado de coisa, um bocado de documento, pediu fiador, que ganhasse mais que o meu salário, aí a pessoa fica muito triste, muito revoltada. Eu queria assim, morar assim... eu pago certo, fiador é porque acha que você não vai pagar [Sabrina].

Mas eu acho que é aquela coisa, é a visão do povo, é o preconceito, fui alugar a casa aqui perto, o cara era pastor, disse que já tinha alugado. Eu liguei, ele “pode vir”, tirei o dinheiro do banco, pense andar com dinheiro grande, quando cheguei, a lágrima caiu na hora, ele podia dizer que não podia alugar pra um homossexual, que ele era pastor, cristão. É por isso que eu não aluguel até hoje uma casa, porque tem lugar que não aceita. Eu não to ainda em uma casa por causa disso, discriminação. [...] Hoje em dia tá tudo difícil, você pra alugar uma casa, você achar um pagador certo, pode ser qualquer um, mas que pague à você certo. Ave Maria, eu quero dever à Deus minha alma, mas não quero dever. Mas tem muita discriminação. Às vezes, ele tem duas casas ali para alugar, mas o vizinho já não gosta, ele, o vizinho, já é velho, você chegou nova, às vezes não vai te ajudar, inventa um bocado de história, aí você já percebe o que ele quer dizer,

mas ele não quer dizer, mas você já percebeu tudo, “ah, você é lésbica, você é homossexual”, pela palavra você já sabe”. Eu fui na Avenida Sete alugar um kitnet, foi eu e o meu marido, disse que já tava tudo alugado, a mulher no ponto disse que era mentira, tava vazio o quarto. É o preconceito, mãe. Ele não quer dizer na cara, mas a gente cata. É por isso que eu não to em uma casinha ainda, mas eu vou achar. Mas nego não quer mais dinheiro não de homossexual [Sabrina].

Diante da frustração, a interlocutora resolveu adiar a sua busca por moradia em casas para depois do Carnaval, afirmando que não desistiria de morar no entorno. Luciano, por sua vez, depois dessa tentativa frustrada, deixou de compartilhar as mesmas expectativas da companheira, passando a falar que ninguém ia alugar uma casa para eles por ali e que ia começar a procurar no bairro do Barbalho onde, como dito, já moraram anteriormente. É na tentativa de alugar uma casa, e se inserir na cidade através dessa modalidade de moradia, que a carência de referências atravessada pelos os atributos que eles expressam (estéticos/corporais) e a própria relação do casal, aparece como empecilho para efetivar o desejo de continuar morando no entorno do seu território de permanência na rua:

Aí condomínio fechado [Beco dos Artistas], se eu for alugar aí um quarto, tem vizinho que já vai fazer queixa, tem essa discriminação com tudo. Tem casa pra alugar aí. Eu já sou conhecida, nego não vai querer nem alugar pra mim. E também tem um bocado de morador se alugar, vai fazer um abaixo assinado, mesmo eu não fazendo nada, conhecendo que não mexe em nada, uma pessoa boa, ótima, mas pelo preconceito, ainda existe o preconceito. Pra eu morar, tem que ser um lugar bem distante, que ninguém me conheça, que eu cheguei novata. Mas é difícil também, eu chegar num lugar conviver, que eu não sei como é o ambiente, que eu não sei também se vai aceitar eu e meu caso, porque covardia rola. Aqui já podia me aceitar, porque me conhece, eu vivida aqui, todo mundo já me conhece, mas a discriminação existe, só isso. Mas é bom procurar assim, enquanto tiver demorando, melhor vai vir [Sabrina].

Como sua trajetória de moradia em casas alugadas permite entrever, o fazer a rua como moradia aparece novamente como possibilidade dada às precárias condições habitacionais das casas alugadas e/ou dos espaços em que se localizam, suas condições financeiras, e à exposição insegurança (física) dado os seus atributos estéticos e corporais. As dificuldades que a interlocutora enfrenta para alugar uma casa no entorno, por sua vez, é bastante ilustrativa dos interditos/fronteiras no espaço urbano, que não se dão apenas por um critério econômico, mas se camuflam através dele. Nesse sentido,

suas tentativas de morar no entorno parecem, como Luciano aponta, estarem destinadas à frustração, uma vez que nem a rede de relação que ela construiu nessa espacialidade, e que viabiliza a sua permanência ali, e nem o benéfico do BPC, possibilitam a moradia de aluguel nesse entorno.

Me parece que sua experiência urbana indica que os fluxos que vêm da rua não podem se territorializar a partir da moradia em casas em qualquer bairro, ainda que nas narrativas de Sabrina, o fato deles serem um casal de moradores de rua não seja destacada. Em suas narrativas, como visto, o interdito de alugar uma casa no Beco dos Artistas, por exemplo, é sintetizado através da homofobia: *“eu pago, eu pago direitinho, mas ninguém quer alugar para um homossexual e um homem”*. Também é relevante perceber, a partir desse trânsito entre modalidades de moradia na trajetória urbana de Sabrina, que a moradia em casa se apresenta como um projeto a ser alcançado, pois como diz: *“estou esperando uma oportunidade, que eu não vou ficar na rua o resto da vida, né? Que tenho que fazer a minha melhora, né verdade?”*.

3.5 Notas sobre os acontecimentos pós-campo

Cerca de 6 meses após o fechamento da agência bancária na avenida Leovigildo Filgueiras, julho de 2017, o imóvel onde funcionava a agência foi arrombado e saqueado. Depois desse acontecimento, Sabrina passou a pernoitar em *“lugar seguro”*, em suas palavras, na mesma avenida, indo em direção à avenida Vasco da Gama. Todavia, durante o dia, ela continuou trabalhando na calçada do imóvel. Nesse período, continuamos a nos encontrar apesar de ter finalizado formalmente o trabalho de campo para pesquisa. Pude observar que o fato de Sabrina ter desocupado o espaço durante a noite, possibilitou que outros sujeitos que fazem a rua como moradia pernoitassem ali; observei também que o uso do espaço não estava condicionado aos mesmos usos e sentidos atribuídos a ele pela interlocutora, bem como as suas táticas de permanência. Sem dúvida, essas dimensões se modificam em relação as próprias trajetórias de rua, assim como o próprio arrombamento do imóvel possibilitou que outros sentidos e condições de uso passassem a conformar esse espaço.

Não consegui identificar o uso do espaço com certa constância pelo mesmo sujeito, todas as vezes que encontrei Sabrina pela manhã, entrei novos rostos entre

lençóis, papelões e restos de escombros do arrombamento. Segundo a interlocutora, assim que os escombros fossem retirados, ela voltaria a pernoitar no espaço, dessa forma o uso do espaço por outros sujeitos, não se configurou para ela como possibilidade de perder seu território de permanência. Sendo importante mencionar ainda, que para Sabrina, a sua presença no espaço teria impedido o arrombamento, o que reafirma mais uma vez a dimensão de promover a segurança no espaço, reivindicada por ela, como a fala transcrita abaixo demonstra:

Todo mundo me conhece, sabe que eu fico aqui, eu tô só esperando a poeira baixar para voltar. Fiquei com medo. No dia que explodiram tudo, eu não tinha dormido aqui. Dormi no hospital com o outro lá, por isso aconteceu isso. Se eu tivesse aqui, não tinha acontecido. Cheguei de manhã, aí tava aquela agonia. Como sabem que eu fico aqui, me sai logo pra não dá problema pro meu lado [Sabrina].

Em torno de 1 mês após a ocorrência, fui ao encontro Sabrina e uma nova modificação havia ocorrido no espaço: o proprietário tinha instalado um portão de ferro na entrada do imóvel. O portão estava trancado com cadeado e uma espécie de tela composta por papelões bloqueava a visão da parte interna. Imaginei que ela tinha voltado a usar o espaço, mas antes que tivesse tempo para perguntar algo, uma pequena fresta da tela foi aberta e imediatamente reconheci o novo “proprietário”: um morador de rua, que na definição de Sabrina “é muito pra frente, não respeita ninguém” e era referenciado, por ela nos nossos “encontros de pesquisa”, como “o novato”.

Sabrina demonstrou certo desconforto com os olhares dirigidos por ele a nós duas e sugeriu um passeio na Praça do Campo Grande. Assim que deixamos a calçada da antiga agência, ela relatou que o proprietário do imóvel havia instalado o portão, para inibir o uso do espaço por “*moradores de rua desconhecidos*”. No entanto, ele não tinha colocado cadeado para que ela, Sabrina, e o companheiro pudessem permanecer usando o espaço:

Ele já me conhece, colocou o portão pra o pessoal não ficasse dormindo aí, um monte de morador [de rua] desconhecido, já tava virando bagunça, mas esse aí entrou no mesmo dia e colocou esse cadeado, queria até me agredir. Mas deixe que o dele tá guardado, não vai demorar muito, se os morador [de casa e apartamento] já ficava tirando onda comigo aí, que todo mundo já me conhece, vão chamar polícia pra ele. Eu to só esperando [Sabrina].

O “*novato*” e o irmão estavam produzindo um território na Avenida Leovigildo Filgueiras há cerca de 3 meses antes da finalização do trabalho de campo junto à Sabrina. Apesar de terem se inserido rapidamente nas dinâmicas da rua na dita avenida, passando a atuar no serviço de estacionamento de carros, suas táticas de uso da rua eram alvo de comentários apreensivos e repressivos por parte dos moradores/moradoras de rua que produziam seus territórios a mais tempo nesse espaço. Em conversa com uma moradora de rua, que atuava nesse serviço ali há quase vinte anos, ela me disse que:

Antiguidade é posto, eles acham que podem chegar aqui e mandar? Todo mundo sabe que essa área é minha, do começo da rua até virar a esquina, sou eu que cuido, da esquina para lá é Zé que cuida, pra guardar aqui tem que pedir a minha autorização. E mesmo assim sou eu que determino o horário, eles tão achando que aqui é bagunça [Luisa].

Uma das poucas informações que circulava em campo, sem o tom de desconfiança usualmente empregado nos comentários acerca do “*novato*” e do seu irmão, era que eles pernoitavam em um hotel no bairro da Barroquinha, o mesmo que Sabrina e Luciano sinalizaram pernoitar com certa frequência durante o trabalho de campo. Quando questionei essa informação com ela, a mesma relatou:

Oxe, minha filha, quem vai ficar pagando hotel achando um mole desse aí? Ele ainda arranjou uma mulher pra botar lá dentro, os dois grossos, você precisa ver. Ele ta achando que está por cima, né? Mas vai cair, cate o que eu tô dizendo. Você acha que os morador [de casa e apartamento] vai deixar isso aí? [Sabrina].

Usando as palavras de Sabrina acerca dela mesma, ela “*tem visão*”, já tinha “*catado tudo*”, a permanência do novo casal não durou 2 semanas. A vizinhança fez uma denúncia e os dois foram retirados do espaço algemados e encaminhados para delegacia, mas ela não presenciou o momento. Tendo a corroborar com a interlocutora, a partir das observações em campo, que dificilmente a forma de uso do espaço praticada pelo “*novato*” teria possibilidades de construir uma permanência de longa duração em um bairro como o Garcia¹¹⁶, pois como tentei mostrar ao longo desse capítulo, através

¹¹⁶ Não posso, no entanto, afirmar que esse era um desejo dele. Afinal, todas as vezes que nos encontramos, não trocamos mais do que olhares e cumprimentos formais, que para mim sempre causaram certo desconforto. Apesar desse desconforto experimentado pelo meu corpo, que possivelmente também decorreu das narrativas de desconfiança dos moradores/moradoras de rua com os quais construí interlocuções mais próximas ao longo do trabalho de campo nessa espacialidade, tentei uma aproximação em diversos momentos, tendo em vista compreender a inserção de novos sujeitos em territorialidades de rua conformadas por táticas de permanência ancoradas no conhecimento mútuo entre moradores/moradoras de rua, trabalhadores/trabalhadoras de rua e “*moradores/moradoras de casa e*

do território de permanência produzido por Sabrina, as circulações e permanências mais estáveis de moradores/moradoras de rua no espaço urbano, passam por mediações que dependem de uma combinatória de táticas e saberes, que, por sua vez, estão ligados à apreensão e manipulação de códigos e regras implícitas, circunstanciais e espacializadas, que organizam relações, espaços, territórios e múltiplas territorialidades em cada espaço urbano.

Sendo importante ressaltar que esses códigos e regras implícitas, a serem considerados, também são conformados pelos próprios moradores/moradoras de rua que delineiam suas trajetórias a mais tempo em determinada espacialidade, através de um processo dinâmico de composição e recomposição, em função de tensões, conflitos, disputas e negociações de múltiplas naturezas. É certo que cada espaço urbano e cada territorialidades de rua têm suas peculiaridades e formas de organização próprias, e segundo Sabrina, “*ele não pegou visão*”. A falta de “*visão*” do “*novato*”, estaria, para interlocutora, ligada diretamente a característica de coerção implícita, e, muitas vezes explícita, associada às suas táticas de inserção nessa territorialidade de rua, em específico.

Cerca de 8 meses após o fechamento da agência bancária, setembro de 2017, Sabrina alugou uma casa na avenida General Graça Lessa, conhecida popularmente como avenida Vale do Ogunjá, no bairro de Brotas. Segundo disse, já tinha desistido de alugar uma casa, por conta dos interditos encontrados para tal, quando Fabiana, “*a bicha*”, que estava morando de aluguel em uma casa na referida avenida, tomou conhecimento de imóvel para alugar em uma espécie de vila, próxima a moradia dela. No mesmo dia, Sabrina conseguiu fazer um acordo com o proprietário: “*Foi só mostrar os documentos e pagar R\$200,00 reais. Eu nem tinha, peguei emprestado com a menina do banheiro [funcionária da Secretaria de Manutenção da Cidade - SEMAN] e paguei depois [a “menina do banheiro”] R\$400,00*”.

Assim como nos períodos anteriores, em que Sabrina morou em casas alugadas, ela continuou trabalhando, “*pedindo ajuda*”, na calçada onde funcionava a agência bancária. Todos os dias saia de casa nas primeiras horas da manhã e retornava no último ônibus que faz o percurso do Campo Grande em direção à avenida Vale do Ogunjá, às

apartamento”. No entanto, essa aproximação não foi possível, visto que em momento algum percebi qualquer abertura por parte dele, que viabilizasse a construção de uma relação de pesquisa, ainda que pontual.

21:45h da noite. Segundo diz, acerca da possibilidade de captar recursos na calçada da antiga agência, naquele momento: “*Tá fraco, mas tá chegando o fim de ano, que é certo de ganhar um monte de coisa*”. Enquanto as festas de final de ano não chegam, ela negociou horários de trabalho em frente a uma padaria, na mesma avenida, Leovigildo Filgueiras, com o companheiro. Na padaria, conforme sinalizou, por se tratar de um estabelecimento comercial com grande fluxo de clientes, as possibilidades de captação de recursos a partir da sua rede de relações estava sendo maior: “*lá [na padaria] tá dando mais e todo me conhece também*”.

Como visto, a trajetória urbana de Sabrina a partir da rua põem em movimento reivindicações, tensões, conflitos, negociações que perpassam as disputas pelo uso da rua como forma de moradia, pelos recursos nela territorializados e pelo próprio direito à viver na cidade, seja através da moradia na rua ou das suas tentativas de se inserir na cidade a partir do aluguel de uma casa. Uma cidade, por sua vez, em constante fazer, desfazer e refazer. Uma cidade que longe de ser apenas cenário de práticas e experiências, é um território composto por múltiplas territorialidades e, como tal, é dotada de agência, e interage com os corpos negando ou favorecendo ações (RIBEIRO, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizei a noção “*pegue a visão*” para descrever o processo de pesquisa do qual decorre essa dissertação, pois para dar passagem às narrativas de que pude escutar em campo, foi necessário olhar para rua tentando não me furtar ao confronto das ambivalências e contradições a partir das quais esta experiência urbana é narrada pelos próprios sujeitos que fazem a rua como moradia. Trago essa questão em tom generalista aqui, sem recorrer as especificidades das narrativas construídas a partir do meu próprio trabalho de campo, pois os mesmos conteúdos das narrativas presentes neste trabalho, podem ser encontrados em grande parte da literatura acerca da experiência de rua.

Não obstante, tendo em vista construir uma “*visão*” sobre a rua a partir dessas ambivalências e contradições com as quais tive o primeiro contato nas pesquisas de iniciação científica, na graduação em Ciências Sociais, foi necessário, como dito, colocar em suspensão (sem abandonar) o modo como os sujeitos que fazem a rua como moradia e a experiência de rua é tratada em grande parte da literatura:

Boa parte dos estudos sobre população de rua esteve centrada na avaliação dos processos de desvinculação que levaram os sujeitos à situação de rua. Por razões metodológicas, mas também frente a um problema social que se mostrava urgente, a definição deste contingente quase sempre seguiu os parâmetros do modelo familiar, recorrentemente adotado para circunscrever um campo populacional. Paralelo ao processo de delimitação deste contingente, a marginalização da população de rua nasce em conjunto com sua própria definição, isto é, a população de rua é necessariamente definida em seus aspectos negativos. Como a rua sempre foi tratada como um problema *a priori*, a população de rua é comumente definida pelas perdas sofridas neste processo de desvinculação com a instituição familiar e outras instituições normativas. A rua, portanto, é o local reservado aos sujeitos sem vínculos, sem cidadania, sem trabalho, sem história (MARTINEZ, 2011, p.92-93).

Para tal, escolhi como recurso metodológico e analítico a noção de trajetórias urbanas desenvolvida por Telles (2010) e desdobrada por Rosa (2014) aliada as noções de “campo de possibilidades” (VELHO, 1987) e de táticas (CERTEAU, 2014). Essa perspectiva, por sua vez, permitiu que a investigação do fazer a rua como moradia extrapolasse o cotidiano e a própria rua, revelando assim nexos entre rupturas, deslocamentos habitacionais, percursos ocupacionais, sociabilidades, produção de subjetividade e a própria produção da cidade que atravessam a experiência urbana desses sujeitos, como espero ter conseguido mostrar ao longo do trabalho.

Como dito, a escolha por conduzir a dissertação através da trajetória urbana de Sabrina fundou-se na densidade de questões que o seu traçado permitiu iluminar. Tendo contribuído também para essa escolha o fato de, no decorrer do trabalho de campo, o território de permanência na rua produzido por ela e seu companheiro, há pelo menos 8 anos, ter passado por transformações sensíveis que ao final culminou na impossibilidade de permanência deles no espaço. Assim, narrar parte da sua experiência urbana foi também contribuir para o registro de uma cidade que, também em parte, não existe mais, a cidade produzida pelos passos e afetos de uma moradora de rua, homossexual, cuja performance existencial borra as categorias binárias de gênero (feminino e masculino), compondo, portanto, de forma interseccional segmentos minoritários invisibilizados pelo regime de visibilidade hegemônico.

Entendendo que a reivindicação de visibilidade e afirmação das suas presenças no espaço urbano compõem, não só para Sabrina, como para outros interlocutores da pesquisa, as táticas de perseverar na existência, optei por utilizar o nome social da interlocutora nesta escrita, com a intenção de que ela seja mais facilmente vista, conhecida e lembrada pelos leitores deste texto. Nesse sentido, tal escolha expressou além de um comprometimento ético com as negociações e acordos que foram conformando a pesquisa de campo, uma vez que esse foi um desejo expresso inúmeras vezes pela interlocutora, ao passo que almejou também uma espécie de coerência em relação a “*visão*” sobre a rua que pude “*pegar*” nesse processo.

Ainda que a recomposição da trajetória urbana de Sabrina tenha sido tomada como fio condutor desta dissertação, tentei recompor minimamente a trajetória dos principais interlocutores da pesquisa no capítulo I, dialogando com eles ao longo do texto quando pertinente. Em tempo, quero sinalizar que olhando comparativamente para minha própria experiência de pesquisa entre 2007-2009 e 2015-2018, percebo que, entre os dois contextos, as condições do “*fazer vida*” na rua se modificaram sensivelmente, na cidade de Salvador, em função das transformações que envolvem as políticas sociais e urbanas, mas também a própria mobilização social dos sujeitos dessa experiência. Nesse sentido, pesquisas de natureza etnográfica acerca dessas transformações (sociais, urbanas e políticas) podem contribuir para apreensão dos nexos entre as cronologias individuais e os eventos políticos que perpassam as trajetórias urbanas dos sujeitos que fazem a rua como moradia na cidade de Salvador. Contribuição, que ao meu ver, seria

de extrema relevância na construção de conhecimento acerca da experiência de rua no contexto contemporâneo e da própria cidade.

A recomposição da trajetória urbana de Sabrina permitiu perceber que a ideia de perda como única dimensão explicativa e de significação política desse processo de chegada na rua, obscurece dimensões tão ou mais importantes para apreensão das relações que os sujeitos vão tecendo com a rua e com as cidades aí delineadas. Assim como Sabrina, grande parte dos interlocutores da pesquisa tiveram suas trajetórias perpassadas por processos de violência: abuso sexual, violência doméstica, homofobia, exploração do trabalho infantil, ameaça de morte, crimes, etc., que em grande medida, concomitantemente à composição de outros circuitos de relação na e com a cidade, produziram a saída de casa, direcionando suas trajetórias à rua.

Foi a partir da validação narrativa e recomposição descritiva da “situação-limite” (VIEIRA, et al., 1992) narrada por ela como motivação central para a sua saída de casa, que o investimento nas travestilidades revelou-se como chave incontornável para apreensão tanto do seu processo de chegada até a rua, como das suas dinâmicas de circulação e permanência na rua e em outros espaços sociais, bem como das condições de emergência do seu território de permanência, sendo a própria emergência do sujeito Sabrina, “*que todo mundo adora*”, se não impossível, pouco provável fora da territorialidade que ela própria delineia nas ruas da cidade de Salvador.

Nesse sentido, reitero, aqui, a importância de que outras pesquisas acerca da experiência de rua invistam em procedimentos metodológicos e analíticos capazes escutar as narrativas de escolha e de liberdade, que ecoam na rua, a partir da própria ambivalência com a qual, usualmente, são narradas. Buscando, assim, outras perspectivas, que não recaiam em uma dimensão que elimina totalmente a agência dos sujeitos que fazem a rua como moradia, que, por sua vez, contribuem epistemologicamente para a apreensão deles fora de um plano de humanidade; e nem, tampouco, na via oposta que os reconhece como produtores intencionais de um modo de vida subversivo, que se configuraria através de movimentos permanentes de desvio às tentativas de capturas nas malhas institucionais do campo social.

Espero ter conseguido mostrar a partir da tentativa feita aqui, que a construção de um olhar metodológico e analítico para essas narrativas de trajetórias na tentativa de apreender as seguintes questões: “escolheu em relação à quê?”, “liberdade em relação a quê?”, não só são capazes de revelar processos individuais de chegada e permanência na

rua, como é o caso da interlocutora cuja trajetória urbana foi recomposta aqui, mas processos sociais de bloqueios e interdições relativas no campo social, cuja abertura e suspensão não necessariamente passam pelas tentativas de reconciliações familiares, sem o reconhecimento dos novos arranjos relacionais (ou não) e dos saberes que são produzidos nessa experiência.

Dito isto, cabe dizer mais uma vez que a construção dos dados que ancoram esta dissertação é devedora da continuidade da pesquisa junto aos interlocutores e ao uso continuado das entrevistas com procedimento metodológico. De outro modo dificilmente a recomposição das suas trajetórias urbanas, assim como das táticas de perseverar na existência que eles vão mobilizando nessa composição seriam possíveis, dado a cronologia irregular que caracteriza as narrativas de suas próprias histórias, assim como o uso delas como tática de obtenção de recursos (FRANGELLA, 2005).

Por fim, cabe ainda dizer que diversas vezes tive a impressão que Sabrina me contava sua história em partes, envolvida em uma névoa de mistério e manipulação, para garantir a minha volta. Mas quais interesses ela teria nesse retorno? Foi a pergunta que me fiz ao longo desse processo e para qual não tenho resposta acabada, mas penso que a constatação de Ribeiro (2005) de que o contexto atual de desapropriação mercantil da experiência urbana da maioria impede justamente o que a autora nomeia de “sociabilidades interclassistas”, pode nos ser útil na resposta. A cada encontro, a cada nova entrevista, a cada novo percurso realizado e cervejas compartilhadas, afirmávamos uma para outra que um vínculo estava sendo construído, o fio continuava a ser tecido. Ao nos despedirmos, um novo encontro sempre era deixado em aberto pela pergunta trazida por ela: “*Quando você volta?*”. A pesquisa chegou ao fim, mas as trocas hão de continuar, pois também como lembra Kastrup (2015):

“Ter um mundo às mãos é comprometer-se ética e politicamente no ato do conhecimento. É intervir sobre a realidade. É transformá-la para conhecê-la. Há uma dimensão da realidade em que ela se apresenta como processo de criação, como *póiesis*, o que faz com que, em um mesmo movimento, conhecê-la seja participar de seu processo de construção. O acesso à dimensão processual dos fenômenos que investigamos indica, ao mesmo tempo, o acesso a um plano comum entre sujeito e objeto, entre nós e eles, assim como entre nós mesmos e eles mesmos. O acessar esse plano comum é o movimento que sustenta a construção de um mundo comum e heterogêneo” (p.269).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. ***Homo sacer***: o poder soberano e a vida nua I. 2^a Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.
- AGIER, Michel. Onde se inventa a cidade do amanhã? Deslocamentos, margens e dinâmicas das fronteiras urbanas. In: GLEDHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M. (Org.). **Disputas em torno do espaço urbano: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 411-426.
- ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T.; COSTA, D. Situações periféricas: etnografia comparada de pobrezas urbanas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 28, p. 109-130, 2008.
- AMARAL, Marília dos Santos. **Essa boneca tem manual**: práticas de si, discursos e legitimidades na experiência de travestis iniciantes. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- ARANTES, Antônio. “A guerra dos lugares: mapeando zonas de turbulência”. In: ARANTES, A. **Paisagens Paulistanas**: transformações do espaço público. Campinas: Editora Unicamp, 2000.
- BENEDETTI, Mario R. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENEDETTI, Mario R. A batalha e o corpo: breves reflexões sobre travestis e prostituição. **Boletín Ciudadania Sexual**, v.11, p.5-8, 2004.
- BIONDI, Karina. Um mundo de “considerações”: alguns apontamentos sobre as relações de força no trabalho de campo. In: BARREIRA, C.; SÁ, L.; AQUINO, J. (orgs.). **Violência e dilemas civilizatórios**: as práticas de punição e extermínio. Campinas: Pontes Editores, 2011, p.129-146.
- BROGNOLI, Felipe Faria. **Trecheiros e pardais**: estudo etnográfico de nômades urbanos. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.
- BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradouros. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CARNEIRO, Karine. **Moradores de rua e produção do espaço urbano**: análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC, Minas Gerais, 2016.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CEFAI, Daniel. Provocações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. **Lua Nova**, n.79, p.71-110, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 21^a Ed. Petrópolis: Petrópolis: Vozes, 2009.

CONT. Valdeir D. Del. Trajetórias e biografias como método. In: KOFFES, Suely (org.). **Histórias de vida, Biografias e trajetórias**. Unicamp: Cadernos IFCH, 31, 2004, p. 5-16.

COSTA, Daniel de Lucca R.. **A Rua em Movimento**: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

COSTA, Daniel de Lucca R.. Vidas em jogo: políticas públicas, segurança e gestão da população de rua em São Paulo. In: SEMINARIO NACIONAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: PERSPECTIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2008, São Carlos: UFSCar, 2008, p.208-218.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**, v.5. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. Diálogos. Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

ESPINHEIRA, Gey. A casa e a Rua. **Caderno do CEAS**, Salvador, n. 144, p. 24-38, maio/junho, 1993.

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado político**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ESPINOSA, Benedictus de. **Ética**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

SCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetória de exclusão social. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1999.

FELTRAN, Gabriel Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v.2/n.1, p.39-53, jan/dez 2007.

- FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX**. Salvador: Hucitec/Edufba, 1996.
- FRANGELLA, Simone M. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. Tese (doutorado) - DA-IFCH-UNICAMP, Campinas, 2005.
- FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura, rememoração**. Ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GREGORI, Maria Filomena. **Viração**: experiência de meninos de rua. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- GUATTARI; ROLNIK. **Micropolítica – cartografias do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- HARA, Tony. **Coração rueiro**: João Antônio e as cidades. Londrina: Kan Editora, 2013.
- HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. Tese (Doutorado em Sociologia) - FFLCH/USP, São Paulo, 2010.
- IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio**: pobreza e política social. Annablume, 2008.
- IVO, Anete Brito Leal. **Metamorfose da questão democrática**. Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2001.
- JOSEPH, Isaac. “Paisagens urbanas, coisas públicas”. **Caderno CRH**, Salvador, n. 30/31, p. 11-40, jan./dez. 1999.
- LARRAT, Symmy. Uma cidade com todas as cores. In: CANECO, Cássia, et al. **Recortes de uma cidade por vir**. São Paulo: Instituto Pólis, 2020. 204-207p. (Publicações Pólis, 53).
- LEMINSK, Paulo. Toda Poesia/ Paulo Leminski. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. Tese (Doutorado) - IFCH/UNICAM, Campinas, São Paulo, 2006.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. (orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

KULICK, Don. Travesti, prostituição, gênero e cultura no Brasil. Tradução: Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº49, 2002, p.11-29.

MALHEIROS, Luana Silva Bastos. **Tornar-se mulher usuária de crack:** trajetória de vida, cultura de uso e políticas sobre drogas no centro de Salvador-BA. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MALLART, Fábio. **Cadeias dominadas:** Dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MALUF, Sônia Weidner. Corporalidade e desejo: tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. **Estudos Feministas**, 150, ano 10, 2002, p.143-153.

MARTINEZ, Mariana. **Andando e parando pelos trechos:** uma etnografia da corporalidade dos trecheiros em São Carlos. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MELO, Tomás. **A Rua e a Sociedade:** articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2011.

MIRANDA, Najda C. J. **População de Rua em Salvador:** Estudos dos Territórios e do Direito à Cidade (2005-2015). Tese (Tese em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

NEVES, Delma P.. **Categorizações Deformantes:** patrimônio de gestão dos pobres: Mendigos, vagabundos, população em situação de rua. *Revista Antropolítica*, Niterói, n.29, p. 9- 35, 2010.

NEVES, Delma P.. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. **Caderno do CRH**, Salvador, n. 30/31, p.111-134, jan./dez. 1999.

NEVES, Delma P.. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 4, p.28-36, 1983.

OLIVERA, Luciano F.. A construção das “populações-alvo” nas políticas públicas: o caso dos moradores de rua em São Carlos. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (orgs.). **Novas faces da vida nas ruas.** São Carlos: EdUSFSCar, 2016, p.67-88.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, n.25, p.217-248, 2005.

PEREIRA, Luiz F. de P. No labirinto da Gestão: desdobramentos do processo de institucionalização e transformação de moradores de rua em “usuários” dos serviços de assistência. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (orgs.). **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUSFSCar, 2016, p.89-114.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: a prostituição viril. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. **Morar na rua**: Há projeto possível? Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – USP, São Paulo, 2012.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território? In: RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p.143-158.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** - a tríplice mimese. In: RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994. v. 1, p. 85-131.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental. Transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2011.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do Presente**: ação, técnica e espaço, v. 5. 2005, p. 57-82.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do Presente**: ação, técnica e espaço, v.2. 2005, p.293-310.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Sociabilidade, hoje**: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, p.411-442, 2005.

RIBEIRO, A. C. T. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Redobra**, Salvador, n. 9, p. 58-71, 2012.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. **Da Avenida Cerqueira Lima ao Beco dos Artistas**: um espaço de sociabilidade GLS. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

RIZEK, Cibele Saliba. Limites e limiares/Corpo e experiência. **Redobra**, Salvador, n.10, p.33-39, 2012.

ROSA, Thaís Troncon. **Cidades outras**: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares. Tese (Doutorado), Instituto de Arquitetura e Urbanismo – USP, São Carlos, 2014.

ROSA, Thaís Troncon. Pensar por Margens. In: JACQUES, Paola B.; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico: tomo 1 - Modos de Pensar**. Salvador: Edufba, 2018, p.179-204.

RUFINO, Luiz. *Exu e a pedagogia das encruzilhadas*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack**: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (orgs.). **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUSFSCar, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção, São Paulo: Hucitec, 1996.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética inclusão/exclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan et al. (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.97-118.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situações de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Anna Raquelle E. A. A construção da pobreza urbana: representações estratégias dos “pobres” frente à pobreza, a assistência, e a proteção social e cívica. **Relatório final do projeto PIBIC/CNPq/UFBA, 2007-2008**, julho 2008.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. **Moradores de Rua**. São Paulo: Pólis, 1992 (Publicações Pólis, 7).

SIMPSON, Keila. Travestis: entre a atração e a aversão. In: G. Venturini; V. Bokany (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 109-117.

SPAGNOL, Antônio Sergio. **Desejo marginal**: violência nas relações homossexuais. São Paulo: Arte e Ciência, 2011.

STOFFELS, Marie Ghislaine. Os mendigos na Cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.

TELLES, Vera. A Nova questão social brasileira: ou como as figuras do nosso atraso viraram as símbolo de nossa modernidade. **Caderno do CRH**, Salvador, n. 30/31, p.85-110, jan./dez. 1999.

TELLES, Vera. “Debates: a cidade como questão”. In: TELLES, V.; Cabanes, R. (orgs.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. Belo Horizonte: Argmentvm, 2010.

TELLES, Vera. “Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade”. In: TELLES, V.; CABANES, R. (orgs.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. Belo Horizonte: Argmentvm, 2010.

TELLES, V.; CABANES, R. (orgs). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010

VALLADARES, L.; KANT DE LIMA, R. A escola de Chicago: entrevista com Isaac Joseph. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 49, 1º semestre 2000, p.3-13.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C.. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol.13, n.1, p.56-69, 2004.

VELOSO, Matheus Aline. “**Apesar que o vida louca também ama**”: experiência afetiva de adolescentes inseridos no tráfico de drogas. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2015.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneride como normatividade. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2016.

VIEIRA, et al. **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.

ZALUAR, Alba, et al. Essas pessoas a quem chamamos população de rua. **Caderno do CEAS**, Salvador, n.151, p.22-41, maio/junho 1994.